Kátia Brasilino Michelan

Um rei em três versões

A construção da história de D. Afonso Henriques pelos cronistas medievais portugueses

KÁTIA BRASILINO MICHELAN

Um rei em três versões

A construção da história de D. Afonso Henriques pelos cronistas medievais portugueses

Direitos de publicação reservados à:
Fundação Editora da UNESP (FEU)

Praça da Sé, 108
01001-900 – São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3242-7171
Fax: (0xx11) 3242-7172
www.editoraunesp.com.br
www.livraria.unesp.com.br
feu@editora.unesp.br

CIP – BRASIL. Catalogação na fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

M57r

Michelan, Kátia Brasilino
Um rei em três versões: a construção da história de D. Afonso Henriques pelos cronistas medievais portugueses / Kátia Brasilino Michelan. 1.ed. São Paulo : Editora Unesp, 2011.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-393-0165-2

1. Afonso I, Rei de Portugal, 1109(?)-1185. 2. Portugal – História – Afonso Henriques, 1109(?)-1185. 3. Historiografia. I. Título.

11-4958 CDD: 946.902
CDU: 949(469)"1139/1185"

Este livro é publicado pelo projeto *Edição de Textos de Docentes e Pós-Graduados da UNESP* – Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UNESP (PROPG) / Fundação Editora da UNESP (FEU)

Editora afiliada:

Dedico aos meus pais,
à minha irmã
e ao Vinícius.

Agradecimentos

Agradeço à professora doutora Susani Silveira Lemos França, orientadora da dissertação que resultou neste livro, pela leitura minuciosa, pela paciência, pela confiança e por contribuir diretamente com a minha formação pessoal e acadêmica. À Ana Paula Tavares Magalhães, Heloisa Guaracy Machado e Roberto Godofredo Fabri Ferreira, pelas correções e sugestões nos exames de qualificação e defesa da dissertação de mestrado. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo apoio financeiro à pesquisa. Agradeço, também, aos colegas dos vários seminários de tese, pelas leituras do trabalho e pelos debates teóricos, em especial a Danielle Oliveira Mercuri, Jean Marcel de Carvalho França, Leandro Alves Teodoro e Simone Ferreira Gomes de Almeida. Agradeço, ainda, aos meus queridos amigos, leitores, revisores e incentivadores: Aline Alves Marchetto, Camila Cristina dos Santos, Daniela Rodrigues Lima, Giovana Liza Suarez, Letícia Nascimento Santiago, Lílian Martins de Lima, Norma Regina Garcia Gomes, Melina Machado Miranda, Meire Brasilino Michelan e Tchella Fernandes Maso. Agradeço, por fim, a Vinícius Pires, pelo companheirismo e amor.

O fruto das letras é, por muitas razões, o mais aprazível, principalmente porque, suprimido o empecilho de qualquer separação espacial e temporal, elas exibem aos amigos a presença mútua, e não permitem que pereçam com o tempo as coisas dignas de lembrança. Pois até as artes teriam perecido, os juramentos ter-se-iam esvaído, todos os ofícios de qualquer religião teriam ruído, e o próprio uso da boa expressão ter-se-ia corrompido, se a misericórdia divina não tivesse providenciado para os mortais o uso das letras como remédio para a fraqueza humana.

João de Salisbúria, *Policraticus* (1159)

Sumário

Prefácio

No final da Idade Média, embora um sem número de vezes tenha sido lembrada a repreensão do rei Thamus a Thot, sugerindo que a invenção da escrita poderia ser mais veneno do que remédio para a memória, a escrita conquistou um espaço até então não experimentado na história do Ocidente. Nesse contexto, muitos foram os seus usos e os usos da leitura, usos esses que alguns historiadores têm procurado entender, examinando as estruturas em que o passado é preservado, reorganizado e lembrado.

A escrita do passado tirou, sem dúvida, proveito deste avanço e, para entendermos como ela foi realizada nos séculos XIII, XIV e XV, é fundamental olharmos para as práticas de recolher, transformar e usar o passado, bem como é frutífero examinarmos o que se quis lembrar e os recursos de que determinada época dispôs para fazê-lo.

Em Portugal, especificamente, conquanto nos séculos anteriores seja possível destacar algumas iniciativas que contribuíram para o avanço do registro escrito no âmbito jurídico, administrativo e no âmbito da produção de caráter espiritual, pedagógico e histórico – ou dos saberes em geral –, é só no século XV que se percebe como os costumes letrados vão ganhando espaço em detrimento da oralidade, e um público letrado, ainda que seleto, começa a se configurar. Os costumes letrados ainda eram, se não incomuns,

certamente irregulares. Todavia, no âmbito da governação e entre os governantes, tinham se tornado ao menos frequentes. Retomando práticas letradas monásticas e introduzindo formas, usos e recursos adequados aos gostos e necessidades da Corte, uma cultura letrada relativamente original configurou-se no Quatrocentos português.

O livro de Kátia Brasilino Michelan penetra nesse universo em que uma cultura letrada ainda tateante se expande para além dos mosteiros e, com o apoio dos reis portugueses, começa a estabelecer-se ao menos em alguns meios leigos. Trata-se, ainda, de escritos ligados aos assuntos do poder – como os documentos da administração real que visaram sistematizar certas práticas de ordenação social – ou, ao menos, trata-se de escritos que buscam atender às necessidades dos homens que governam ou daqueles que tornam possível a governação. Nesse âmbito, a escrita da história teve um peso duplo: tanto serviu de registro do passado, quanto de projeção do futuro, dado o seu caráter exemplar e moralizante.

Mesmo que contando ainda principalmente com leitores profissionais, como os próprios cronistas, ou leitores que esperavam das histórias engrandecimento próprio ou dos seus, como reis, infantes ou outros nobres sobre quem se narravam as histórias, no século XV, período a que se dedica o presente livro, a escrita da história se estabeleceu. Entre as diversas questões que emergiram, nessa altura, sobre o papel do registro e da escrita do passado, uma delas diz respeito ao compromisso de verdade e à forma como esta podia resultar do jogo entre lembrar o que foi visto com os próprios olhos, colher dados daqueles que viveram os feitos e retomar escritos consolidados como legítimos e dignos de fé. A confiança de que o registro dos feitos poderia substituir a verdade estabelecida por declarações pessoais, às vezes feitas sob juramento, é uma das marcas deste tempo em que a escrita da história é entendida como um documento sobre o passado, isto é, um espelho dos eventos ou um reflexo do mundo exterior, e não como uma construção lógica e inventada do passado.

De forma direta ou indireta, é todo esse universo que é explorado no trabalho de Kátia Michelan, quem, com o propósito de mostrar como o passado é compilado, apropriado e atualizado no final da

Idade Média, confronta três versões da história do primeiro monarca português, D. Afonso Henriques – a da *Crónica Geral de Espanha de 1344*, a da *Crónica de Portugal de 1419* e a da *Crónica de El-Rey D. Afonso Henriques*, de Duarte Galvão – para examinar os diversos filtros históricos que norteiam a construção do passado em Portugal no século XV e início do XVI.

Discutindo questões como a noção de verdade e de tempo dos cronistas medievais e desmontando as condições socioculturais de produção das narrativas e os diálogos dos cronistas com textos do passado, o presente estudo traz um rico contributo para aqueles que reconhecem que analisar os modos como o passado de determinada época foi registrado não é fazer simples análise de texto, mas sim mostrar que as formas de armazenamento interferem no próprio conteúdo do passado e, portanto, dão a própria medida deste passado. Em outras palavras, o que nós pensamos que sabemos sobre Afonso Henriques é largamente determinado por aquilo que os três cronistas em questão desejaram eles mesmos e seus contemporâneos saber e lembrar sobre o primeiro rei português. Movidos pela ideia corrente no seu tempo de que aqueles que controlavam o passado direcionavam o futuro, esses cronistas medievais não se limitaram a registrar os eventos de forma mecânica, como às vezes se costuma pensar, mas sim tentaram criar uma visão do passado que diz muito sobre eles próprios e sobre o seu tempo.

Susani Silveria Lemos França

Introdução

[...] e outra maneira hy há de seguir em que non segue as palavras. Fazem as outras rimas iguais daquelas pera poderem caber no son, mais outra daquela cantiga que seguem non devem de tomar ou meter: fazem lhe dar aquele entendimento meesmo per outra maneira; e, pera maior sabedoria, pode lhe dar aquele meesmo em outro entendimento per aquelas palavras meesmas; asy he a melhor maneira de seguir, porque dá ao refran outro entendimento per aquelas palavras meesmas e tragem as palavras da cobra a concordarem com el. (apud Wilton, 1977, p.32)[1]

O Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Portugal traz alguns exemplares de um tipo de cantiga pouco estudada pela historiografia (ibidem, p.30), a saber, as *cantigas de seguir*. Tratava-se de cantigas que parafraseavam cantigas anteriores e se destinavam a servir de modelo para serem reelaboradas por cantadores posteriores, que mudavam as rimas, mas seguiam alguns versos primitivos. Outro objetivo das cantigas era trazer ensinamentos sobre a arte de trovar,

1 Transcrição diplomática de Enrico Molteni, II Cazoniere Portoghese Colocci-Brancurti, Halle, 1880, os 3 e 4, e do fac-símile do códice reproduzido por Elza Paxeco Machado e José Pedro Machado – Cancioneiro da Biblioteca Nacional, v.I, Lisboa, 1949.

ou seja, tais cantigas eram exemplares de um jogo de recepção de escritos alheios e readaptação com novos motivos que foi corrente na produção escrita e oral ao longo da Idade Média.

O modelo de reutilização de fontes anteriores, que caracterizava a arte trovadoresca medieval e que é a base das *cantigas de seguir*, é também um elemento fundamental no fazer histórico do final do medievo no reino de Portugal, mais especificamente nos séculos XIV e XV e no início do século XVI, quando têm lugar os primeiros exemplares da escrita da história na forma cronística e em língua vernácula. A compilação, como será desdobrado no primeiro capítulo, era a forma por excelência da produção cronística medieval, que utilizava uma fonte principal e agregava a ela outros documentos que pudessem oferecer informações verdadeiras sobre o passado. Esse tipo de composição, contudo, não era uma peculiaridade da produção histórica, pois além das crônicas e dos referidos cantares, os tratados de diversa natureza também conservavam e ampliavam os saberes pela manutenção e recuperação de modelos anteriores.

A preocupação neste livro, entretanto, restringe-se a pensar a compilação apenas no âmbito do fazer histórico cronístico português do século XIV até o início do XVI, principalmente no que se refere à consolidação das origens da história do reino, com a narração da história do reinado de D. Afonso Henriques (1109?–1185), o Conquistador, primeiro rei português. Para tanto, foram selecionadas três crônicas em língua vernácula que contam a história do monarca: a *Crónica geral de Espanha de 1344*, a *Crónica de Portugal de 1419* e a *Crónica de El-Rey D. Afonso Henriques*, de 1505. O objetivo do confronto é pôr em evidência três versões de séculos diferentes de uma mesma história para, assim, perceber as atualizações do passado que cada cronista realiza.

A *Crónica geral de Espanha de 1344*, como consideram vários pesquisadores,[2] foi a primeira grande composição cronística de

2 Dentre os pesquisadores que consideram a *Crónica geral de Espanha de 1344* a primeira compilação histórica portuguesa podemos destacar Basto, 1960; Figueiredo, 1994; Cintra, 1951-90.

origem portuguesa. Trata-se de uma versão, como propõe Lindley Cintra (1951, v.1, p.CDXII-CDXIV), em português, da *Crónica geral de Espanha*, que o rei Afonso X, o Sábio (1221-84), mandara executar na segunda metade do século anterior, porém com várias alterações e ampliações em relação ao texto primitivo. A compilação é atribuída a D. Pedro Afonso (1287-1354), conde de Barcelos. A edição de Lindley Cintra, no entanto, foi elaborada a partir da refundição de 1400, de autoria anônima, pois não teria sido conservado nenhum manuscrito da primeira versão.

Quanto ao conteúdo, a composição segue o ideário de uma história ibérica na qual conflui e se dimensiona o passado dos diversos reinos cristãos da Reconquista, incluindo o de Portugal. A crônica conta a história dos reis portugueses abrangendo-a na história geral da Península Ibérica em situação paralela à da história dos reis de Navarra e de Aragão (ibidem, p.CDXIX). No que diz respeito à elaboração formal da crônica, ela imita o processo de compilação afonsina, repetindo informações oriundas de distintas fontes (cf. Krus, 1993. p.190). As histórias relatadas na *Crónica geral de Espanha de 1344*, na mencionada edição, estão distribuídas em 857 capítulos, dos quais dez abordam a história do primeiro rei português.[3]

A *Crônica de Portugal de 1419*, por sua vez, é considerada a primeira crônica portuguesa em que se nota mais claramente a intenção de destacar a história do reino português em relação aos demais peninsulares (cf. Calado, 1998. p.XXXVIII). Essa crônica ficou conhecida por meio de dois manuscritos tardios, datáveis do século XVI. O primeiro, encontrado por Artur de Magalhães Basto na biblioteca pública do Porto, em 1942, continha as histórias dos cinco primeiros reis portugueses. Por isso, a transcrição diplomática publicada por Basto, em 1945, recebeu o nome de *Crónica de cinco reis de Portugal* (1945).[4] O segundo manuscrito (*Crónica dos sete primeiros reis de*

---

3 As histórias do reinado de Afonso Henriques encontram-se desde o capítulo DCCV, que trata da descendência dos reis de Portugal, até o capítulo DCCXIV, com a morte de Afonso Henriques.

4 Seguida da parte da *Crónica geral de Espanha* que insere as histórias dos reis de Portugal.

Portugal, 1952) foi descoberto, em 1943, pelo Padre Carlos da Silva Tarouca, na biblioteca pública da Casa de Cadaval, em Muge. Este manuscrito contava a história dos sete primeiros reis portugueses (de D. Henrique até Afonso IV), e o prólogo e alguns capítulos da história de D. Afonso Henriques foram incorporados ao manuscrito por um copista do século XVI, a partir da *Crónica de El-Rey D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão (1446-1517).

Tanto Arthur de Magalhães Basto quanto Carlos da Silva Tarouca, dentre outros, atribuíram a autoria da crônica a Fernão Lopes (1317-1459?), mas Adelino de Almeida Calado (1998, p.XXXVIII), Hernâni Cidade (1944, p.319-21), Pimpão Costa (1959, p.224; 1951, p.39-40), Antônio Brásio (1959, p.66), A. H. de Oliveira Marques (1989, p.304), para mencionar apenas alguns nomes, preferem não arriscar um nome para a composição da crônica e deixá-la no anonimato. Todos esses estudiosos são unânimes quanto à importância desse documento para a historiografia portuguesa do século XV, e Calado, em sua edição crítica (1998, p.XLI), chama a atenção para a irrelevância da questão da autoria da crônica, dizendo que a crônica não ganharia mais significado do que já lhe é atribuído sendo ou não o autor Fernão Lopes.

A edição utilizada aqui foi a de Artur Magalhães Basto. No entanto, em vez de nomeá-la como *Crónica de cinco reis*, como proposto por ele, optou-se pelo título mais conhecido de *Crónica de Portugal de 1419* (cf. Amado, 1993, p.185-6). A data da composição da crônica, 1419, mostra que esta estaria ligada à afirmação da recém-fundada dinastia de Avis, fazendo parte de uma suposta *Crónica geral de Portugal* que se teria perdido ou não fora concluída. O texto referente à história de D. Afonso Henriques é composto por quarenta capítulos que narram a vida de Afonso Henriques e um capítulo que se refere ao seu pai, D. Henrique.

A *Crónica de El-Rey D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão é formada por sessenta capítulos que contam a história do primeiro rei português, mas incluindo a história do conde D. Henrique. A grande peculiaridade da crônica de Duarte Galvão é o acréscimo do prólogo dedicado ao rei D. Manuel, uma forma de contar as glórias

do rei, patrono da obra, como era comum no seu tempo (cf. Serrão, 1972, p.134). Nesse sentido, o prólogo consiste em uma dedicatória em que o cortesão presta homenagem à grandeza de D. Manuel, exaltando seu heroísmo de novo cruzado que abrira para o mundo novos caminhos a serem percorridos e cristianizados. Além dessas fontes principais condutoras, alguns outros cronistas também se mostraram importantes para entender o fazer histórico do período medieval, como Gomes Eanes de Zurara (1410-74?) e Rui de Pina (1440-1522).

No percurso de indagação acerca do fazer cronístico medieval, o primeiro capítulo será destinado a examinar o tipo de fazer histórico dos cronistas medievais portugueses. A ênfase recairá sobre a análise das possibilidades de leitura do período, ou seja, como se davam as escolhas dos textos para compor as crônicas, como se desenvolveu o processo de acesso à leitura e que tipos de textos eram comumente lidos. O capítulo traz igualmente um panorama sobre o papel do livro manuscrito, divulgador por excelência da palavra escrita durante o medievo, e sobre a emergência da tipografia e a ampliação das possibilidades de acesso ao livro.

O segundo capítulo procura pensar a questão do tempo e da verdade nas obras cronísticas e o terceiro capítulo tem como objetivo compreender, pela comparação entre as três crônicas sobre Afonso Henriques, como as questões desenvolvidas nos capítulos anteriores surgem nos textos selecionados. Assim, nele será realizada uma análise comparativa dessas crônicas, com destaque para a visão de história de cada uma, bem como para os diferentes momentos históricos a que pertencem.

1
Uma história montada e remontada

Por cuja rrezam o dito Fernam Lopez despendeo muito tempo em andar per os mosteiros e jgreias buscando os cartórios e os letreiros dellas pera auer sua enformaçam. e nam ajnda em este rreino mas ao rreino de Castella mandou elRey Duarte buscar muitas escreturas que a esto pertençiam. por quanto seu desejo nam era que os feitos de seu padre fossem escritos senom muy verdadeiramente.[1]

Gomes Eanes de Zurara

O cronista oficial do reino de Portugal Gomes Eanes Zurara (1410-74), no prólogo da *Crónica da Tomada de Ceuta* (1453), ao justificar a demora para iniciar a escrita da história do reino português, destaca que o seu antecessor, Fernão Lopes (1380?-1459), sob as ordens do rei D. Duarte (1391-1438), teve um árduo trabalho peregrinando por igrejas, mosteiros e cartórios à procura de letreiros e escrituras que pudessem oferecer informações verdadeiras sobre

1 *Crónica da Tomada de Ceuta por El Rei D. João I*. (Pereira, 1915, p.12-3).

o passado português.[2] O trecho escrito por Zurara relata uma prática corrente no fazer histórico dos séculos XIV e XV nos diversos reinos europeus que se constituíam como nações (Gueneé, 1973, p.5): a submissão à vontade da coroa, que encomendava a crônica e financiava sua elaboração. A passagem adianta também algo acerca da atitude do cronista, que se serve de documentos oficiais para melhor elaborar a sua história dentro dos parâmetros de verdade de seu tempo.

O que Zurara procura, no prólogo da *Crónica da Tomada de Ceuta,* é menos enaltecer o primeiro cronista e mais fornecer informações sobre a empreitada a que se dedicava, a saber, continuar a história de D. João I (1357-1433) iniciada por Fernão Lopes, enfatizando o episódio da Tomada de Ceuta (1415). Tal atitude era bastante corriqueira no trabalho dos cronistas medievais portugueses, que normalmente destinavam os prólogos a engrandecer o alvo da crônica e a dissertar sobre seu próprio trabalho compilatório.

Antes de Zurara, já Fernão Lopes tinha feito o mesmo, por exemplo, no prólogo da *Crónica de D. Pedro I* (1320-1367), dedicado a exaltar a virtude deste rei de primar pela justiça; nos prólogos da *Crónica de D. Fernando* (1345-83), em que engrandece as qualidades deste rei, apresentando-o como grande cavaleiro e criador de fidalgos, e na *Crónica de D. João I,* em que define tal monarca como um rei muito virtuoso e de boa memória.

Fernão Lopes foi o primeiro cronista oficial do reino português a quem coube organizar as primeiras crônicas sobre os reis de Portugal. É ele assumidamente autor das referidas *Crónica de D. Pedro, Crónica de D. Fernando* e *Crónica de D. João I,* e alguns autores atribuem a ele, também, a autoria da conhecida *Crónica de 1419.*[3] Até a primeira metade do século XVI, Fernão Lopes era

2 A citação do início do texto se refere, especificamente, à elaboração por Fernão Lopes da crônica sobre o rei D. João I (1357-1433), pai de D. Duarte.

3 A *Crónica de 1419* é formada pelas histórias do Conde D. Henrique, do primeiro rei português D. Afonso Henriques, D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, Afonso III, D. Denis e D. Afonso IV. A *Crónica de 1419* também é conhecida como *Crónica de cinco reis* e ou de *Sete reis*. No primeiro caso,

praticamente um desconhecido (cf. Basto, 1960, p.359), mas, depois do século XIX, a crítica literária e os historiadores portugueses, em geral, consagraram-no como o grande cronista português, principalmente depois de Alexandre Herculano (1810-77), que atribuiu a ele o título de "pai da história portuguesa" (Herculano, s. d., p.5). Segundo Artur de Magalhães Basto, depois da menção do nome de Fernão Lopes no prólogo de Zurara, ele só seria lembrado na segunda metade do século XVI, quando o cronista oficial Damião Góis (1502-74) acusa Rui de Pina (1440-1552), sucessor de Zurara, de ter se apropriado das crônicas do primeiro cronista oficial português.

Foi, a propósito, principalmente a partir da acusação de Damião de Góis, dentre outras informações, que o pesquisador Magalhães Basto apontou que Fernão Lopes escreveu as histórias da primeira dinastia – um manuscrito anônimo encontrado em 1942 pelo próprio Basto na Biblioteca Pública do Porto. Concluiu também que, posteriormente, Rui de Pina teria compilado desse manuscrito as histórias de D. Sancho I (1152-1211), D. Afonso II (1185-1223), D. Sancho II (1207-48), D. Afonso III (1210-79), D. Dinis (1261-1325) e D. Afonso IV (1291-1357).[4] Só a compilação da história de D. Afonso Henriques (1109-85) teria sido encomendada ao seu contemporâneo, o guarda-mor da Torre do Tombo Duarte Galvão (1435-1517), que usou como base o mesmo manuscrito.

Embora essa forma de retomada de escritos anteriores por parte de Duarte Galvão e Rui de Pina tenha levado alguns estudiosos a discutirem a suposta ideia de plágio,[5] vale aqui destacar que o pres-

---

o fragmento contém a história do reinado de Afonso Henriques até Afonso III; no segundo contém as histórias dos sete reis da primeira dinastia como mencionado acima. O manuscrito encontrado por Magalhães Basto contém as histórias dos cinco primeiros reis, porém o autor admite que o que encontrou foi um fragmento de um texto maior, contendo a história da primeira dinastia.

4 Além dessas, correm com o nome de Rui de Pina as crônicas de *D. Duarte, D. Afonso V* e *D. João II,* da dinastia de Avis.

5 Joaquim de Carvalho, analisando a ideia de que Zurara teria plagiado o livro da *Virtuosa benfeitoria* do infante D. Pedro, aponta que, antes de mais nada, não se pode considerar esses supostos plágios com os nossos sentimentos atuais de propriedade literária, cujas origens são modernas. E mais: adianta que, no

suposto de um nome próprio dando autoridade autoral aos textos escritos,[6] tão cara aos leitores modernos, não constituía uma prática incontornável durante o período medieval. Não há nesse tempo uma definição para o que seja um sujeito autor, dado que a cópia era a forma por excelência de manutenção do escrito e, consequentemente, de preservação dos saberes, como bem descreve o franciscano São Boaventura (1221-74), no século XIII:

> um homem pode escrever as obras de outros, sem qualquer acréscimo ou alteração, e nesse caso ele será chamado simplesmente um "escriba" [*scriptor*]. Outro escreve os trabalhos de outros, com adições que não lhe são próprias; será então chamado de "compilador" [*compilator*]. Um terceiro escreve tanto obras suas quanto alheias, mas dando o principal lugar à alheia e reservando a sua própria para fins de explicação; será então chamado um "comentador" [*commentator*] [...]. Um último escreve tanto obra sua quanto alheia, mas reservando o lugar principal para a sua e juntando a de outros para fins de confirmação; tal homem será chamado de "autor" [*actor*].[7]

Ou seja, em nenhum dos casos está pressuposta a ideia de originalidade, já que, para os medievais, narrar significa reescrever (cf. Gurevitch, 1991, p.19). Assim, quando Rui de Pina e Duarte

---

tempo de Zurara, não havia preocupação com originalidade, mas sim com ser completo e verdadeiro, não importando se a verdade – ou o que se supunha como tal – tivesse sido descoberta e formulada anteriormente. Zurara não cometeu às escondidas tais "plágios": ele exerceu uma prática consentida pela consciência literária de então (cf. Carvalho, 1949, p.4).

6 A ideia de um nome próprio garantindo propriedade jurídica autoral, juntamente com a ideia de plágio, surge, segundo Foucault, somente no século XIX, mas a presença de um indivíduo autor garantindo unidade de uma obra começa a emergir por volta do século XVI com os processos inquisitoriais, quando se passou a procurar e a punir os responsáveis pela escrita. (cf. Foucault, 1992, passim).

7 Comentários de São Boaventura ao segundo *Livro das sentenças* de Pedro Lombardo, apud Minnis, 1988, p.94 (tradução minha).

Galvão usaram crônicas anteriores, nada mais fizeram do que seguir uma prática dominante no período (cf. Gueneé, 1991, p.70). No entanto, provavelmente na época do autor que cogitou sobre o plágio, Damião de Góis (na segunda metade do século XVI), já era problemático copiar escritos alheios sem dizer a procedência, por isso a acusação que o mesmo lança sobre Rui de Pina. O gênero cronístico medieval, a propósito, não valoriza o nome do escritor do texto, pois o texto resulta de um gesto de escrita no qual o ato de contar é anônimo. O que importa é a conservação dos acontecimentos notáveis e não o destaque para quem sucessivamente os relata na forma histórica.[8] Desse modo, o comum ou regular era que não houvesse remissão direta às fontes anteriores.

Fernão Lopes, Duarte Galvão e Rui de Pina foram os cronistas do fim do medievo que escreveram sobre a primeira dinastia dos reis de Portugal. Assim, são os responsáveis por compor a história da formação e da consolidação do reino. Nesse processo compilatório, o cronista da *Crónica de 1419* usara amplamente esse recurso na sua composição, baseando-se enormemente na parte da *Crónica geral de Espanha de 1344* referente ao reino português. Essa crônica fora elaborada pelo cortesão D. Pedro de Barcelos (1287-1354) e é considerada pela historiografia o primeiro exemplar cronístico escrito em língua portuguesa que sobreviveu ao tempo, tratando-se de uma versão da *Primeira crônica geral* elaborada por Afonso X (1221-84), o Sábio. Este último era rei de Leão e Castela (1252-84), bisavô de D. Pedro e um dos reis que melhor traduziu, no final da Idade Média, a ideia de que um rei deveria ser, além de cavaleiro, sábio e impulsionador dos saberes escritos (cf. Verger, 1999, p.177). Na crônica de Pedro de Barcelos, surge espaço para uma história do Condado Portucalense e do reino de Portugal, independente da narrativa sobre Castela.

Dentro da perspectiva de que foi pela compilação de textos antigos que se iniciou a escrita da história da formação do reino português, é importante pensar como era elaborado um texto de caráter

8 Sobre a questão, ver Fournier, 1996, p.69.

compilatório. Segundo o historiador francês Bernard Gueneé (2002, p.537), o que um compilador fazia era "escolher a fonte principal e acrescentar-lhe breves passagens de outras fontes, ou, ao contrário, combinar em partes iguais vários relatos anteriores, optar aqui por uma fonte, ali por outra; decidir aqui por abreviar, ali por seguir o texto ao pé da letra [...]". Portanto, era necessária certa erudição por parte do compilador para saber qual a melhor escolha e a melhor forma de arrematar o texto.

Além desse tipo de fazer histórico baseado amplamente na compilação, outro dado fundamental sobre a produção cronística portuguesa dos séculos XIV e XV é que as obras de origem laica eram elaboradas por encomenda de um membro da casa real, não sendo o cronista mais do que um funcionário da corte (como é o caso de Fernão Lopes, Zurara, Duarte Galvão e Rui de Pina), ou então, de alguma forma, estava ligado à corte (como é o caso de D. Pedro de Barcelos).[9]

O historiador Rodrigues Lapa (cf. 1972, passim), em seu estudo sobre os historiadores quinhentistas, acredita que só é possível falar destes em comparação com os cronistas medievais, pois, para ele, características como a temática e os métodos para assegurar a pretendida verdade dos fatos são fundamentalmente diferentes de uns para outros. Dessa forma, Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara (cronistas do século XV) e Rui de Pina, Duarte Galvão e Garcia de Resende (1470-1536) (cronistas do limiar do século XVI) mereciam o rótulo de quatrocentistas, enquanto João de Barros (1496-1570), Damião de Góis, Jerônimo Osório (1506-80), Fernão Lopes de Castanheda (1500-59) e Gaspar Correia (1495-1571), a despeito da proximidade temporal com os últimos citados, seriam, sim, justificadamente, historiadores quinhentistas, tanto na forma de escrita quanto na temática voltada para a expansão ultramarina.

---

9 O compilador da *Crónica geral de Espanha de 1344*, D. Pedro de Barcelos, não era cronista-mor, mas sim um cortesão. No caso de Duarte Galvão, ele nunca chegou a ser cronista-mor da Torre do Tombo, mas ocupou o cargo de guarda-mor, que era um cargo régio.

A diferenciação, ainda que simplificada, toca no deslocamento temático que justifica que este livro se detenha no primeiro conjunto de cronistas. A proposta aqui é pensar os cronistas medievais que escreveram sobre os reis portugueses da primeira dinastia. Assim, além dos citados, foi incluído o cronista cortesão D. Pedro de Barcelos, cujo texto serviu de base para a *Crónica de Portugal de 1419*, e foram deixados de lado Zurara, em razão de suas crônicas serem sobretudo experiências de expansão, e Garcia de Resende, que só escreveu uma crônica sobre a segunda dinastia portuguesa, a *Crónica de D. João II*.

Partindo da ideia de que a compilação era a forma por excelência do fazer cronístico medieval, a preocupação fundamental aqui é entender esse tipo de labor histórico, no qual o cronista seleciona, recorta e reescreve seu texto a partir de uma fonte condutora. Assim, algumas questões tornam-se oportunas: qual o papel da leitura nas produções cronísticas mencionadas? Quais as possibilidades de leitura dos cronistas medievais? O que as crônicas explicitam sobre o que liam os cronistas para compô-las? Os cronistas eram leitores diferenciados de outros leitores de seu tempo? O que significava ser um leitor nos séculos XIV e XV, quando ainda era restrita a circulação de livros? Que tipos de textos os cronistas compilavam? Enfim, quais os processos de escolha, seleção e arremate da compilação de acordo com as possibilidades de leitura do tempo? No que diz respeito ao objetivo geral, vale ressaltar que, em se tratando de leitores medievais, a forma como "dialogam" com os textos alheios não é difícil de ser percebida – apesar da frequente não explicitação da autoria –, pois os mesmos transcrevem inteiramente os documentos em seus textos ou os readaptam, mas mantendo-se bastante presos à escrita anterior. Pelo cotejo com textos anteriores, é possível notar as formas de manipulação e os tipos de utilização das crônicas precedentes.

Quanto às possibilidades de leitura, é importante lembrar que o livro[10] é um elemento fundamental para pensá-las, principalmente

---

10 Para o período medieval, em geral, entendia-se por livro o conjunto de folhas, manuscritas ou impressas, normalmente dobradas e cosidas, devidamente organizadas para leitura do seu conteúdo (cf. Bustamante, 1993).

depois do século XVI, pois, como aponta Roger Chartier (1996. p.103), "o único indício do uso do livro é o próprio livro"; ou seja, é na materialidade do livro que se pode pensar que ele foi lido. Se não é desse formato que dispuseram os leitores medievais, que tipos de registros materiais estavam disponíveis no Quatrocentos português? Em outras palavras, importa perguntar que oportunidades de leitura tinham os cronistas, sem supor que o contexto livresco foi fundamental para eles.

O fim do século XV e o início do século XVI testemunharam o advento de uma das mais importantes mudanças no universo da leitura: a invenção da imprensa de tipos móveis, que paulatinamente substituiu o texto manuscrito. O manuscrito, sem dúvida, triunfou como o grande divulgador da palavra escrita no medievo e não o deixa de ser de uma hora para outra. Os textos manuscritos eram produzidos tanto como peças soltas quanto organizadas em formato de livro e tinham como suporte material o pergaminho ou o papel. O pergaminho, material amplamente difundido desde o século V, provinha da pele do carneiro ou da cabra. De uma pele cortavam--se, geralmente, 16 folhas. O trabalho para preparar a pele não era simples; depois de colocada em solução de cal (para tirar a gordura), ela devia ser secada, esfregada e polida (Saraiva, 1950, p.76). A escassez de pergaminho era tanta que, por vezes, eram usadas técnicas de abreviaturas para escrever mais em pouco espaço – fato do qual reclamaram os gramáticos do século XVI (cf. Marques, 1971, p.175).

A difusão do papel ocorreu na Península Ibérica a partir do século XII, segundo Jacques Verger (s. d.), mas foi somente no fim do século XIV e no século XV que o seu uso se expandiu consideravelmente no tipo manuscrito. Em certa medida, tal difusão permitiu baixar o preço da fabricação dos manuscritos. No contexto francês, por exemplo, o recém-citado Verger afirma que o papel podia tornar-se "cinco vezes mais barato que o pergaminho no século XIV e até 13 vezes mais barato no século XV, graças à melhoria das técnicas de papelaria e à multiplicação das oficinas de papel" (ibidem). Em algumas regiões, contudo, como na Alemanha, a diferença foi bem menor.

No fim do século XIV e no século XV, o uso do papel expandiu-se consideravelmente no tipo manuscrito, mas, apesar das potencialidades do papel em algodão, o pergaminho, por sua durabilidade maior, não deixou de ser utilizado por um bom tempo – ainda mais porque a técnica de preparação do papel consolidou-se somente no auge da imprensa, quando os livros se tornam mais portáteis, mais procurados e mais abundantes, isto é, a partir de meados do século XVI. Artur Anselmo (1997, p.11) aponta ainda que, mesmo com a utilização do papel nos manuscritos, "o seu aspecto algodoado e fungível relegava-o para a conservação de textos de importância secundária".

Durante boa parte da Idade Média, além do preparo do material de escrita – papel ou pergaminho –, um texto manuscrito requeria um copista habilidoso que

> [...] depois de riscar com um lápis aquilo a que chamamos de mancha (o espaço destinado às letras) e as linhas, tomando o raspador numa mão e a pena de ave na outra, traçava minuciosamente os caracteres, deixando em claro as iniciais e o espaço para as decorações. Outro artista vinha encher esses espaços em branco desenhando grandes iniciais muito enfeitadas a vermelho, azul, verde, por vezes ouro e prata; outro, ainda pintava ornamentações, em certos casos pequenos quadros do assunto relacionado com o texto. (Saraiva, 1950, p.76)

O custo desse trabalho habilidoso e a referida escassez de material levavam a que o livro, como propõe Artur Anselmo (1997, p.12), fosse considerado "não só um veículo privilegiado da transmissão do saber, mas também um objeto de alto valor material, cimélio a que se emprestava o requinte próprio da obra-de-arte, graças à conjugação de esforços entre copistas, calígrafos e iluminadores". Determinar o custo que tinha o livro para a época é, contudo, bastante complicado,[11] tanto que Jacques Verger, pensando o livro no

11 Para se ter uma ideia dos custos dos livros, a consideração de José Saraiva, em a *História da Cultura em Portugal*, é bastante elucidativa: "um bispo do Porto

contexto geral europeu, aponta que seu preço era bastante variado, sendo os mais caros, geralmente, grandes Bíblias e volumes glosados. Esses belos manuscritos preservados em certas bibliotecas particulares, no entanto, destinavam-se mais ao prestígio de seus destinatários do que à leitura propriamente dita.

Além dos manuscritos de alto custo, existiam também "inúmeros pequenos volumes, por vezes sob a forma de simples cadernos soltos, nos quais anexavam 'anotações' de cursos, alguns fragmentos de questões disputadas, de sermões, de breves tratados práticos etc., que eram vendidos por algumas moedas" (Verger, s. d.). Esses livros eram destinados a um uso mais cotidiano, daí seu custo mais baixo. Porém, é complicado especificar até que ponto a posse de um livro correspondia a um leitor, mesmo porque o acesso ao livro não implicava necessariamente leitura, já que a maioria da população era iletrada, inclusive alguns possuidores de livros. Segundo Oliveira Marques (1971, p.178), por aproximação que seja, não se sabe quantos teriam sido os estudantes no período medieval em Portugal, mas "naturalmente muito poucos".

O papel do manuscrito como mercadoria não deve ser superestimado, pois, como aponta Aires do Nascimento (1993, p.155-6), "não houve em Portugal durante a Idade Média produção sistemática do livro manuscrito destinada ao comércio livreiro nem tão pouco este aparece assegurado para responder a necessidades de eventuais clientes". O livro circulava, dessa maneira, sob a forma de empréstimos, por transmissão direta, em casos de doação ou testamento, ou por encomenda em algum *scriptorum*, o que significava um custo elevado (ibidem, p.156). Em suma, ele circulava em

em 1269 deixou ao tesoureiro do cabido 50 maravedis para comprar um Código legal, e outros 50 maravedis a um sobrinho para comprar umas Decretais. Para dar uma ideia destes preços lembramos que, segundo uma lei de tabelamento promulgada 16 anos antes, um maravedi era o preço de quatro carneiros vivos, ou um porco grande; três maravedis era o preço de um boi dos melhores. Assim cada um dos livros a que se refere o testamento do citado bispo valia tanto aproximadamente como 17 bois; ou 50 porcos; 200 carneiros". Embora o relato descrito seja do século XIII, não se pode recusar o valor oneroso do livro mesmo que os preços tenham caído até o início do século XVI (cf. Saraiva, 1950, p.79).

pequena escala e atendendo a interesses pontuais, o que se deveu em grande parte à dificuldade de manuseio, especialmente no caso dos livros em pergaminho – em geral livros grandes e pesados que ficavam normalmente restritos ao espaço dos arquivos e das bibliotecas.

A restrição a esses espaços deve-se ao fato de que o livro era considerado, nos tempos anteriores à consolidação da imprensa, menos um veículo de saber e mais um artigo de luxo, pelo qual se pagavam altos preços, "de forma que só as instituições poderosas ou altas personalidades logravam organizar livrarias" (Sampaio, 1929, p.62). Em Portugal, a maioria delas localizava-se nos mosteiros. Entretanto, eram raras as obras que não tinham fins litúrgicos e ascéticos, exceto aquelas dos mosteiros de Lorvão, Santa Cruz de Coimbra e Santa Maria de Alcobaça (ibidem, p.62), que se mostraram centros de preservação e compilação de textos de temática um pouco mais abrangente, como o *Livro das Aves* (século XII), diversas crônicas e as obras pedagógicas visando aos mais variados alvos e estudos de teologia, filosofia e humanidades. Pode-se afirmar que não houve um mosteiro sem livraria, embora estas tivessem em sua maioria com fins religiosos.

Até 1400, os mosteiros eram os grandes livreiros, pois a corte portuguesa ainda era itinerante – em razão das guerras de reconquista – e não tinha podido sequer concentrar em um depósito determinado os documentos da coroa e menos ainda estabelecer uma biblioteca com grandes pergaminhos (cf. Serrão, 1972. p.36-8).

Durante a primeira dinastia, a livraria régia era compreendida como um patrimônio pessoal, do qual o rei podia se desfazer quando necessário, já que dependia, sobretudo, da sua vontade. Somente no século XV a livraria régia perdeu esse caráter pessoal e passou a ser considerada propriedade da Coroa. Segundo Joaquim Veríssimo Serrão, por iniciativa da recém-fundada dinastia de Avis, o século XV em Portugal pode ser caracterizado por uma busca por códices e manuscritos que simbolizavam os tesouros da erudição antiga. Desse modo, os membros da Casa Real que adquiriam pergaminhos começaram a mandar reproduzir deles cópias (idem, 1977, v.2, p.300). Os tipos de livros adquiridos pelos reis de Avis, como os inventários

dessas bibliotecas demonstram, correspondiam bem à literatura em voga já desde o século XIV: eram obras de cunho moralista ou de exaltação religiosa, crônicas e romances de cavalaria e, necessariamente, obras didáticas (Marques, 1971, p.181).

Foi somente D. Afonso V (1432-81) quem organizou uma livraria régia configurada como um arquivo destinado a reunir um conjunto considerável de manuscritos. O cronista Rui de Pina (1790, p.608) chegou a mencionar esse dado na crônica que elaborou sobre esse reinado, ao dizer que "foi elle o primeyro Rey destes Reynos que ajuntou bõos livros e fez livraria em seus paços". Essa menção faz pensar que a organização da livraria real não foi negligenciada pelo cronista. Contudo, é difícil saber qual era a acessibilidade da livraria para os cortesãos. Da mesma forma, se as livrarias até os anos 1400 estavam restritas basicamente aos mosteiros, é legítimo pensar que os primeiros cronistas em questão – D. Pedro de Barcelos e Fernão Lopes – tiveram certa dificuldade de acesso aos documentos ali guardados, acesso que, entretanto, no tempo de Duarte Galvão e Rui de Pina, deve ter sido facilitado pela ampliação das bibliotecas régias por iniciativa da dinastia de Avis.

A despeito dessa pouca circulação, o livro contava com significativo valor simbólico, pois era visto como um estimado veículo de saber. Porém, ainda que tenha ganhado o estatuto de meio de conhecimento no fim do século XIV e no decorrer do século XV, graças à iniciativa dos príncipes de Avis, considera Susani França (2006, p.50) que "o certo é que continuam a circular em meios muito restritos, qual o dos nobres ou dos clérigos". A autora acredita que o mesmo se pode dizer das livrarias laicas que, embora tenham se multiplicado e o acesso a elas tenha sido facilitado, "não se pode dizer que o aumento do número de leitores se confunda com a popularização desse artigo" (ibidem, p.50). Mesmo nas grandes bibliotecas, os livros tinham um caráter mais de tesouro do que de instrumento funcional (Nascimento, 1993, p.274). O estudioso oitocentista Teófilo Braga, por exemplo, diz que era comum a prática, nessas bibliotecas medievais, de se prenderem os livros com correntes antifurto, e alguns livros possuíam fechaduras nas capas e, na maioria

das vezes, eram guardados em locais considerados seguros. O uso desses instrumentos era uma forma a mais de evitar os possíveis furtos (Braga, 1892-1902, passim).

A invenção da imprensa, nesse sentido, veio facilitar a circulação e o manuseio e baratear os custos da produção dos livros, graças à leveza do principal material utilizado, o papel, que aos poucos tornou o livro mais acessível, garantindo, assim, melhores condições para a produção de textos. Elizabeth Eisenstein (1998, p.12) chega a chamar as transformações decorrentes dessa invenção técnica de "revolução cultural". Todavia, aponta que a mudança de "transmissão mediante cópia manual e mediante cópia impressa não pode ser percebida sem a travessia mental de vários séculos". Segundo o já citado pesquisador da história da leitura, Roger Chartier (2000, p.19), é errôneo considerar, como fazem muitos historiadores ocidentais, apenas pelos padrões gutenberguianos,[12] "a relação entre impressão, publicação e leitura", pois a invenção de Gutenberg (1398-1468) não resultou necessariamente na "criação de um grande conjunto de leitores". Para ele, embora ela seja de "fundamental importância, não é a única técnica capaz de assegurar a disseminação em grande escala de textos impressos" (ibidem, p.20).

Em Portugal, a imprensa chegou logo após ter sido inventada, por volta de 1478, mas só se fixou definitivamente em 1489, quando os judeus Izorba e Rabban Eliezer imprimiram o comentário sobre o *Pentateuco*.[13] Até 1550, segundo Albino Forjaz de Sampaio (1929, p.258), são conhecidos 24 livros impressos em Portugal, sendo que destes, "doze são hebraicos, sete são latinos e cinco portugueses". Um número, portanto, bastante pequeno. Esse predomínio dos impressos hebraicos, ou melhor, o fato de a impressa ter se desenvolvido em Portugal por mãos judias e os primeiros textos serem

---

12 A invenção da impressão de tipos móveis dá-se por volta de 1450, sendo a obra mais conhecida como a primeira impressa em tipos móveis a *Bíblia de 42 linhas* ou *Bíblia Mazarina*, de 1455.

13 O Pentateuco é um livro composto pelos cinco primeiros livros do Antigo Testamento (Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio), também conhecido como *Torá*, que significada *ensinamento* em hebraico.

publicados em hebraico, segundo Sampaio, ocorreu porque "os leitores nas comunidades hebraicas eram numerosos, pois os analfabetos entre os judeus sempre foram raros" (ibidem, p.254).

Se o caso dos judeus era, portanto, exceção, e entre os portugueses dos séculos XV e XVI a leitura não foi algo muito difundido, a imprensa não teve um impacto imediato sobre os leitores portugueses quatrocentistas e quinhentistas, mesmo porque as primeiras obras impressas, sendo em língua hebraica, não possibilitaram um aumento na disponibilidade de leitura para esses leitores. Ainda assim, a imprensa hebraica não passou em branco para os portugueses, que a olhavam com maus olhos e desconfiança, e restringiram sua duração. Em 1497, foi decretada uma proibição impedindo a permanência dos livros hebreus no país, a não ser no caso de autores conversos, o que fez minguar a tipografia hebraica. Depois do hebraico, a segunda língua mais usada nas publicações em Portugal foi o latim, empregada normalmente para texto de fundo religioso. A partir, pois, desses dados, pode-se dizer que a imprensa buscou atender a um público certo, que já tinha familiaridade com o texto escrito, tanto o judeu quanto o clerical.

Comparando os textos manuscritos com os primeiros textos impressos, é possível notar algumas semelhanças e diferenças entre eles. Quanto à forma, como aponta a autora Elizabeth Eisenstein (1998, p.36), pode-se dizer que não houve uma modificação considerável, pois "quando se coloca uma cópia manuscrita tardia de um dado texto ao lado de uma das primeiras versões impressas, a tendência é achar que não houve mudança alguma, muito menos uma mudança abrupta ou revolucionária", ou seja, os primeiros impressos procuraram copiar um determinado manuscrito da forma mais fiel possível.

O comércio do livro impresso manteve-se, de início, dentro dos estreitos canais do livro manuscrito. Assim, os primeiros livros impressos buscaram atender a uma demanda já existente, com a fabricação, prioritariamente, de livros religiosos, como bíblias, livros litúrgicos (breviários, missais, livros de horas), hagiografias etc., em língua latina e vulgar. Além desses, imprimiam-se

gramáticas e alguma literatura profana (cf. Verger, 1999, passim). Em *O aparecimento do livro,* uma das obras de referência para o estudo desse tema, Lucien Febvre e Henry Jean-Martin (1992, p.356) consideram que os primeiros impressores e livreiros trabalhavam essencialmente com fins lucrativos, ou seja, os "livreiros do século XV aceitavam financiar a impressão de um livro apenas se se julgassem seguros de poder vender um número suficiente de exemplares em um prazo razoável".

Como têm proposto os especialistas em história do livro e da leitura, a grande contribuição da imprensa foi a reprodução de cópias idênticas de um mesmo texto, algo impossível no tempo dos copistas, pois nem mesmo o próprio autor podia repetir o texto exatamente igual, quanto mais, punhos diferentes. O conteúdo do texto manuscrito estava, nesse sentido, muito mais sujeito a ser modificado e manipulado, suscetibilidade que foi, a propósito, um dos seus atributos fundamentais. Em outras palavras, essa lógica da mutabilidade inerente ao texto manuscrito manteve-se por um bom tempo, na medida em que em certos textos – como comunhão pascal, bulas, indulgências, letras de câmbio e cartas de censo, entre outras escrituras de uso massivo –, quando impressos, eram deixados pequenos espaços em branco para que fossem preenchidos à mão e se personalizassem com os dados do receptor ou do beneficiário (cf. Bouza Àlvarez, 1992, p.40).

Assim, não se pode considerar que, no reino português do final do século XV e início do XVI, a invenção e a difusão da imprensa acarretaram um rompimento fundamental na história da leitura. O texto impresso, nos seus primórdios, não fez mais do que fixar e difundir um modelo já existente na cultura manuscrita, tendo a cópia manual sobrevivido fortemente, segundo Chartier, até o século XVIII, "embora durante muito tempo se tenha acreditado em uma ruptura total entre uma e outra" (ibidem, p.9). Nem mesmo a tradição dos copistas desapareceu; pelo contrário, "mesmo que a produção destes tenha sofrido inflexões por toda parte e mais claramente até 1470, continuou-se a transcrever livros manuscritos até o início do século XVI. E, de qualquer maneira, os

manuscritos mais antigos continuavam a ser utilizados" (Verger, 1999, p.127).

No período conhecido como Alta Idade Moderna (do século XV ao XVII), nota-se a permanência da palavra escrita à mão, pois julgava-se, segundo Fernando Bouza Àlvarez, que a letra cursiva conseguia traduzir melhor os escritos de intimidade, caso, por exemplo, das cartas e dos testamentos. O molde prensado, por sua vez, condizia melhor com o universo dos escritos impessoais, como o dos panfletos. A privacidade que passa a ser atribuída ao escrito manual teve, de acordo com o historiador, um impacto inesperado na mentalidade coletiva: "a suposição de que os manuscritos deviam estar cercados de verdade" (1992, p.43), ou seja, os escritos de próprio punho funcionavam de alguma forma para legitimar os conteúdos expressos. O desprestígio da letra impressa deveu-se também à disseminação da ideia de que dar um texto à imprensa era sinônimo de lançá-lo aos quatro ventos, enquanto escrever de próprio punho era uma forma de preservá-lo de leitores indesejados e de uma profusão de leitores anônimos (ibidem, p.43).

No caso dos cronistas, alvos deste estudo, é difícil saber até que ponto eles entraram em contato com textos impressos. D. Pedro de Barcelos e o cronista da *Crónica de Portugal de 1419* não tiveram contato algum, já que os mesmos não são contemporâneos à invenção da imprensa, mas Duarte Galvão e Rui de Pina, embora o tenham sido, provavelmente não tomaram contato ou tomaram muito pouco: por um lado porque a imprensa se consolidou gradativamente em solo português; por outro, porque sua atividade no âmbito do arquivo régio não exigia esse contato. Vale ressaltar, igualmente, que esses cronistas tiveram suas obras impressas somente séculos depois, portanto, no que se refere a eles, as possibilidades de leituras mantêm-se ainda relacionadas aos manuscritos.

Portanto, até meados do século XVI, com a consolidação da imprensa, não ocorreram mudanças consideráveis nas possibilidades de leitura, dado que pouca diferença houve entre as disponibilidades materiais de textos que um cronista dos séculos XIV e XV poderia ter em mãos e um cronista do início do século XVI. No que diz

respeito mais amplamente aos textos escritos no âmbito da corte,[14] no qual estavam ambientados os cronistas, é marcante, lembra Paul Zumthor, a manutenção da oralidade mesmo nos tempos de escritos impressos e manuscritos. A via oral foi a grande forma de divulgação dos saberes para um público mais vasto entre os cortesãos. Assim, no século XVI, para ele,

> nem o suporte impresso do livro ainda se tinha verdadeiramente imposto na prática, nem o conteúdo das mensagens se tinha inteiramente liberado de uma herança cultural de séculos dedicados às transformações vocais, nem, enfim, a autoridade se tinha definitivamente deslocado da palavra para a escrita. (1993, p.111)

Não há uma expansão intensa do impresso nem da escrita entre a população em geral, pois saber ler e escrever significava para a época, sem dúvida, um estágio avançado de cultura (cf. Marques, 1987, p.179). Desse modo, no ambiente cortês, o acesso às informações contidas em livros se deu sobretudo por meio das práticas orais. Em Portugal, segundo Oliveira Marques (ibidem, p.179), "de quando em quando visitavam o paço jograis de ambulatórios ou trovadores convidados. Uns e outros haviam de narrar contos, lendas, declamar poemas, tocar e bailar", o que ocorria não só para divertimento da corte, mas também para suprir a falta de acesso ao livro. A escrita, portanto, no período, era uma instituição pela qual uma comunidade podia se reconhecer, mas não se comunicar (cf. Zumthor, 1993, p.110), tanto que uma das grandes fontes de diversão dos cortesãos foi a poética, marcada por uma forte relação entre escrita e oralidade (Finazzi-Agrò, 1993, p.240).

No caso específico da tradição escrita sobre a história de D. Afonso Henriques, o pesquisador Antônio José Saraiva defende a tese de que as histórias fixadas sobre o monarca tiveram raízes

---

14 Para Rita Costa Gomes, a corte foi definida pelos homens dos séculos XIV e XV como o lugar da presença do rei e, simultaneamente, o conjunto dos homens que o acompanham (1995, passim).

jogralescas, ou seja, a escrita prosificou uma tradição épica cantada que estava reunida em uma denominada *Gesta de D. Afonso Henriques,* do início do século XIII. Tal herança explicaria o tom oral das escritas sobre o primeiro rei (cf. Saraiva, 1991, p.9), principalmente nas *Crónicas breves do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra.*

O caráter de oralidade era tão forte nas crônicas que, em várias passagens, elas anunciam um suposto ouvinte ou um leitor em pé de igualdade, como se pode perceber no seguinte trecho de Duarte Galvão (1995, p.81): "a nouidade que esta cousa assi feita per elRey dom Affomso Hamrriquez, assim podera parecer a quem quer que a leer e ouuir, como pareçeo naquelle tempo [...]". No entanto, seria pretensioso concluir a partir daí que as crônicas teriam sido lidas em público ou até mesmo teriam sido leitura dos cortesãos. Parece mais cuidadoso pensar, como aponta Finazzi-Agrò (1993, p.241), que a função espetacular, ou seja, escritos em formas de diálogos apresentados como pequenos acontecimentos teatrais, se imiscui em toda a produção literária medieval, "diferenciada, precisamente, por uma atenção ao ouvido, à *perfomance,* que irá desaparecendo lentamente ao longo dos séculos – salvo, obviamente, na literatura especificamente teatral". Esse recurso de escrita na forma de diálogos é usado pelos quatro cronistas aqui em questão, que abrem espaço nas suas narrativas para deixar falar as personagens das histórias.

Na *Crónica geral de Espanha de 1344*, como em outras crônicas medievais, a presença de elementos de oralidade pode ser explicada por duas razões: pelos ecos da oralidade na memória escrita ou porque a utilização dessas formas orais aparece simplesmente para dar coesão ao texto escrito. Neste último caso, deve-se considerar a preocupação com um virtual leitor, no sentido de que essa coesão visaria assegurar a atenção para a leitura e evitar que o texto se apresentasse excessivamente monótono (Fournier, 1996, p.34) – daí a divisão em capítulos curtos.

A pausa dos capítulos característicos das crônicas medievais, conforme António Fournier, visava conferir certo ritmo à narrativa, um ritmo marcado pela temporalidade interna de cada capítulo.

Assim, a dimensão dos capítulos dependia do que seria narrado e da ênfase dada a cada narração, porém mantendo-se comumente uma divisão curta para evitar "um excessivo desenvolvimento narrativo, prejudicial à atenção de leitura num texto que pretende ser didático" (ibidem, p.35). No entanto, mesmo diante dessa análise, ainda parece arriscado pensar em uma leitura pública ou até mesmo pensar em possíveis leitores para as crônicas medievais que, ao que tudo indica, estariam restritas ao público dos arquivos, ou seja, aos próprios cronistas e aos religiosos de mosteiros.

O leitor das crônicas mais facilmente reconhecível é, nesse sentido, o próprio cronista, a quem cabia compilar as crônicas passadas: lê-las e retomá-las em uma nova forma escrita, mesmo que esta nova forma compilada estivesse recheada de passagens na íntegra de textos anteriores. Elisa Nunes Esteves (1994, p.24) define o cronista medieval como um "leitor-autor", ou seja, "um receptor da matéria anterior, a 'autoritas', cuja obra é o resultado de um processo de recepção". O cronista é tanto escritor quanto receptor da matéria escrita: ele recebe um texto e o reaproveita. É assim um leitor diferente daquele que apenas lê, pois lê para reescrever o texto, ou seja, escolhe passagens e reutiliza textos. Diante disso, emergem as interrogações: como se dava essa leitura? Era minuciosa ou mais mecânica? Era integral ou apenas daquelas partes que interessava retomar ou que foram encontradas?

Mesmo considerando-se que o cronista lê e aproveita textos alheios, não convém afirmar que isso possa significar um questionamento dessas diversas fontes, tampouco uma seleção criteriosa baseada em uma análise interna e depois no confronto – como vieram a propor os metódicos. Apenas se pode dizer que o cronista, ao transcrever, subscreve a opinião extraída da sua fonte ou fontes (Fournier, 1996, p.70). Em outras palavras, o cronista quase sempre reaproveita os textos que lhe são acessíveis no momento, mantendo-se preso a uma fonte prioritária que, por vezes, aparece como condutora de todo o texto, sem substantivas modificações. Deve-se, entretanto, considerar que, conquanto o cronista compilador siga de perto a opinião do cronista anterior, sua compilação inclui igualmente os

interesses de seu tempo, e as atualizações que realiza traduzem de alguma forma esses valores.

Na compilação, por exemplo, que o cronista Duarte Galvão faz sobre o reinado de Afonso Henriques, a partir de um manuscrito da *Crónica de 1419*, é notável que ele se baseou amplamente na crônica anterior, inclusive na ordenação dos capítulos. Porém, o acréscimo de um prólogo enaltecendo o monarca vigente, D. Manuel (1469-1521), diz acima de tudo acerca dos interesses e valores que marcam o início do século XVI, a saber, fixar a história régia vinculando-a à predestinação reservada aos reis portugueses desde as origens: o avanço para além-mar. Assim, a escolha do reinado de Afonso Henriques e não outro rei qualquer, sem dúvida, deve-se ao fato de este rei representar a origem da expansão territorial e a conquista de espaço do cristianismo sobre o Islã. O texto, pois, foi feito por meio da reprodução de textos mais antigos, mas está carregado de significados comprometidos com os interesses contemporâneos.

Assim, não faz tanto sentido requerer dos cronistas uma originalidade na obra, pois essa é uma lógica que contradiz a prática do período. No entanto, a elaboração das crônicas, embora amparada na compilação, inclusive com reproduções na íntegra, não deve levar a pensar que o cronista que executa o recorte, a escolha e o arremate esteja privado de responsabilidade sobre o que escreve. Se ele não conta com a autoridade autoral, cara aos modernos, goza da autoridade da função que ocupa, isto é, a do cargo de cronista, um cargo subordinado à casa real – solicitante e financiadora da produção das crônicas. Assim, o cronista vê-se na nobre e dificultosa missão de agradar o financiador da empreitada.

Além da mudança no fio condutor, o ato da reescrita dos textos cronísticos envolve alterações ocasionais e não intencionais ligadas ao próprio caráter de transmissão dos textos manuscritos. Um exemplo claro disso são as diferenças de datas entre as crônicas dos primeiros reis: a *Crónica de Portugal de 1419* e as de Duarte Galvão e Rui de Pina (*Crónica de El-Rey D. Afonso Henriques, Crónica de D. Sancho I, Crónica de D. Afonso II, Crónica de D. Sancho II e Crónica*

de D. Afonso IV). No caso da *Crónica de Portugal de 1419*, as datas aparecem na Era de César, como era uso corrente no século XV; já no segundo conjunto, nas crônicas da transição para o século XVI, há a atualização das datas para o calendário cristão. Provavelmente, como aponta Arthur de Magalhães Basto (1960, p.62), os cronistas quinhentistas executaram mecanicamente as mudanças, sem que isso constituísse um problema para eles.

Também a linguagem usada traz suas especificidades: a da *Crónica de 1419* possui um caráter mais arcaico, enquanto a de Rui de Pina e a Duarte Galvão é caracterizada pela substituição de palavras e locuções em desuso no século XVI por palavras ou locuções modernas (ibidem, p.62). Essas mudanças, contudo, nem sempre são corriqueiras no decorrer dos textos, pois não são raros os casos de se encontrarem palavras arcaicas, nas crônicas do século XVI, que provavelmente passaram despercebidas pelos cronistas.

Diante desse referido compromisso com fontes anteriores, a questão que se coloca é se o cronista medieval pode ser pensado como um autor que, ajuntando textos, cumpre ainda um papel unificador do relato. Qualquer obra medieval, como os historiadores têm destacado, ao transitar entre escrita e reescrita, lança mão de múltiplas vozes e de múltiplos tempos. O cronista tanto escreve quanto reescreve. É um leitor bem específico, que lê os documentos com o fim determinado de reaproveitá-los, introduzindo as perspectivas de outros congêneres na sua compilação. Em muitos casos, ele é o leitor de primeira mão dos documentos, principalmente em se tratando de crônicas.

Tratava-se, pois, de um leitor que lê para escrever e, ao fazê-lo, retomava e reordenava, como foi adiantado e como se pode notar no exemplo de Zurara do início deste capítulo, no qual o cronista se refere à busca de documentos oficiais em cartórios e igrejas por parte do seu antecessor para compor suas crônicas – passagem que ilustra a preocupação dele e seus congêneres em retomar textos específicos e confiáveis para os padrões de verdade daquela época. Se esses tipos de fontes eram as suas prioritárias, outras, no entanto, frequentaram as compilações.

A *Crónica geral de Espanha de 1344*, por exemplo, dada sua proposta abrangente de narrar a história da Península Ibérica desde o surgimento do mundo, passando pelas ocupações territoriais, guerras de reconquista e até a formação e a consolidação dos reinos peninsulares, recorre a vários tipos de fontes. Escrita por D. Pedro de Barcelos, sob a encomenda de D. Dinis, faz parte "da cadeia tradicional de textos historiográficos criados a partir da escola Afonsina" (Esteves, 1994, p.20). A sua fonte mais imediata e mais importante é a *Primeira crónica geral*, de Afonso X (1121-1284), mas não se deve encará-la como mera tradução para o português, pois agrega outros documentos não usados na versão castelhana, como apontam inúmeros autores que se dedicaram à comparação das duas. Diego Catalan, por exemplo, mostra a reconstrução do processo compilatório das duas crônicas, defendendo a ideia de que a de D. Pedro de Barcelos compôs uma crônica bem mais ampliada do que a versão castelhana (cf. Menéndez Pidal, 1962, p.11).

Outra fonte da *Crónica geral de Espanha de 1344* de grande peso no período é a *Crónica do mouro Rasis*, especialmente as partes que descrevem a geografia da Península Ibérica e as que narram a história dos reis godos e da ocupação muçulmana. Essa narrativa intercala-se, entre outras crônicas, com a história dos reis visigóticos extraída da história do Bispo Pelaio Oviedo, que agrega uma versão do *Liber Regum* e do *Livro das Gerações* (cf. Krus, 1993, p.189-90). Além dessas fontes cronísticas, Lindley Cintra (1951, v.1, p.XXXIII) aponta que é possível identificar outras de natureza poética: o cantar jogralesco de Fernão Gonçalves, o próprio poema de "clerecia" utilizado na *Primeira crônica*, o *Segundo cantar dos infantes de Lara*, o *Cantar de Fernando I* e o *Cantar dos filhos de Sancho de Navarra*. D. Pedro de Barcelos, um cortesão erudito, ao usar esse tipo de fonte, demonstra seu apreço pelos poetas e cantadores. Elisa Nunes Esteves (1994, p.8) entretanto, adverte que o uso das fontes jogralescas pode ter-se dado pela mediação da escrita, pois alguns poemas já teriam sido prosificados em outras fontes, e apenas alguns foram ali prosificados pela primeira vez.

Quando se estuda a extensa narrativa que é a *Crónica geral de Espanha de 1344,* além de se constatar a variedade de registros discursivos que ela torna manifestos, não se pode esquecer que uma mesma variedade temporal penetra a sua construção. Assim, da mesma forma como se notam diversas vozes no texto, nota-se que suas reelaborações se inscrevem em uma cadeia de sucessivas reestruturações que põem em diálogo o passado remoto, o passado próximo e o presente do próprio cronista. Um claro jogo de leituras, compilações e acréscimos.

Dessa maneira, não vale a pena tentar buscar a origem de determinado relato ou determinada descrição, pois as ideias e formulações são comumente manipuladas. A forma de construção que usava o cronista pode, portanto, ser caracterizada como de recorte e ajuntamento; uma fragmentação inicial que será organizada pelo cronista em uma narrativa coerente. Era basicamente nisso que consistia o fazer histórico no seu tempo: reunir, mais do que criar algo novo.

Do núcleo da história da Península Ibérica da *Crónica geral de Espanha 1344*, por exemplo, surge uma narrativa independente relativa às histórias dos primeiros reis de Portugal, como foi explicitado anteriormente. Esta narrativa serviu de base para a conhecida *Crónica de 1419*, encomendada, provavelmente, pelo então infante D. Duarte. Do mesmo modo, trata-se este de um texto resultante da colagem de vários documentos, como apontou Artur de Magalhães Basto.[15]Algumas dessas fontes, como indica Fernando Figueiredo, estão explicitamente referidas no corpo da crônica; outras são identificáveis por comparações, sendo as principais fontes da crônica conhecidas hoje as seguintes: a "*Crónica de 1344* (fonte principal), a *Crónica do mouro Rasis* (referente da expressão: historias dos Arauigos), *De exugnatione Sacalabis* e *Vita Sancti Theotonii*; e

15 Em 1942, Artur de Magalhães Basto encontrou na biblioteca pública do Porto um manuscrito que ele datou como sendo uma cópia do século XVI de um manuscrito do século XV, sobre os primeiros reis de Portugal. Basto dedicou-se por vários anos ao estudo deste manuscrito, comparando o texto encontrado com textos posteriores e anteriores para saber a origem do manuscrito, a autoria, as fontes e o aproveitamento dele por cronistas posteriores.

provavelmente também os *Anais de Afonso Henriques*" (Figueiredo, 1994, p.377). Além dessas mencionadas, afirma António José Saraiva (1993, p.162) que

> entre essas "escrituras antigas" não se contam apenas as crônicas e as tradições registradas, mas também os documentos autênticos, como, por exemplo, a carta de Inocêncio III chamando à cruzada, o juramento que o conde de Bolonha, futuro S. Afonso III, fez em Paris antes de vir para Portugal, ou as cartas que o papa enviou aos senhores de Portugal e aos frades menores para que recebessem como rei o irmão de D. Sancho II. São documentos de chancelaria.

Nessa crônica, ocorre, portanto, a utilização de fontes de origem laica bem como religiosa, que são compiladas em um mesmo texto, demonstrando – como a citação de Zurara no início deste capítulo parece sugerir – a crença em que o uso do maior número possível de fontes assegurará a versão mais fidedigna dos acontecimentos.

No que diz respeito à forma de compilação, a *Crónica de 1419* traz algumas diferenças se comparada às crônicas mais conhecidas de Fernão Lopes (as de D. Pedro, D. Fernando e D. João I, primeira e segunda partes). Segundo Luis de Sousa Rebelo (1983, p.18), essas são crônicas nas quais o discurso histórico é "concebido e elaborado dentro de certos programas de persuasão, cujo eixo semiológico assenta na questão do poder político considerado em função da família real". Já a *Crónica de 1419* oferece "uma ordem narrativa de caráter linear na apresentação dos sucessos, que em tudo se acomoda ao modelo tradicional do gênero cronístico" (ibidem, p.115). Rebelo, visando principalmente às concepções de poder em Fernão Lopes, chega mesmo a não incluir a *Crónica de 1419* na sua análise, considerando-a parte de um gênero diferente das crônicas que correm com o nome de Fernão Lopes. Tratar-se-ia essa de uma narrativa plenamente compilatória, que prioriza o encadeamento cronológico dos fatos, sem certa criticidade que alguns especialistas apontam existir nas demais crônicas daquele cronista. Quando aponta a descoberta da *Crónica de 1419* em meados do século XX,

Teresa Amado (1993, p.272) compartilha da ideia de Rebelo, afirmando que "são as outras três crônicas que justificam dar a Fernão Lopes um lugar único, pela novidade face à tradição e pela exceção face aos seus contemporâneos".

Os dois autores referidos diferenciam as três crônicas pelo claro vínculo entre história e poder, ou pelos processos de elaboração. A distinção entre os dois conjuntos de crônicas perde relevância, entretanto, quando se tem como objetivo notar a persistência do recurso à compilação que caracterizou a erudição medieval – um modelo que transpõe o século XV, mantendo-se como base também para Duarte Galvão e Rui de Pina. Em outras palavras, mesmo que Fernão Lopes seja normalmente reconhecido por suas crônicas mais elaboradas, a importância da *Crónica de Portugal de 1419*, sendo sua ou não, não pode ser minimizada, especialmente em razão do seu aproveitamento pelos cronistas posteriores. Embora o estilo de escrita seja considerado inferior ao das crônicas de D. Pedro, D. Fernando e D. João, estas são do mesmo modo devedoras de um fazer histórico que tem a compilação de vários documentos, a partir de uma fonte principal, como modelo. E o cronista, neste caso, tem o papel de amarrar os textos em uma narrativa coerente, na maioria das vezes apagando sua voz no texto.

O cronista Duarte Galvão, embora escrevendo já no século XVI,[16] segue à risca essa prática, por isso é caracterizado como um historiador nos moldes medievais (cf. Lapa, 1972, passim). Ele teria escrito a história do reinado fundador do reino sob a encomenda do rei D. Manuel, o Venturoso. Segundo Luis Krus, Duarte Galvão redigiu a *Crónica de El-Rey D. Afonso Henriques* com base em documentos conservados no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, tendo herdado o espírito hagiográfico com que os textos de Santa Cruz descreviam a história de D. Afonso Henriques. Assim, esta crônica acaba por fazer "dele a santidade raiz de um reino e de uma realeza providenciais, predestinando o Portugal manuelino para as

---

16 O prólogo da *Crónica de El-Rey D. Afonso Henriques* traz como data inicial de sua elaboração o ano de 1505.

missões da evangelização universal e da vitória final sobre o Islã" (Krus, 1993, p.174).

A crônica de Duarte Galvão tem duas características que são recorrentemente destacadas: a profunda semelhança com a *Crónica de 1419* e a tentativa de enaltecer o reinado de D. Manuel, encomendador da obra. Apesar do caráter hagiográfico, apontado por Luis Krus, e da utilização das fontes de Santa Cruz, é inegável a proximidade da mesma com o texto encontrado por Artur de Magalhães Basto.[17] Este aponta que a crônica de Galvão tem estreitas afinidades com a *Crónica de 1419*, encontrando-se todos os capítulos desta naquela, com acréscimo de apenas dois, nos quais Galvão se insere na narrativa para opinar sobre o que está sendo narrado. Basto (1960, p.60) também aponta que "entre Galvão e a *Crónica de cinco reis* há longuíssimos trechos em que não se encontram diferenças de redação, nem na ordenação das matérias". Comparando as duas crônicas, ele mostra que os dois capítulos nos quais o cronista declaradamente se insere na narração possuem grandes diferenças de estilo em relação ao restante do texto. Mas vale acrescentar que há também capítulos na crônica de Galvão que se apresentam mais divididos do que os da *Crónica de 1419*, provavelmente com a finalidade de tornar mais claros os acontecimentos e melhor ordenados os assuntos.

Além da crônica já apontada, Serrão (1972, p.132) afirma que Duarte Galvão consultou por autorização régia "papéis que se guardavam no cartório dos Crúzios". No entanto, vale ressaltar que as aproximações da *Crónica de El-Rey D. Afonso Henriques* com a *Crónica de 1419* são extremamente marcantes e evidentes.

---

17 Artur de Magalhães Basto denominou o texto que encontrou como *Crónica de cinco primeiros reis*, porém trata-se do mesmo texto da *Crónica de 1419*. Em 1945 Carlos da Silva Tarouca tornou pública a informação de que na Livraria da Casa de Cadaval havia uma crônica com as histórias dos sete primeiros reis portugueses. Arthur de Magalhães Basto, comparando este manuscrito com o que encontrara em 1942, chegou à conclusão de que na crônica de Cadaval o copista do século XVI, talvez por falta do prólogo e da história de Afonso Henriques no manuscrito que copiou, utilizou a versão de Duarte Galvão para suprir a lacuna.

A grande novidade da crônica de Galvão é o prólogo dedicado ao rei D. Manuel, no qual o cronista deixa claro que a empreitada à qual se dedica foi ordenada pelo monarca reinante. Tomando como ponto de partida o valor simbólico de Afonso Henriques, primeiro rei português, o objetivo da compilação é louvar este rei e "estabelecer uma linha de continuidade histórica para a glorificação do Venturoso" (ibidem).

O nome de Duarte Galvão é normalmente relacionado com o do cronista oficial seu contemporâneo Rui de Pina, tanto porque este continua a escrita da história do reino português iniciada por Galvão, quanto pelas acusações de "plágio" lançadas sobre eles. A historiografia portuguesa, em geral, aponta várias semelhanças entre as crônicas de Rui de Pina e as crônicas de Fernão Lopes e Zurara. Segundo Lopes de Almeida, a semelhança explica-se, por um lado, pelo fato de que Rui de Pina é um "escritor numa época de transição da historiografia, ele ainda não se reveste da toga solene dos humanistas, conserva muito da roupagem da idade anterior, simplicidade e não empolgamento" (Almeida, 1997, p.XXII). Por outro, porque Pina bebe dessas fontes senão por completo, em grande parte. Isso mais especificamente no caso das crônicas sobre a primeira dinastia, pois o cronista de D. João II, em algumas passagens, só atualiza o vocabulário e as datas da versão anterior, a *Crónica de 1419*. Pina não fez nada mais do que seguir seu antecessor, mantendo um estilo que se pode chamar mais medieval do que moderno, o que quer dizer que Pina segue a lógica compilatória dos seus antecessores, bem como a temática histórica ainda centrada na vida do rei e nos seus feitos – traço distintivo da história escrita no final da Idade Média.

Pensando nas fontes utilizadas pelos cronistas, é curioso ainda notar que, nas crônicas em questão, aparecem algumas remissões aos autores clássicos, como nesse exemplo de Duarte Galvão (1995, p.207): "porque, como diz Aristotilles, o primçipio he mais da metade das cousas". É difícil saber se os cronistas leram os clássicos ou simplesmente os citaram de segunda mão, como parece ser, segundo Joaquim de Carvalho, o mais provável, especialmente

no caso dos escritos de Gomes Eanes de Zurara, que é quem mais recorre a esse tipo de referência (Carvalho, 1949, p.8-55).

Os cronistas Galvão e Pina vivem em um tempo que se costuma definir como humanista, dado o gosto pela retomada dos clássicos, mas ainda assim não se pode precisar o grau de proximidade que os mesmos tiveram com os textos desses autores, se os leram de fato ou apenas compilaram de algum lugar. Como lembra Joaquim Veríssimo Serrão, a influência cultural da Itália, berço do humanismo, fez-se sentir a partir do reinado de D. Afonso V, quando este trouxe mestres daquele país para ensinar e cultivar as letras, proporcionando a divulgação desse pensamento em Portugal (cf. Serrão, 1977, v.2, p.320).

Os cronistas aqui abordados são, em larga medida, devedores da Escola Afonsina, caracterizada pela busca de certa fidelidade a um texto antecedente como garantia de verdade. Segundo Lindley Cintra, "é completamente estranho aos hábitos dos cronistas da escola afonsina, ao tratar do passado, falar seja do que for que não tenham achado por escrito" (1951, v.1. p.CCCLXXXVI). Nesse sentido, os textos dos cronistas medievais devem ser pensados considerando seu diálogo com a tradição e as convenções que o caracterizam. Em suma, os cronistas pertencem a uma tradição na qual a cópia era a forma por excelência de manutenção do passado e garantia da verdade dos fatos.

Diante dessas considerações, pode-se aventar a hipótese de que os cronistas liam muito pouco para compor suas crônicas, escolhendo normalmente uma fonte principal e juntando a esta alguns documentos oficiais, de cunho religioso ou filosófico, e obras trovadorescas. Ou seja, os documentos não tinham uma origem tão variada, dado que não eram muitas as possibilidades no período. Os próprios cronistas medievais apresentam-se como "*ajuntadores*" de histórias, "isto é, reproduzem em grande parte o que encontraram em outros livros" (França, 2006, p.13). Eles não tinham intenção de escrever obras inovadoras, mas sim prestar um serviço a quem encomendou a crônica e, para isso, seguiam a tradição de juntar os documentos antigos, dando uma nova versão a eles.

Da mesma forma que não realizaram muitas leituras, pode-se afirmar que os cronistas medievais não realizavam leituras de diversos gêneros, como textos teológicos e filosóficos, por exemplo. Em primeiro lugar, como foi adiantado no início deste capítulo, porque as possibilidades de leitura não eram abundantes, os livros eram caros e raros, muitas vezes tratados mais como tesouros do que como objeto de erudição, portanto, não eram acessíveis – apenas o eram alguns pequenos tratados e livros religiosos. Em segundo lugar, como não fazia parte da tradição cronística medieval demandar um grande levantamento e exame de várias fontes, a leitura se restringia a crônicas mais antigas, alguns textos de origem religiosa e documentos oficiais, que eram incorporados a uma fonte principal que conduzia a narrativa, frequentemente com trechos idênticos.

Esse panorama, desse modo, teve como preocupação apresentar alguns aspectos da produção medieval portuguesa voltada para os escritos sobre o passado, mostrando que esse tipo de fazer histórico não tinha preocupação nem com a originalidade nem com remissões a autores e fontes. Além disso, os cronistas apenas retomavam e acrescentavam o estritamente necessário, sem mudar amplamente o que havia sido dito, e faziam uso dos recursos próprios do seu tempo, a saber, um tempo movido pela vontade de consolidar e preservar verdades alimentadas no passado e projetadas para conduzir o presente e o futuro (cf. Koselleck, 1993, passim).

A busca pela verdade, sem dúvida, foi uma característica persistente em todo fazer histórico cronístico medieval, razão pela qual o capítulo seguinte será dedicado a pensar como se compõe essa verdade no tempo dos cronistas em questão. Visando entender a forma de construção histórica que alimentou o Ocidente por alguns séculos, a problemática a ser desdobrada gira em torno das implicações de uma verdade construída com o financiamento do poder monárquico e respaldada por este.

2
O passado como exemplo nas crônicas medievais portuguesas

O orador romano Marco Túlio Cícero (106 a.C- 43 a.C.) considerou que história era "a testemunha dos tempos, a luz da verdade, a vida da memória, a mestra da vida, a mensageira da Antiguidade" (1967, p.9-36).[1] Já o estoico Lúcio Aneu Sêneca (4 a.C.- 65 d.C.) acreditava que o presente era "brevíssimo; o futuro, duvidoso; o passado, certo" (1995, p.169).[2] Esses dizeres traduzem formas de pensar a história e o tempo na Antiguidade que, de algum modo, se mantiveram como pressupostos do fazer histórico ao longo de vários séculos, podendo ser reconhecidos, embora com outros fundamentos, na produção dos cronistas dos séculos XIV, XV e início do século XVI. A proposta deste capítulo consiste em analisar a permanência de alguns aspectos da percepção do tempo dos antigos nas visões de mundo dos ocidentais pré-modernos (cf. Koselleck, 2001, p.20), mais especificamente nos cronistas, como é o caso do passado com caráter pedagógico e pautado no acontecimento como garantia de verdade.

Para Cícero, a história é reveladora da verdade e, por isso, mestra da vida, o que significa que ela tem uma função pedagógica, já que

1 Tradução minha.
2 Tradução minha.

o passado serve para ensinar o presente e o futuro. Esse aspecto educacional do passado pressupõe, em certo sentido, a possibilidade de repetitividade da história. No entanto, com a era das explorações (Descobrimentos) e o chamado progresso tecnológico, abre-se aos europeus um horizonte de diversidades culturais, ao lado da consolidação da possibilidade de mudança e da interferência do homem no mundo material, o que provoca o questionamento do modelo ciceroniano de conservação dos valores dos tempos idos.

Segundo os apontamentos do historiador Reinhart Koselleck, todavia, até o século XVIII as histórias são úteis como ilustrativos de doutrinas morais, teológicas, jurídicas e políticas (idem, 1993, p.43). A Revolução Francesa, para o supracitado historiador, torna-se o ponto chave para a crise do modelo ciceroniano, pois a ideia de revolução não comporta a capacidade de repetição do passado e, sim, a busca pela ruptura. A partir daí, o homem tende a considerar, segundo ele, que o futuro não pode resultar das experiências do passado, pois é inaudito (idem, 2001, p.20). Durante o período medieval, ao contrário, pode-se dizer que a função exemplar caracteriza a produção sobre o passado e está presente em discursos muito diferentes: encontra-se em textos hagiográficos, em crônicas e em livros de ensinança (cf. Amado, 1997, p.14).

A supracitada passagem de Sêneca apresenta o passado como certo, ou seja, amparado no que aconteceu e verdadeiro justamente por isso. Já o futuro mostra-se incerto, mas podendo ser parcialmente delineado pelo passado. Assim, o passado pode servir como referência para o que virá, como ocorre no pensamento ciceriano, porém o futuro pode guardar surpresas, ou seja, não seria confiável da mesma forma que o que já ocorreu. A mesma ideia é recorrente nos ensinamentos do pensador cristão Santo Agostinho (354 d.C.-430 d.C.), que considerava que o passado poderia ser apreendido pela memória, o presente poderia ser explicado contemplando-o, mas para o futuro restavam apenas a espera e a esperança (cf. Gurevitch, 1990, p. 138).

As crônicas medievais são conduzidas por uma diretriz, na qual o tempo é claramente cronológico, definido pelos eventos.

Ela é, da mesma forma, uma diretriz projetiva, já que as crônicas visam dar exemplos para a posteridade, ou seja, tem uma perspectiva tanto memorialista quanto moralista. A partir dessa notável duplicidade, interessa aqui interrogar: quais as mudanças entre a percepção de tempo dos antigos e dos cronistas medievais? Quais os fundamentos do fazer histórico cronístico? Como os cronistas registram o passar do tempo e a historicidade dos acontecimentos? Quais os tipos de eventos que são descritos pela matéria cronística? Qual a verdade pretendida pelos cronistas? No que se pauta essa verdade?

De saída, vale adiantar algumas considerações sobre a relação com o tempo dos homens medievais, levando em conta tanto aspectos da vivência cotidiana quanto de como a sociedade se situa no tempo, vive e percebe sua historicidade (Krus, s.d., p.346). De acordo com Aron Gurevitch (ibidem, p.116), Ivan Domingues (1991, p.30-1), Paul Zumthor (1994, p.21) e Jacques Le Goff (1984, p.23), entre outros, a noção de tempo dos medievais resulta de uma combinação de visões de mundo pagãs e cristãs.

Para os povos germânicos, nas sociedades agrárias, o tempo era determinado pelos ritmos da natureza e percebido, principalmente, pelas mudanças das estações do ano e pelos astros celestes. Era um tempo muito ligado ao mitológico, pois a memória dos grupos sociais, ao longo dos anos, transformava em mitos os acontecimentos. Para esses povos, o culto dos antepassados era indispensável, pois estes representavam os laços que uniam o presente e o passado, e era pela genealogia das gerações que se construía a medida do tempo local. Apesar, entretanto, dessa noção genealógica no pensamento desses povos, o passado, o presente e o futuro encontravam-se alinhados e coexistiam; portanto, para os germanos, em certo sentido, existia só o tempo presente: o único que era verdadeiramente concreto (Gurevitch, 1990, p.123-5).

Com a passagem do paganismo para o cristianismo, a noção de tempo foi reorganizada, porém a "relação arcaica com o tempo foi menos destruída do que atirada para segundo plano e constituiu, por assim dizer, a camada inferior da consciência popular" (ibidem,

p.127). Quando se fala em período medieval ocidental, deve-se ter em mente que o homem que viveu nessa época era incapaz de pensar o mundo sem Deus. Como aponta Jacques Le Goff, "se havia um tipo humano a excluir do panorama do homem medieval era precisamente o do homem que não crê" (1989, p.10). Pelo menos até o século XIII e mesmo depois, é insignificante o número de pessoas que negam a existência de Deus nos textos do período. Para Domingues (1991, p.26), toda a reflexão sobre o problema do homem na Idade Média não se dá nos quadros de uma filosofia secular, mas sim religiosa que, ao contrário da antiga, muda seu objeto, o homem, fazendo dele "uma criatura que pertence a Deus, não a si mesma". A noção de tempo, certamente, não foge a essa característica, de pensar Deus como fundador.

A grande novidade cristã, nesse sentido, foi combinar dois tempos, um circular e um linear. O tempo circular é articulado pelas estações do ano e nele se insere um tempo litúrgico, movido pelos acontecimentos da vida de Cristo – Natal, Páscoa, Pentecostes, por exemplo. Ambos são circulares, repetem-se ano a ano, contrapondo-se, pois, a um tempo linear, o da História, aquele gerado por Deus com a Criação e renovado com a Encarnação, o tempo terrestre (cf. Le Goff, 2002, v.2. p.531-9). Neste tempo, a origem é a eternidade, antes da Queda, e o fim da História estaria no retorno ao tempo eterno, à Salvação. O cristão, no entanto, não media a eternidade em porções de tempo; ela era um atributo de Deus. O tempo tinha sido criado por Deus, possuía um princípio e um fim, uma duração que se limitava à história humana (Gurevitch, 1990, p.133). Para os primeiros cristãos, a eternidade também não se opunha ao tempo, nem era, como por exemplo para Platão, a ausência de tempo; seria ela uma dilatação do tempo até o infinito (cf. Le Goff, 1993, p.45).

Entrecruzando o tempo das estações, o litúrgico e o terrestre, a consciência medieval orientava-se, prioritariamente, para o passado, um passado a ser reencontrado, retomado. A história tinha uma direção: desenvolvia-se desse modo segundo um plano preestabelecido, movia-se rumo ao término, no qual a vida terrestre se juntaria com

a celestial e, com isso, levaria à salvação das almas.[3] Essa história, portanto, diferentemente da concepção antiga, estava fundamentada no encontro com a eternidade divina (Baschet, 2006, p.318).

Para os cristãos, assim, a morte poderia ser positiva ou negativa dependendo, como apontam os seguintes versos das *Cantigas de Santa Maria*, da conduta de cada um:

> *Por que tanto que morreres | vaas log' a Parayso*
> *e non ajas outr' enpeço, | mais senpre goyo e riso,*
> *que perdeu per sa folia | aquel rico de mal siso,*
> *por que sa alma agora | será do demo levada.*
> *Omildade con pobreza...*
>
> (Afonso X, 1959, Cantiga 75)

Em outros textos do período medieval, o passar do tempo aparece como angustiante, como nos trechos dedicados à velhice do *Romance da rosa* de Guilherme de Lorris (1200 -12??) (2003).[4] Escreveu ele:

---

3 O historiador Jean Delumeau aponta que o paraíso, para alguns pensadores medievais, como Isidoro de Sevilha, encontrava-se em um local recuado da Terra e conservado no seu estado primeiro, porém tornou-se inacessível, a não ser para viajantes munidos de um passado excepcional e de um guia angélico. Para outros, o paraíso teria sido retirado da Terra, depois do pecado original, e transportado ao céu. No entanto, estaria o paraíso no terceiro céu, não no sétimo céu da felicidade eterna beatífica. Delumeau descreve ainda que alguns pensadores, como Gregório de Nissa, assimilavam o paraíso primeiro de Adão ao paraíso da beatitude eterna; já S. Basílio não distinguia céu de paraíso. Mapeando o pensamento medieval sobre o paraíso, Delumeau percebeu que existiram opiniões muito distintas sobre a localização e a função do paraíso. Alguns dos primeiros pensadores medievais acreditaram que o paraíso fosse terrestre e um lugar de espera para os justos até o julgamento final, porém tal ideia foi tornada herética a partir de meados do século XIII e o paraíso configurou-se cada vez mais no céu ansiado pelos cristãos que diferenciava do paraíso terrestre de Adão (cf. Delumeau, 1992, p.33-50).

4 Guilherme de Lorris (1200-12??): poeta francês autor dos primeiros quatro mil versos de 22.000 do poema *Le roman de la rose*. A segunda parte foi escrita pelo poeta francês Jean de Meun.

> *[...] o tempo face ao qual nada resiste*
> *nem o ferro, nem nenhuma coisa por mais dura que seja,*
> *pois ele corrompe e devora tudo;*
> *o tempo que muda todas as coisas,*
> *que tudo faz crescer e tudo alimenta*
> *e que tudo gasta e apodrece;*
> *o tempo que envelhece os nossos pais*
> *e envelhece reis e imperadores*
> *e que nos fará envelhecer*
> *a menos que a morte se nos antecipe [...]*

Pode-se dizer que o passar do tempo, em alguns casos, seria bem aceito, já que encaminharia à morte e esta levaria ao tempo eterno. Além disso, o passar do tempo forneceria os exemplos para o futuro, ou seja, a velhice pensada como sabedoria e exemplo. No entanto, o tempo também era encarado como angustiante e destruidor e a velhice era tida como um mal inevitável.

Se, nas sociedades rurais, a grande forma de perceber e marcar o tempo era pela natureza e pelos astros celestes (sol e lua), nas cidades e nos mosteiros, diferentemente, o tempo passa a ser um tempo sonoro, reconhecido pelos sinos que anunciavam as horas – ainda não um tempo visual, como o tempo moderno dos relógios. O controle do tempo nas cidades era, portanto, atributo da igreja, dado que as horas canônicas determinavam o badalar dos sinos que avisavam o passar do tempo, do dia e da noite, mas em uma marcação ainda bastante imprecisa.

No final do período medieval, como chama a atenção Henrique Vaz (1991, p.67), foram formadas certas estruturas específicas do tempo e da relação do homem com a temporalidade, estruturas que projetaram o homem moderno, dependente da marcação dos relógios mecânicos – invenção do século XIII. Pode-se afirmar que a organização do tempo é uma das mais importantes conquistas da história dos séculos medievais, como tem proposto Jacques Le Goff (cf. 1993, p.44), que dedica dois capítulos de uma de suas obras de maior destaque, *Para um novo conceito de Idade Média*, justamente

a refletir sobre essa questão. Para o historiador medievalista, no final da Idade Média, havia duas formas de vivência do tempo: o tempo da Igreja e o tempo do mercador, e essas seriam percepções opostas do tempo – uma pertencente a Deus e outra voltada para o ganho (ibidem, p.44). Via-se a oposição entre as duas formas de conceber o tempo, na medida em que se o tempo era dominado por Deus, ele não poderia ser vendido. É notória, a partir do século XIV, para Le Goff (ibidem, p.45), uma ligação entre o sentido do tempo e o sentido do espaço, já que o mercador descobre "o preço do tempo na mesma altura em que explora o espaço, pois para ele a duração essencial é a de um trajecto".

Mesmo que o controle cotidiano do tempo tenha sofrido modificações ao longo dos séculos medievais, com o aparecimento dos relógios mecânicos e com a relação tempo e ganho, não se pode negar que a Igreja foi a principal responsável pela conservação do tempo passado, da memória, por meio da escrita histórica, principalmente do século XIII ao século XV (cf. Guenée, 1997, v.1, passim). Alguns mosteiros, como se sabe, foram renomados centros de saber do medievo. A Igreja apresentava-se como uma religião da recordação, que valorizava a memória de Cristo e dos mortos *especiais* (cf. Brown, 1999, passim), os santos. Daí decorreram as produções das hagiografias, dos anais religiosos e das crônicas eclesiásticas. A Igreja, contudo, não foi a única a valorizar o registro do passado: também a nobreza mandava preparar genealogias revalorizando seus antepassados nobres e as monarquias, especialmente, reconheceram a importância de fazerem da história a garantia de sua legitimidade e uma forma de exaltação de seus ancestrais (cf. Le Goff, 2002, v.2, p.535). Um dos resultados desse interesse pelo passado foi a consolidação, a partir da noção religiosa de tempo linear cristão, da escrita historiográfica medieval, que por muito tempo foi dominada pela periodização anual (anais) e pela obsessão pela Crônica Universal (Guenée,1997, p.100).

Desde a Antiguidade, distinguiam-se dois gêneros de composição histórica, um nobre, a história, mais desenvolvida e seguindo os moldes gregos, e os anais, um gênero menor (cf. idem, 1992, p.4).

No que diz respeito aos anais, sua base fundamental era a descrição anual, ou seja, uma lista de acontecimentos ordenados cronologicamente. Esse gênero ainda não tinha a forma de narrativa: como descreve Hayden White (1992, p.21), "os anais representam a realidade histórica como se os acontecimentos reais não se mostrassem na forma de relatos". Nos anais não há, necessariamente, um tema central, mas apenas alguns temas recorrentes, como segurança perante os inimigos exteriores, liderança política e militar etc.

O outro gênero representativo dos primeiros séculos medievais foi a crônica universal, uma elaboração consagrada com o bispo Eusébio de Cesaréia, no século IV. Para ele, também existiam duas formas de registro do passado, a crônica e a história. Embora sua definição de história seja quase a mesma dos antigos, um relato mais acabado, a sua concepção de crônica testemunhou um progresso em relação aos anais. A história seria mais ampla, a crônica seria um relato mais abreviado, com grande preocupação em dar a continuação do tempo (Guenée, 1992, p.5). Eusébio não só define os termos como também transita pelos dois modelos na sua *História eclesiástica* e na sua *Crônica universal*.

A crônica universal, modelo que depois de Eusébio de Cesaréia tornou-se tradicional, começa pela narração do *Livro do Gênesis* e aborda a história de um povo unido em uma só Igreja. Segundo Gurevitch (1990, p.141), essa "forma corrente dava ao cronista a possibilidade de incluir a história do seu tempo próprio no conjunto histórico universal". A escrita histórica apresentada por Eusébio de Cesaréia pode ser reconhecida na *Crónica geral de Espanha de 1344*, atribuída a Pedro de Barcelos, que tem um esquema de crônica universal de caráter puramente genealógico (cf. Cintra, 1951, v.1, p.XXXI), isto é, descreve a história da Península Ibérica desde os tempos do Dilúvio até os tempos próximos da própria elaboração da crônica afonsina,[5] o final do reinado castelhano de Fernando III (1201-52) (cf. Esteves, 1998, p.6).

5 Como desenvolvido no capítulo anterior, a *Crónica geral de Espanha de 1344* segue o modelo da *Primeira crônica geral*, elaborada por Afonso X.

O historiador Bernard Guenée (1992. p.6), estudando os prólogos das obras históricas medievais, percebeu que, durante a Idade Média, esses prólogos oscilaram entre definir a obra como crônica ou história, mas nem sempre as diferenças se apresentavam de maneira clara. Nos primeiros séculos da Idade Média, a crônica é caracterizada por ser mais abreviada, por uma preocupação em datar os eventos e por dar continuidade à crônica de Eusébio. Já a história era uma obra autônoma e com uma narrativa mais elaborada e acabada, o que fez com que merecesse um prólogo – geralmente não encontrado nas crônicas anteriores ao século XII.

Segundo Guenée, a partir do século XII, a palavra crônica começa a aparecer nos prefácios. A crônica deixa de ser uma simples sequência da história de Eusébio e torna-se uma obra cada vez mais independente: no decorrer dos séculos XIII e XIV, ela, que nos primeiros séculos medievais tinha sido um gênero menor, se apresenta como a principal forma da erudição histórica. Crônica e história fundem-se, então, em um único gênero, autônomo, que preza pela cronologia e que se intitula preferencialmente crônica. O período de triunfo da crônica em relação à história é curto, pois com o Humanismo,[6] a história volta a ser superior e a crônica acaba sendo objeto de desprezo (cf. Fryde, 1983, p.10).

Considerando-se o contexto português, a forma cronística foi a grande responsável pela consolidação da história do reino. A produção cronística iniciou-se "devido, em grande parte, à influência castelhana neo-isidoriana, que teve na *Crônica geral de Espanha* de Afonso X o seu modelo" (cf. Lanciani, 1993, p.173).

6 Para Edmund Fryde, em um texto que trata das características que são atribuídas à historiografia do século XIX como existentes já nos séculos XV e XVI, nos trabalhos dos humanistas italianos, esse é o verdadeiro período de mudança na historiografia. Os primeiros humanistas, para ele, foram capazes de criar disciplinas novas, como é o caso da filologia moderna e os estudos de evolução das leis. É nesse período que a história aparece pela primeira vez como natural e necessária, devendo ser regular na educação. É, também, o período da primeira emergência do cientificismo historiográfico. A questão condutora do texto, portanto, consiste em pensar porque uma determinada mudança na historiografia ocorreu na Itália nos séculos XV e XVI (cf. Fryde, 1983, p.3-31).

Foi, principalmente, com o subsídio dos príncipes de Avis que se organizou, pela primeira vez, uma atividade literária mais ou menos regular e sistemática em Portugal e, sem dúvida, esta foi acompanhada de um plano de ação para o futuro (cf. Amado, 1997, p.13). Tanto que a dinastia de Avis construiu sua legitimidade por crônicas encomendadas, por exemplo, a Fernão Lopes. Essas encomendas visavam registrar a história dos reis portugueses antepassados e, assim, confeccionar as bases históricas que justificassem a mudança de dinastia. A produção de crônicas em Portugal, no entanto, antecede a dinastia de Avis, sendo a *Crónica geral de Espanha de 1344* a primeira amostra significativa em língua portuguesa desse tipo de fazer histórico.

Como os anais, a crônica preza pela cronologia, mas trata-se de um relato mais acabado, que aspira à narratividade (cf. White, 1992, p.31). A crônica herda dos anais o aspecto temporal cronológico como estrutura que orienta a narrativa. O cronista medieval Gomes Eanes Zurara (1997, p.213-4), na sua *Crónica de D. Pedro de Menezes*, descreve a relação da crônica com a ideia de tempo, seu fundamento primeiro:

> [...] Chronica principalmente ouve a sua origem, e fundamento de Saturno, que quer dizer Tempo, esto porque em Grego se chama este Planeta Chrono, ou Chronos, que sinifica Tempo, assy, como no Latim este nome quer dizer Tempus, e d'hy se deriva Chronica, que quer dizer Istoria, em que se escrepvem os feitos temporaes.

Com essa colocação, Zurara classifica a obra que compõe como crônica, e a define como uma "história em que se escrevem os feitos temporais", ou seja, um gênero que preza pelos eventos no tempo. Na lenda do titã Crono, da mitologia grega, ele é a personificação do tempo:

> Este Titã, o mais novo dos filhos de Urano e de Gaia, governou o Universo antes do reinado de Zeus e dos deuses do Olimpo. Para obter todo o poder, não hesitou em mutilar o próprio pai, uniu-se à

> própria irmã Reia, de quem teve numerosos filhos, que deviam tornar-se deuses célebres em toda a Grécia, tais como Héstia, Deméter, Hera, Hades, Posídon e, por fim, o próprio Zeus. No entanto, para conservar o trono, teve de negociar com os outros Titãs que lhe pediam que fizesse desaparecer sua posteridade. Crono devorou então os filhos, só deixando Zeus, que a mãe substituíra por uma pedra, envolta em panos, que Crono engoliu sem se aperceber do embuste. Mas, ao tornar-se adulto, Zeus rebelou-se contra o pai e forçou-o a restituir os irmãos e as irmãs. Com a sua ajuda, Zeus combateu os Titãs fiéis a Crono e apoderou-se, para sempre, do poder divino. Mais tarde, os romanos identificaram Crono com Saturno, e a lenda, sob a influência do Orfismo, transformou-se de tal modo que o Titã impiedoso veio a ser um rei justo e bom da Idade do Ouro. (Schmidt, 1985, p.77)

A relação entre o tempo e o mito é sugestiva: o tempo, do mesmo modo que o deus Crono, devora e engole tudo. O deus Saturno é o correspondente romano do deus grego, como relacionado por Zurara. Mesmo com algumas diferenças entre os deuses, Crono e Saturno personificam o tempo como vilões, ou seja, apresentando a face degradante do tempo, que destrói os objetos e as pessoas. A única saída, nesse sentido, seria tentar resgatar o tempo passado, como na lenda, em que Zeus faz Crono reviver os filhos que devorou. Para os humanos resta apenas tentar conservar o tempo por meio da memória e, com isso, contornar o esquecimento. A crônica, dessa forma, cumpre o papel de guardar o passado, como aponta Zurara, ao falar da origem e do fundamento da palavra que, etimologicamente, é formada pelo radical grego *chronos* (tempo) e o sufixo *ikós* (referente); assim a derivação *chronikós* significa "relativo ao tempo" (Nascentes, 1955, v.1, p.144). Além disso, nela podem ser notados jogos entre tempos diferentes, o de escrita e o do que é narrado, e por vezes, como no caso de Zurara, que retoma os antigos, tempos ainda mais remotos do que o da história apresentada.

A preservação da memória régia é o fio condutor das narrativas cronísticas. As histórias são delimitadas a partir do tempo de reinado

dos monarcas, o que é facilmente reconhecível nas primeiras crônicas laicas medievais portuguesas já mencionadas que relatam a dinastia afonsina: a *Crónica geral de Espanha de 1344,* do conde D. Pedro de Barcelos; a *Crónica de 1419*; a *Crónica de El-Rey D. Afonso Henriques,* de Duarte Galvão; e as crônicas de *Sancho I*, *Afonso II*, *D. Sancho II*, *D. Afonso III*, *D. Denis* e *D. Afonso IV,* de Rui de Pina.

O que se percebe na leitura das crônicas é que a passagem da história de um reinado para o outro é marcada pela morte de cada rei. Dificilmente a história de dois reinados se apresenta em um mesmo capítulo, a não ser em dois casos: no último capítulo sobre um rei, que já anuncia o próximo monarca, e no primeiro capítulo, em que o governante anterior é retomado. Nesses capítulos específicos os cronistas fazem uma breve menção do rei que não é o alvo da crônica; porém, esta consiste apenas em nomear e elogiar, sem relatar eventos do seu reinado. A história do primeiro rei português, D. Afonso Henriques, alvo primordial da pesquisa, presente nas três crônicas acima mencionadas, e a continuação da história da primeira dinastia portuguesa, elaborada por Rui de Pina, apresentam essa característica: Afonso Henriques é antecedido pelo pai D. Henrique e sucedido pelo filho D. Sancho I.

Na *Crónica geral de Espanha de 1344* (1964, v.3, p.234), na parte referente à história de Afonso Henriques, aparece apenas uma menção a D. Sancho I, sem indicar os fatos ocorridos no seu reinado, como neste exemplo: "e houve della hũu filho que ouve nome dõ Sancho e foy rey depois da morte de seu padre". Já nos capítulos sobre D. Sancho I, Afonso Henriques é lembrado logo na abertura da narrativa: "depois que foy morto el rey dõ Affonso, alçarõ os Portugueses por rey dom Sancho, seu filho" (ibidem, p.237), mas depois a crônica começa a desenvolver a história do reinado de D. Sancho I sem voltar a falar do seu pai.

Esse padrão mantém-se, em certa medida, na *Crónica de Portugal de 1419*, embora o relato desta seja mais alongado se comparado ao anterior. A personagem de D. Sancho I compõe também a história do primeiro monarca, participa de guerras contra os inimigos mouros junto com seu pai, porém ainda na condição de infante e com

intervenções sempre atreladas à história de D. Afonso Henriques. O mesmo se repete na *Crónica de El-Rey D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão.

Nos três casos apontados, o reinado do conde D. Henrique introduz a história de D. Afonso Henriques, nos capítulos iniciais, para dar referência do nascimento de D. Afonso Henriques, filho de D. Henrique e D. Teresa, a qual recebeu o condado portucalense. São narrados alguns eventos do tempo de D. Henrique, como guerras e conquistas territoriais, mas essas aparecem apenas para mostrar que D. Afonso Henriques deu continuidade à política expansionista de seu pai. As histórias dos reinados, portanto, não se misturam; as crônicas elegem um protagonista e se dedicam a falar dos eventos desse rei, apenas mencionando outros monarcas ou condes, como no caso de D. Henrique, para dar possíveis explicações sobre a história do reinado ou a propósito da encomenda da crônica – como ocorre no prólogo da crônica de Galvão com a referência a D. Manuel.

Na *Crónica de D. Sancho I,* de Rui Pina, é D. Afonso Henriques que, embora seja extremamente exaltado, aparece como secundário, sendo mencionado apenas no primeiro capítulo, que se inicia da seguinte forma: D. Sancho I, "filho legitimo primeyro" (1997, p.16) do primeiro monarca português, D. Afonso Henriques: "ho muy alto, e excellente, manhanimo, virtuoso, e muy catholico" (ibidem, p.15). Após a exaltação aparece uma breve retomada da trajetória do monarca, que "Reynou em desvayrados tempos, setenta e três annos, onde seu corpo, que era muy grande, foy logo ungido, e metido com grande solenidade em um Moymento de pedra, sepultura para tam grande Rey" (ibidem, p.16) – sepultura essa que, segundo a narrativa de Rui de Pina, do início do século XVI, foi removida pelo "muito alto, e excellente Príncipe ElRey D. Manoel deste nome ho primeyro nosso Senhor, porque em todas suas obras sempre foy Príncipe muy prefeyto, e sobre todo muy manhifiquo" (cf. ibidem, p.16). A menção da sepultura serve para ligar o reinado de D. Afonso Henriques com o de D. Manuel, monarca vigente, e assim introduzir três reinados em um mesmo capítulo. A menção dos três reis cumpre o papel de enaltecer o passado para glorificar

o presente, cruzando três tempos diferentes: o do antecessor do monarca relatado, o do próprio D. Sancho I e o do cronista e o reinado de D. Manuel.

O cerne das crônicas medievais, especificamente nos casos citados, é a vida do monarca que conduz a narrativa. Assim, a subida ao trono inicia a história e a morte põe fim à narrativa (Guenée, 1997, v.1, passim). O tempo da crônica está sujeito ao tempo de governança dos monarcas, ou seja, trata-se de um tempo genealógico, definido pela passagem do antecessor mencionado no primeiro capítulo ao sucessor anunciado no final da composição. Todos os eventos, nesse sentido, são dependentes da vida do rei, e as outras figuras régias aparecem para demarcar temporalmente as sucessões e para fixar as linhagens (cf. Fournier, 1996, p.36).

Essa forma de conceber a história é atrelada à proposta historiográfica de Afonso X, que influenciou, em certo sentido, grande parte da historiografia medieval da Península Ibérica. A história, tal como a elabora Afonso X, é a história dos povos que dominaram a terra e, antes de tudo, de seus príncipes ou senhores naturais (cf. Fernández-Ordónez, v.18-19, 1993-94, p.101-32). Para estruturar essa história, o elo se manifesta na linha de sucessão monárquica, ou seja, os eventos e a cronologia estão subordinados ao rei que governa o território. O protagonismo do rei é, muitas vezes, anual e contrasta com o de outras personagens que aparecem na narrativa com caráter meramente sincrônico.

O tamanho da crônica sobre um rei, todavia, não obedecia ao tempo em que ele governou, e sim à valorização que se pretendia dar a cada reinado. A princípio, dado o recorte por reinado, seria lógico pensar que quanto mais tempo de governação, maior a quantidade de eventos a serem relatados, mas não se deve esquecer que "o vivido tal como sai das mãos do historiador não é o dos actores; é a narração [...]. Como o romance, a história selecciona, simplifica, organiza, faz resumir um século numa página", como bem define o historiador Paul Veyne (1998, p.14) ao tratar do tempo do narrado. A história medieval, portanto, não pretendia conservar "a memória de tudo o que havia passado", mas apenas "o que era digno de lembranças"

e as "coisas memoráveis", segundo Bernard Guenée (2002, v.1, p.526). Para as crônicas, nesse sentido, o que interessava fixar eram as glórias dos monarcas, por isso os textos cronísticos se prenderem, quase exclusivamente, nos feitos notáveis que os reis teriam realizado durante suas vidas.

A alusão a outros paradigmas temporais, outros reinados, ocorre devido à intenção de situar a história de determinado rei em relação a outros sucessores de gerações (cf. Fournier, 1996, p.26), usando para isso o auxílio do "tempo-calendário", como define Paul Ricouer (1997, p.180-6). A data dos eventos é uma referência incontornável das crônicas medievais, que têm a cronologia "como o princípio organizador do discurso" (White, 1992, p.31), o que foi herdado da produção dos anais. As crônicas, nesse sentido, prezam por uma certa ordem propiciada pela cronologia que, juntamente com a sucessão genealógica, organiza o tempo da narrativa. No entanto, a diferença da crônica em relação ao registro genealógico é que ela, ao contrário da obra linhagística, preza por certa narratividade dos fatos, com acontecimentos que desencadeiam durações e, por vezes, são explicados, reverenciados ou desaprovados pelo cronista.

Os cronistas utilizam, assim, uma abundância de marcos cronológicos ao mencionar os eventos de cada reinado, tornando comuns enunciados como: "e morreo na era de mil IICXLIX anos" (*Crónica geral de Espanha de 1344,* 1964, v.3, p.237), "e seu nascimento foi na era de mil cento & trinta & dous annos" (*Crónica de cinco reis de Portugal,* 1945, p.10), "o seu naçimento foi no anno de nosso Senhor de mill e novemta e quatro" (Galvão, 1995, p.14), "ha seis de dezembro da era de mil e duzentos e vinte e três annos, e do Nacimento de N. Senhor Jesu Christo de mil cento e oytenta e sinquo" (Pina, 1997, p.16). Nas duas primeiras citações, as datas aparecem na era de César, como era vigente nos séculos XIV e XV; já na terceira, a data obedece ao calendário Cristão e, na última citação, o cronista Rui de Pina toma o cuidado de mencionar as datas tanto do calendário de César como do calendário Cristão, provavelmente com a finalidade de recordar a fonte de origem e, ao mesmo tempo, atualizar a data de César para o calendário vigente.

Após essas considerações gerais sobre a organização e divisão das demarcações temporais presentes nas crônicas régias do final da Idade Média, cabe agora pensar o jogo entre presente, passado e futuro na forma de disposição das crônicas, ou seja, como os cronistas contam o passado e com isso projetam o futuro, pela dimensão pedagógica da história e do papel da escrita na conservação dos saberes.

A *Crónica geral de Espanha de 1344* é um dos textos mais extensos entre os primeiros ensaios da prosa portuguesa (cf. Cintra, 1951, v.1, p.XVIII), consistindo em um apanhado de vários documentos, de diferentes gêneros, reunidos a fim de contar a história da Península durante um vasto período de tempo. A organização da cronologia do texto obedece tanto à datação encontrada nos documentos quanto ao padrão cronista medieval, que preza pela divisão dos capítulos segundo a vida dos monarcas ou a duração de seus respectivos reinados. Logo no primeiro parágrafo do prólogo, o cronista exalta a dimensão do passado como exemplo, dizendo que "os muy nobres barrõoes e de grande entendimento escreveron as storias antigas das cavalarias e dos nobres feitos [...] per que os homẽes" pudessem aprender os "boos costumes e saber os famosos feitos que fezerom os antigos" (*Crónica geral de Espanha*..., 1954, v.2, p.3). A escrita aparece no trecho como a garantia da preservação dos bons feitos do passado, estando seu mérito não só no registro, mas principalmente no exemplo a ser seguido, pois, como o cronista indica, é por meio dela que se pode aprender os bons costumes dos antigos. O modelo cronístico, com o monarca como centro da narrativa, é uma característica fundamental das crônicas do final da Idade Média, em que são retomadas obras que reúnem exemplos de conduta da nobreza, como os livros de linhagens e de ensinanças.

No caso da *Crónica de Portugal de 1419*, deve-se levar em conta a investida da corte de Avis para fixar a história dos primeiros monarcas com o fim de se autolegitimar. As versões que chegaram até nós da crônica, escrita no século XVI, são baseadas em cópias manuscritas do século XVI, que foram descobertas e identificadas por Artur de Magalhães Basto (1942) e Carlos Silva Tarouca (1945),

e há uma edição crítica mais recente de Adelino de Almeida Calado (*Crónica de Portugal de 1419*, 1998). Nas duas cópias encontradas estava faltando o prólogo, provavelmente perdido. Essa crônica foi tomada, por Basto e Tarouca, como um fragmento remanescente da suposta *Crónica geral do reino* ou *Crónica de Portugal*, encomendada por D. Duarte a Fernão Lopes.

Na *Crónica de 1419*, como nas crônicas medievais em geral, o passado tem função exemplar. O caráter pedagógico aparece, explicitamente, já no episódio da batalha de Ourique, considerado um marco da história portuguesa. A proeza de Ourique é narrada na crônica e depois é retomada posteriormente na fala de D. Afonso Henriques, como exemplo de vitória que era, aparentemente, impossível: "confiemos em dš em quem he todo poder que nos deu muitas vezes vitória de mtos em outros lugares sendo nos muj poucos e especialmente quando lidamos nos campos de Ourique que assi vola dara agora destes Mouros muitos" (*Crónica de cinco reis...*, 1945, p.106). Mesmo que a crônica não tenha em vista educar, como princípio fundamental, a exemplo dos Espelhos de Príncipe, que são obras de pedagogia política muito comuns na Idade Média (Antunes, 1994, p.188), há toda uma vontade de guardar a memória dos bons feitos para com isso indicar condutas a serem seguidas.

O prólogo da *Crónica de El-Rey D. Afonso Henriques*, de Duarte Galvão, explicita a função pedagógica do passado, dizendo que os reis devem ter boa vivência para que, se "temdo a uida em dias breue, com a uirtude a faz lomga e durar mais des que morre, uiuemdo depois de morto outro mumdo per gloria, e neste per exemplo" (1995, p.1), tanto a história educa quanto é dever do monarca deixar bons ensinamentos. O prólogo une as histórias dos reis D. Afonso Henriques, exemplo de virtude, e D. Manuel, "serenisssimo e mujto poderoso" (ibidem, p.1), com o objetivo claro de louvar e legitimar o empenho da posição expansionista do século XVI.

Assim, o cronista quinhentista Duarte Galvão retoma a ideia de história como exemplo, como já havia proposto Cícero. Porém, nesse caso da *Crónica de El-Rey D. Afonso Henriques*, a história, além de ensinar o passado, também justifica e legitima as escolhas

do presente do cronista. A Batalha de Ourique, como no caso da *Crónica de 1419*, é tomada como exemplo em vários trechos da narrativa, mas há uma peculiaridade da *Crónica de El-Rey D. Afonso Henriques* em relação à antecessora quatrocentista, pois Duarte Galvão insere a história de Roma como um exemplo de superação em relação a um inimigo numericamente desproporcional. Os romanos, em uma determinada batalha, eram em número muito menor do que os seus adversários asiáticos, da mesma forma que em Ourique, o heroísmo se deu, justamente, pela vitória em relação a um número enormemente superior de inimigos. Os portugueses poderiam estar em menor número, mas eram valentes e honrados, portanto, mereciam a vitória. Duarte Galvão apresenta o resultado da empreitada contra os mouros da seguinte forma:

> Nam sse espamte ninguém nem duuide do que em cima escreuo da gramdeza deste uemçimento, como ia vi espamtar algũuns por mo assi ouuirem, quamdo Plutarco e outros autores gregos e assi Titulivio, com outros latinos comcordamdo, afirmam e dizem a uitoria da batalha que Luçio Lucullo, capitam de Roma, ouue em Ásia contar Rey Tigranes, seer a mayor que o soll numqua uio, seemdo os rromaãos homze Mill de pee afora a gemte de caualo, e os jmijgos duzemtos e uimte mill de pelleia, auemdoo loguo com gemte tam couarda e prestes pera fugir, que sobre morrerem delles çem mill no desbarato, dos romaãos soos çimquo morreram, e feridos nam passaram de çemto. [...] Da quall, segumdo afirma Titu Liuio, eram os uemçedores quasi a uigesima parte o que em muy mayor graao e desiguallamça sse deue istimar e dizer desta uitoria delRey dom Affomso, assi pollo muito mais numero de jmijguos e menos de christaãos. (ibidem, p.66-7)

Por meio da escrita, portanto, seria possível conhecer a história de Roma, e pelos exemplos registrados consolidar os saberes, como apontam, em vários trechos, os cronistas.

O cronista medieval D. Pedro de Barcelos considerava, como aparece explicitado no prólogo da *Crónica geral de Espanha de 1344*,

que os saberes estariam perdidos se deles não fossem deixados registros, pois a história passada de geração para geração não poderia ser preservada só pela fala: "os saberes se perderiam morrendo aqueles que os sabiam e non leixando delles renembranças" (*Crónica geral de Espanha...*, 1954, v.2, p.3). D. Pedro de Barcelos interroga-se sobre se haveria outra forma de guardar os ensinamentos senão pela forma escrita: "Ca, se as scripturas non fossem, qual sabedoria ou engenho d'homem se poderia recordar de todalas cousas passadas, ainda que as nõ achasse de novo he ja cousa muy mais grave?" (ibidem, p.5).

Sendo inquestionável a precariedade da memória dos homens, era igualmente irrefutável a importância do registro escrito para o cronista. Toda a reflexão sobre o papel da história escrita precede a declaração do cronista sobre a dificuldade encontrada para saber a história da origem da Espanha, pois com a mudança de tantos "senhorios" perderam-se muitos livros, e com eles a história dos que começaram a povoá-la. Assim, muitas coisas não puderam ser conhecidas, porque "aquelles que era aaquella sazon nos nõ leixarã en escripto todos estes feitos per que o nos ouvessemos de saber" (ibidem, p.6).

Apesar da ausência do prólogo, a importância em guardar os saberes escritos, na *Crónica de Portugal de 1419*, também é destacada em outros momentos da narrativa, como no capítulo 8, no qual o cronista diz que D. Afonso Henriques estava seguro de que os castelhanos não guerreariam com ele, isso por causa "de rezões que a história não declara"; ou na passagem do capítulo 15 sobre o casamento de D. Afonso Henriques com D. Mafalda, em que o cronista reclama não poder apresentar maiores detalhes, visto que "as cousas que se em este casamento fizeraõ naõ saõ postas aqui, porque não as achamos como foraõ" (*Crónica de cinco reis...*, 1945, p.80). Essa preocupação em amparar o que está sendo dito na maior quantidade possível de documentos tem sido notada pelos estudiosos nos escritos de Fernão Lopes, por exemplo, em que se percebe a presença de diversas fontes narrativas consultadas, além da utilização de inúmeros documentos de natureza jurídica e administrativa no próprio corpo do texto (Krus, 1993, p.186).

Na *Crónica de El-Rey D. Afonso Henriques*, de Duarte Galvão, a escrita é também apontada como um elemento de extrema importância para guardar a boa memória do passado e fixar os feitos dos "muy esclarecidos Reis uossos antecessores" (Galvão, 1995, p.6), feitos que por muitas vezes ficaram desconhecidos, porque não foram escritos "per negligemçia descpritores, ou por culpa dos tempos" (ibidem, p.6). Ao lado desses registros escritos, o cronista acreditava que os monumentos também serviam para lembrar o passado, como é o caso dos mosteiros de Santa Cruz de Coimbra e o Santa Maria de Alcobaça (ibidem, p.204) que, segundo Galvão, foram mandados construir por Afonso Henriques, como "manifesto exemplo aos menos deuotos" (ibidem, p.204). Apesar da importância dessas duas formas de memória, o que se encontrava escrito estava ainda em forma "desordenada" (ibidem, p.6), e sobre muitos feitos Galvão não achou "memória que os quisesse hordenar e escpreuer" (ibidem, p.6). Assim, diz ter tido "mujto trabalho e defeculldade" para conseguir "ajumtar e soprir cousa de tantos tempos desordenada", tendo para isso que "ememdar escpritos alheios" (ibidem, p.7).

Dado que as crônicas régias serviam como meio por excelência de fixação da memória dos séculos XIV, XV e XVI, vale aqui questionar de que modo os cronistas explicitam seu próprio fazer e definem suas metas e prioridades na fixação dos eventos que marcaram a história dos reinos, bem como qual o lugar dessa produção na construção do saber sobre o passado, no final da Idade Média.

Na *Crónica geral de Espanha de 1344,* o termo de autodesignação recorrente é história, frequentemente mais usado do que o termo crônica. Os dois termos, no entanto, no conjunto da escrita histórica do período, alternam-se nas autodefinições, apresentando-se como congêneres (Amado, 1997, p.17). A esse propósito, Bernard Guenée, como foi dito anteriormente, afirma que nem sempre era muito clara a diferenciação entre crônica e história. Mesmo que a palavra "estória" fosse mais abundante nos corpos dos textos e nos prólogos, por vezes crônica e história aparecem como sinônimos, sem uma diferenciação explícita do que supostamente as distinguiria.

Em uma passagem do prólogo da crônica em questão, o cronista refere os documentos sobre o passado da Espanha, descrevendo que o rei D. Afonso de Castela "mandou ajuntar quãtos livros pode aver das estorias antigas" (*Crónica geral de Espanha...*, 1954, v.2, p.6). Em seguida, começa a apontar quais seriam esses documentos, citando primeiramente a "Crónica do arcebispo dõ Rodrigo" (ibidem, p.6) e, portanto, utilizando a palavra crônica, mas sem deixar de alterná-la com a designação história: "Dyom, que screveo verdadeiramente a estoria dos Godos, e de Pompeo Troga; e catou outrossy quãtas estorias de Roma pode aver que algũuas cousas contassem dos feitos de d'Espanha" (ibidem, p.6-7). O que se percebe é que o cronista em nenhum momento define porque aquele documento é chamado de crônica e estes de história, apenas os refere.

Cabe ainda mencionar que a maioria das passagens dos capítulos da narrativa sobre Afonso Henriques inicia com a expressão "conta a estoria que", expressão recorrente indicativa de que o cronista necessita pautar o que escreve em algo anterior. Porém, o cronista não define a quais documentos ele recorre, somente indica que se apoia em algo anterior. O escrito era a melhor forma de preservação, como a seguinte passagem demonstra: "e entom cavalgou com todos seus cavelleiros e foisse ao Arnado e apartou cõsigo dom Lourẽço Veegas e dom Gonçalo de Sousa e dom Pero Paaez, o alferez, e outros dous caveleiros, mas a estoria nõ devisa aquy os nomes delles" (ibidem, p.230). Essa passagem indica claramente que o cronista estava compilando algum documento antigo e nele não encontrou todos os nomes que procurava. Os escritos sobre o passado aparecem, de um modo geral, como história, ou seja, para o cronista, o que estava escrito sobre o passado fazia parte da história, a despeito de que tipo fosse.

Na *Crónica de Portugal de 1419*, por sua vez, a palavra crônica, diferentemente do que ocorre na *Crónica geral de Espanha de 1344*, é mais encontrada do que a palavra história, sendo utilizada para falar de documentos que foram retomados pelo cronista, como: "a cronica despenha conta" (*Crónica de cinco reis...*, 1945, p.43), "segundo conta a cronica delrej Dom Aº" (ibidem, p.47), e

para referir-se ao tipo de produção que está sendo escrita, como nos seguintes exemplos: "segundo se faz mençaõ no principio desta cronica" (ibidem, p.48), e "agora em tpõ que nos Jff.te fizemos esta cronica" (ibidem, p.83).

Apesar daquela predominância, estão presentes, também, alguns trechos nos quais a palavra história prepondera: "e isto por algũas rezoẽs que a historia não declara" (ibidem, p.60) e "conta a historia do Martir S. Vte" (ibidem, p.60). O cronista, no entanto, não a utiliza para definir seu próprio fazer, mas apenas para qualificar o passado ou os documentos encontrados. A estrutura "conta a historia", para introduzir o assunto de alguns capítulos, é um recurso mantido pelos cronistas quatrocentistas, sendo este muito parecido com aquele utilizado na *Crónica geral de Espanha de 1344*, o que sugere que essa elaboração inicial dos capítulos nada mais é do que tópico do gênero, não necessariamente significando que o cronista tenha refletido sobre os termos e pensado onde seria melhor colocar cada palavra, crônica ou história.

A esse propósito, convém notar que, em algumas passagens da *Crónica de Portugal de 1419,* é muito próxima a definição das duas palavras, como no capítulo no qual o cronista conta como o infante D. Sancho I e seu pai, D. Afonso Henriques, lutaram com os mouros que entraram no território português. Primeiramente, ele diz retirar as informações sobre este evento de "hũa escritura que foi achada no Most° de Santa Cruz de Coimbra" (ibidem, p.130), mas no decorrer da narrativa usa outra forma de mencionar de onde retirou os dados para escrever tal episódio, dizendo: "segundo conta aquela historia delrej D. A° que foi achada na çidade de Coimbra" (ibidem, p.131). Por fim, referindo-se ao mesmo documento consultado, escreve: "E conta aquella crônica que elrej D. Affonsso [...]" (ibidem, p.131).

O que se pode concluir com esses trechos é que o cronista faz uso das palavras escritura, história e crônica como sinônimos para referir-se a uma mesma fonte que consultou e utilizou: o documento do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Dessa forma, quando menciona os documentos utilizados, não faz distinção das palavras;

porém, ao referir-se ao seu próprio fazer, o cronista o define claramente como crônica. Há, portanto, alguma diferença, mesmo que sutil, entre história e crônica. A palavra história, geralmente, designa o passado de um modo geral, documentado ou não; já a palavra crônica remete a um gênero específico para relatar esse passado. Contudo, não se trata de um gênero menor, como outrora, dado que às vezes surge como sinônimo de história.

Já o historiador oitocentista Alexandre Herculano (s. d, t.V, p.1-30) ocupou-se dessas diferenças dos gêneros medievais, nomeadamente em Fernão Lopes. Explica ele que o mérito do cronista esteve em ter, por ordem de D. Duarte, primeiramente posto "em *cronyca*, isto é, em ordem as *estorias* da primeira dinastia dos reis portugueses". Assim, para o oitocentista, escrever crônica seria ordenar o que já estava escrito, dedução que faz a partir da carta que D. Duarte escreveu encomendando a crônica. Ou seja, para os quatrocentistas, as crônicas consistiam em um tipo de ordenação e organização dos escritos passados em uma única obra. Para estudiosos contemporâneos, como Teresa Amado (1997, p.28), a história poderia até ser o gênero matricial do qual a crônica seria uma modalidade possível, mas, no trabalho de escrita, "a crônica (em geral e de Fernão Lopes muito em especial) faz da história um dos gêneros que a compõem".

Também o historiador do século XX, Bernard Guenée (1992, passim), destaca, acerca dessa diferenciação, que no século XVI é perceptível uma volta ao predomínio da história em relação à crônica, graças à força do pensamento humanista. Pelo cotejo das crônicas de D. Afonso Henriques de Duarte Galvão e de D. Sancho I de Rui de Pina com a *Crónica de Espanha de 1344* e a *Crónica de* Portugal *1419*, é possível notar algumas pequenas diferenças em relação às produções dos dois cronistas quinhentistas (Galvão, 1995, p.70).[7] Tanto Duarte Galvão quanto Rui de Pina priorizam, em

7 A produção de Rui de Pina é entendida, aqui, como uma continuação de um projeto iniciado por Duarte Galvão para compor as crônicas dos primeiros reis portugueses.

alguns lugares, a palavra história em relação à palavra crônica para falar de seu próprio fazer.

É possível perceber o destaque da palavra história nos seguintes trechos de Galvão: "pois a estória me trouxe a fazer meemçam de tam glorioso mártir" (1995, p.70), "mas deixaremos aqui um pouco de proseguir a estória" (ibidem, p.127), "segumdo atrás nesta estória sse comtem" (ibidem, p.154). Galvão, no prólogo, também usa a palavra crônica para se referir ao seu fazer: "mas hi ficara tempo e lugar, pera com a sua graça sse poderem dizer em uossa coronica mais compridamente" (ibidem, p.5).

No caso de Rui de Pina, o prólogo das crônicas dos primeiros reis também deixa notória a mesma predominância da história. Dedicando as crônicas a D. Manuel, Pina (1997, p.9) diz que o rei "aguora em vosso bemaventurado tempor me manda, que ordene, e componha has antigas Estórias, louvadas memórias, e exclarecidos Reys de Portugal vossos progenitores, que de seus tempos dividamente se nom acham compostas". Mas no final do prólogo refere-se à sua elaboração como crônica: "e por concludir minha introduçam hee bem, que co ha graça, e favor de Deos, comece loguo ha Coronica del Rey D. Sancho deste nome ho primeyro" (ibidem, p.12).

Apesar de ser admissível a diferenciação acima, convém considerar que os usos não se mostram muito precisos. Galvão, para referir-se aos escritos passados, utiliza tanto a palavra crônica quanto a palavra história. O cronista, no entanto, poucas vezes mantém a estrutura "conta a história" para iniciar os capítulos, o que, ao contrário, é recorrente na *Crónica geral de Espanha de 1344* e na *Crónica Portugal de 1419*. Assim, para compor sua história, Galvão (1995, p.196) diz que foi "forçado recorrer allguũ tamto pellas caronicas atrás", e cita algumas delas durante os eventos do reinado de D. Afonso Henriques, como é o caso da guerra com os mouros e sua entrada no território português: "E segundo diz huũa crônica que foy achada em Samta Cruz de Coimbra, nam era em memória atee aquele tempo que tamta gemte de mouros fosse jumta, pera emtrar em Portugal". Referindo-se a esse mesmo documento, diz ainda: "escpreve assi na crônica" (ibidem, p.196) e "estória achada em

Samta Cruz" (ibidem, p.196). Nesses trechos, Duarte Galvão mantém a mesma tendência da *Crónica de Portugal de 1419,* ou seja, para referir-se a documentos antigos, opta pela palavra história, mesmo porque compila na íntegra tal capítulo.

Ainda acerca dessa questão, no prólogo de Rui de Pina, há uma passagem bastante relevante. Nela o cronista aponta algumas referências de outras línguas e outros lugares que o ajudaram a manter a memória do passado:

> hos feytos, e has memorias de nossos gloriosos Reys de Portugal antiguos, e mais modernos, foram, e sam por todas has rezões dos mundo, assi notorias, e estimadas, que hos Escritores, assi Latinos, como de outras linguoas estranhas, por nom serem ingratos ahos merecimentos de seus tempos, em seus processos, e Coronicas, que compozeram, notarem ha elles Reys de Portugal pro muy excellentes em suas obras, e feytos por muy singulares, e dinos para sempre alembrarem, e nunqua esquecerem. (1997, p.11)

Ou seja, ainda no século XVI é bastante recorrente a associação entre a escrita e a conservação da memória dos feitos notáveis. A crônica é a forma encontrada pelos monarcas para deixarem seus feitos para a posteridade, feitos que, como aponta Rui de Pina (ibidem, p.11), devem ser lembrados para sempre, pois Portugal teve reis, antigos e modernos, muito gloriosos, cujas memórias foram registradas por escritores de diversas línguas.

A partir dessas considerações sobre as palavras crônica e história e desse apanhado de alguns dos seus usos, pode-se afirmar que dificilmente é possível definir os escritos sobre o passado somente pela divisão simplificada de dois gêneros, pois os enunciados das crônicas estudadas desfilam sobre formas de conceber a memória do passado que ultrapassam a distinção de Eusébio de Cesaréia entre crônica e história – a primeira priorizando a cronologia e a segunda, uma narrativa mais acabada. Deve-se, no entanto, relembrar que Bernard Guenée (1992, passim) aponta que essa diferenciação era válida para certo período da Idade Média, antes que crônica

e história se diluíssem em um único gênero, e depois, no XVI, a história volta a ser superior à crônica. Mesmo admitindo-se que no gênero cronístico predomina uma narrativa mais esquemática, que destaca a datação e a sucessão cronológica dos acontecimentos, e que a história busca o aprofundamento dos acontecimentos e relações de causalidade (ibidem, passim), não se pode afirmar que haja uma distinção clara, pois todas as crônicas abordadas aqui, embora preocupadas em datar os acontecimentos, por vezes ano a ano, não poupam explicações e desdobramentos.

Os acontecimentos são, de qualquer forma, elementos fundamentais para pensar a produção escrita aqui em questão, muitas vezes podendo eles falar por si sós (cf. White, 1992, p.19) e ser considerados verdades indiscutíveis. O acontecimento apresenta-se como o condutor e o delimitador de toda a narrativa histórica medieval. Assim, para os cronistas portugueses dos séculos XIV, XV e início do XVI, os acontecimentos são tidos como verdadeiros e inquestionáveis, ou melhor, seriam apreensíveis na sua totalidade – por isso só as formas de se chegar a eles podiam ser questionadas. Os fatos falavam a verdade por si próprios, portanto o cronista entendia que seu trabalho não era interpretá-los nem prová-los, como queriam os cientistas do século XIX – bastava apenas relatá-los ou reproduzi-los (cf. Veyne, 1983, p.26). A preocupação em amparar o que estava sendo escrito era recorrente nos cronistas medievais, pois dizer que algo foi encontrado escrito de certa forma garantia que a retomada do evento estivesse amplamente legitimada.

Embora a escrita venha sendo apontada como a forma que melhor permitiu que o conhecimento deixasse vestígios e fosse acumulado (cf. Ricouer, 1968, p.83), nem sempre são explicitadas as referências de quais escritos passados foram utilizados e reutilizados, atitude que pode ser considerada como indício da autoridade exercida pelo cronista, considerado, no período aqui tratado, como responsável por excelência pela verdade histórica, como foi anunciado no capítulo anterior. Paul Veyne, pensando essa questão para os escritos gregos, aponta que os historiadores antigos não utilizavam as fontes e documentos, pois faziam-se eles próprios "fonte e

documento". Em outras palavras, a história consistia, para eles, "em reproduzir" o que das fontes disseram os historiadores, "corrigindo e completando, eventualmente, o que nos dão a saber" (1983, p.21).

Desse modo, são comuns nas crônicas colocações como "conta a estoria que" (*Crónica geral de Espanha...*, 1964, v.3, p.230), "segũdo diz hũ escritura" (*Crónica de cinco reis...*, 1945, p.130.), "não achamos escriptos" (Galvão, 1995, p.50). E menos comuns são as referências explícitas dos nomes ou dos possíveis escritores dos documentos utilizados – o que somente em alguns casos ocorre. Essa preocupação dos cronistas em mencionar que a verdade proferida por eles está amparada na tradição compilatória referida no primeiro capítulo fazia com que, dificilmente, um cronista relatasse algo que não tivesse encontrado escrito. Porém, a autoridade perante a verdade dessa tradição escrita não cobrava a menção da fonte da qual foram retirados os dados sobre os eventos do passado.

O compilador da *Crónica de Portugal de 1419* descreve sua função de afirmar a verdade histórica ao dizer que procurou, em muitos documentos, referências sobre a história de Afonso Henriques, porém dentre os achados teve muita "deligência e cuidados de saber a verdade de cada hũa das cousas contheudas em este liuro" (*Crónica de cinco reis...*, 1945, p.134.). Essa passagem reaparece incrementada na *Crónica de El-Rey D. Afonso Henriques*, de Duarte Galvão, que diz que a história de D. Afonso Henriques foi escrita em "desuairadas maneiras, porem tirado a limpo com muijta delligençia a verdade disso" (1995, p.208). Nota-se que a preocupação em contar e apurar a verdade dos acontecimentos é recorrente nos dois cronistas – como nos medievais em geral –, por isso Duarte Galvão mantém a mesma passagem da *Crónica de Portugal de 1419*.

Os cronistas recorrem, muitas vezes, a prodígios e milagres que servem como um elemento a mais para justificar a verdade dos fatos, mesmo que pareça estranho aos olhos dos modernos pautar a verdade na intervenção divina. Como nas narrativas de epopeias, nas quais os conteúdos são feitos em parte com fatos e em parte com mitos, as crônicas recorrem a elementos sobrenaturais e sagrados, apesar de nem sempre esses parecerem confiáveis aos homens do

seu tempo. Refletindo sobre as epopeias, Teresa Amado (1997, p.17) propõe "que as histórias dos deuses eram reconhecidas como falsas por muitos gregos, e Platão expulsou da cidade os poetas por mentirosos". A utilização desses elementos ocorre, no entanto, para fortalecer a história, já que para um passado remoto não há como ter certeza do que aconteceu ou não. Amado afirma ainda que, no caso dos prodígios e milagres dos cronistas medievais, tais fatos eram "considerados verídicos, pelo menos por muitos" (ibidem, p.17).

Esses milagres e prodígios relatados pelos cronistas, como o milagre de Ourique – que aparece de forma bem sucinta na *Crónica geral de Espanha de 1344*, com ênfase apenas na dimensão guerreira e não na milagrosa, e de maneira mais elaborada e rica em detalhes nas *Crónica de Portugal de 1419* e *Crónica de El-Rey D. Afonso Henriques* – ou o milagre da cura das pernas defeituosas do primeiro monarca, que nascera aleijado, segundo as duas últimas crônicas mencionadas, mostram-se intimamente relacionados com o pensamento da época, que priorizava acima de tudo a fé, ou seja, acreditar sem questionar. A noção de fé, introduzida pelo cristianismo, veio conjugada a um conceito de verdade que não comportava a dúvida. A verdade cristã é uma verdade que é revelada por Deus, sendo ele o portador da verdade absoluta e seu próprio fundamento (cf. Boureau, 2002, v.1, p.411).

A verdade perseguida pelos cronistas em torno da vida dos reis é, nesse sentido, uma verdade também sustentada sobre os milagres, pois esses servem não só para compor uma dimensão grandiosa da vida dos monarcas, como também para legitimar os reinados pelo apoio divino para as ações deles. Deus, portador das verdades do mundo, guia a vida dos monarcas e é elemento recorrente nas narrativas desse tempo em que estão se definindo as dimensões dos poderes clerical e secular (cf. Gilson, 1995, passim). Daí as sagradas escrituras serem uma fonte recorrente para os cronistas. D. Pedro de Barcelos, por exemplo, já no prólogo da sua crônica, explicita a preocupação em fixar os saberes por meio dos textos bíblicos: "se ben pararmos mentes da prol que nos vẽ das scripturas, acharemos que per ellas vimos em conhocimento da verdade e somos sabedores

das cousas antigas da criaçõ do mundo" (*Crónica geral de Espanha...*, 1964, v.2, p.5). Todavia, esses saberes não são os únicos ressaltados pelo cronista, para quem também é importante saber sobre os escritos das batalhas do "grande Hercoles de Grécia" (ibidem, p.7). Desse modo, o cronista ampara sua composição nos escritos anteriores, sejam eles cristãos ou pagãos, mas é notável a identificação das escrituras bíblicas como verdadeiras, superiores e à prova de dúvidas, em oposição a esses escritos envolvendo personagens antigas, ainda sujeitos a passar, antes de merecerem ser compilados, pelos julgamentos dos cronistas acerca de sua veracidade.

Para um leitor dos séculos XIII, XIV e XV,[8] uma crônica era, antes de tudo, um relato, uma narração de acontecimentos que se pressupunham autênticos (cf. Fernández-Ordónez, 1993-94, p.101-32). Essa autenticidade estava de forma geral garantida, pois havia uma crença em que todas as fontes sobre um evento conservavam algo de verdade sobre o mesmo. A crônica era um dos gêneros mais aptos a juntar várias fontes, construindo uma narração ordenada pela união de verdades dispersas sobre os acontecimentos do passado remoto ou recente. Assim, era permissível para uma crônica acoplar vários tipos de textos, pois todos eram formas de verdade sobre os fatos: textos épicos, legendas, novelas de cavalarias e gestas, entre outros. Não havia, assim, uma a distinção entre real e ficção – distinção tão cara à história que se pretendeu científica.

Apesar do intermédio das fontes escritas, especialmente nas crônicas que buscam narrar os feitos mais remotos, as crônicas que contam os acontecimentos do tempo próximo do cronista encontram outras formas de elaboração da verdade histórica. Para escrever sobre a expansão portuguesa, Zurara recolheu testemunhos diretos (cf. Almeida, 1997, p.221), ou seja, o cronista buscou chegar à verdade dos fatos por outras vias, não só pelo levantamento documental escrito. Juntamente com a ideia das fontes como mantedoras da verdade dos fatos, a cronística medieval também

---

8 Deve-se ressaltar, como dito no capítulo anterior, que os leitores de crônicas no período medieval eram muito poucos.

pressupunha, como aponta Inés Fernández-Ordónez, que a transmissão histórica era compatível com a reelaboração pelo cronista dos conteúdos e das formas com que o mesmo os recebia, por isso, os textos cronísticos poderiam retomar em prosa formulações abertamente poéticas (ibidem).

Quando se quer perceber as formas de construção da verdade histórica dos cronistas medievais, deve-se levar em conta que a atividade histórica desse período (e Portugal não foge à regra) é extremamente dependente da vontade do rei (cf. Serão, 1973, v.2, passim). A redação de crônicas em Portugal, principalmente nos séculos XV e XVI, é confiada à pessoa escolhida pelo rei, como Fernão Lopes, Gomes Eanes Zurara, Duarte Galvão e Rui de Pina. Normalmente, eles ocupavam cargos administrativos e eram, quase sem exceção, cronistas remunerados. A importância desses cargos e tenças, sem dúvida, estava na forma como a história do reino era conduzida, determinando as atitudes políticas a serem muitas vezes explicitadas pelos cronistas (Mackay, 2000, p.224). Os monarcas ibéricos, de um modo geral, cortejavam cronistas, humanistas e poetas, e muitos deles ostentavam os tais cargos administrativos. Essa valorização dos saberes estava atrelada com a vontade de legitimar os reinados, por isso o rei rodeava-se de sábios, caso, por exemplo, de D. João I, que se cercou de legistas e portadores dos saberes das letras, confiando a esses tarefas administrativas, e igualmente nomeou um cronista oficial que tinha missão de engrandecer a nova dinastia (Rucquoi, 1995, p.198).

Entre os cronistas que mostram sua reverência para com o rei, vale destacar Duarte Galvão e Rui de Pina, pois não poupam elogios ao rei vigente: D. Manuel aparece como "sereníssimo e mujto poderoso primçipe" (Galvão, 1995, p.1) ou "muito alto, e Excellente, e Poderoso Princepe ElRey [...]" (Pina, 1997, p.9), entre muitos outros engrandecimentos. Galvão e Pina ocupam um cargo de prestação de serviço ao rei, sendo em ambos os casos a tarefa executada a escrita da história dos reis passados. Nesse sentido, essa escrita não poderia desagradar o financiador da elaboração histórica, já que a verdade sobre o passado deveria obedecer às expectativas do momento

histórico. Essas crônicas, portanto, devem ser consideradas como obras feitas à sombra do poder (Guenée, 1997, v.1, passim).

A preocupação em construir a boa memória dos reis passados, que servem de exemplo, decorre da vontade de enobrecer os herdeiros do trono, descendentes de reis valentes e justos. O cargo de cronista, desse modo, está à mercê de um objetivo bem definido nas crônicas, que é cumprir o papel de registrar e fixar essa boa lembrança dos acontecimentos. No entanto, como proposto no capítulo anterior, o acesso aos escritos cronísticos era para um público estritamente limitado.

A produção cronística portuguesa foi realizada a partir do final do século XIV, em grande medida dentro dos arquivos régios. O principal arquivo régio português, a Torre do Tombo, surgiu por volta de 1352-78, configurando-se como o local no qual se autenticavam e guardavam documentos e se escrevia sobre a história do reino. Grande parte dos documentos do arquivo eram de ordem testamentária, juntamente com livros de registro, certidões e documentos da chancelaria régia. As crônicas, no conjunto desses documentos, foram concebidas como uma forma de organizar os documentos sobre o passado por meio de uma narrativa cronológica, criando assim uma relação bastante próxima entre "arquivo" e "memória". Esse caráter arquivístico das crônicas, favorecendo por esse lugar da sua produção, possibilita pensar que o objetivo das compilações relacionava-se muito mais com a preservação documental do que com a divulgação dos eventos, como foi o caso das crônicas dos Descobrimentos, por exemplo.

As crônicas, portanto, são reconhecidamente um gênero oficial de preservação da memória. D. Afonso Henriques, como fundador da instituição régia em Portugal, teve muitas vezes sua história compilada em crônicas, razão pela qual o intuito do próximo capítulo é comparar versões dessa história escritas em diferentes tempos, tentando perceber as formas utilizadas pelos cronistas para melhor compor a verdade sobre o passado e, com isso, construir a memória do reino.

3
Percursos históricos na consolidação de um fundador da nacionalidade

O famoso e renomado poeta português, Luiz Vaz de Camões (1524-80), logo no primeiro canto do poema épico, *Os lusíadas*, evoca o nome do primeiro monarca português, D. Afonso Henriques, destacando toda a notoriedade da sua figura, como o guerreiro conquistador e fundador do reino:

> *Pois se a troco de Carlos, Rei de França,*
> *Ou de César, quereis igual memória,*
> *Vede o primeiro Afonso, cuja lança*
> *Escura faz qualquer estranha glória;*
> *E aquele que a seu Reino a segurança*
> *Deixou com a grande e próspera vitória;*
> *Outro Joane, invicto cavaleiro,*
> *O quarto e quinto Afonsos, e o terceiro.*[1]

Ao longo dos séculos XIV, XV e XVI, foi atribuído ao monarca um papel mais do que fundamental na trajetória da formação e consolidação do reino português. D. Afonso Henriques passou a ser considerado o primeiro herói de Portugal como nação independente (cf. Mattoso, 2007, passim; Viana, 1938, passim), aparecendo no

1 Camões, *Os Lusíadas*, canto I, s. d..

imaginário dos lusos como o iniciador da epopeia portuguesa, de glórias e conquistas.

O ar de grandeza é um dos atributos da figura de D. Afonso Henriques que mais é retomado pela historiografia portuguesa, o que, de alguma forma, remonta à cronística medieval sobre esse rei (cf. idem, 1993, p.213). O intuito aqui, portanto, não é abordar diretamente a figura do primeiro monarca, sua família, seus atos e a sociedade em que viveu,[2] mas sim tentar pensar como as crônicas medievais ajudaram a construir a imagem do fundador do reino português – tal como está consolidada no final do século XVI – e quais as especificidades de cada momento histórico da produção cronística dos séculos XIV, XV e início do XVI, quando os primeiros passos na construção da imagem do fundador do reino foram dados.

Para isso foram selecionadas três crônicas laicas[3] que abordam a história do primeiro rei: a *Crónica geral de Espanha de 1344,* do Conde D. Pedro de Barcelos, a *Crónica de Portugal de 1419* e a *Crónica de El-Rey D. Afonso Henriques,* de Duarte Galvão, de 1505. Elas se tornaram relevantes para a pesquisa, pois são amostras de três séculos diferentes e apresentam versões de alguma forma atualizadas da história do primeiro rei. A escolha dessas crônicas levou em consideração o fato de corresponderem aos estratos conservados de narrativas mais argumentativas do que as fontes produzidas anteriormente sobre D. Afonso Henriques, como será descrito mais adiante. A análise das crônicas será realizada com a finalidade de propor achegas para como os cronistas dos séculos XIV, XV e XVI pensaram a figura do primeiro monarca.

De saída, o que se percebe é que a produção do século XVI traduz uma clara maturidade na exposição da história do primeiro rei, como aponta a historiadora Ana Isabel Buescu (1991, p.51). Isso porque, no século XVI, ganha impulso em Portugal uma vontade de afirmar

---

2 Para mais informações ver Marques, 1999, p.35.

3 A escolha das crônicas laicas se justifica, pois o objetivo da pesquisa é pensar como o reino português buscou em seu passado a afirmação e legitimação do seu presente. Assim, houve a opção em priorizar as crônicas escritas por membros da corte ou por encomenda destes.

a trajetória do reino e buscar as origens da recém-fundada nacionalidade, e a figura de Afonso Henriques passa a ser considerada uma grande referência dessa nacionalidade, por remeter à fundação do reino. Segundo Buescu (ibidem, p.51), a construção, nesse século, da imagem de Afonso Henriques como símbolo da origem da nacionalidade dá-se a partir de duas vertentes: pela consolidação da narrativa mítica sobre a batalha de Ourique (1139), mito que justifica a independência nacional, e pela primeira tentativa de canonização do rei D. Afonso Henriques, no ano de 1556, ou seja, no final do reinado de D. João III (1502-57).

Retomando um pouco a trajetória da fixação escrita da história do primeiro rei, é possível entender como essa figura se consolidou na cronística do século XVI. A primeira ocorrência de tentativa de registro escrito da figura de D. Afonso Henriques foi em 1185, logo após a morte do rei, com o *Annalis Domni Alfonsi Portugallensium Regis*, proveniente, provavelmente, do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Tais *Anais*, escritos em língua latina, não apresentavam uma narração, porém já traziam uma imagem fortemente apologética do primeiro rei. Esses *Anais* formam uma trilogia juntamente com o *De expurgatione Scalabe*, que relata a tomada de Santarém (1147), e a *Vita de Sancti Teotoni*, que aborda a história do prior do mosteiro de Santa Cruz, que era um dos conselheiros do rei D. Afonso Henriques. Ambos os relatos, pois, são contemporâneos deste rei e escritos antes do final do século XII (Saraiva, 1988, p.152). Para José Mattoso, tal conjunto de textos é proveniente, provavelmente, do mosteiro de Santa Cruz, como mencionado, mas ele não deixa de considerar a hipótese de terem sido escritos pelos monges de Santo Tirso, tendo sido, neste caso, denominados *Chrónica Gothorum* ou *Cronicon Lusitano* (Mattoso, 1985, p.107).

A segunda tentativa de que se tem notícia são os cantares ou *Gesta de D. Afonso Henriques*, que se apresentam como cantares perdidos sobre o primeiro rei. Tal gesta constitui-se de poemas dispersos, que foram reunidos em um só cantar por volta de 1209. José Saraiva (1983, p.117-67) defende a existência da *Gesta de D. Afonso Henriques* a partir da *IV Crónica breve de Santa Cruz de Coimbra*, do

texto castelhano *Crónica de vinte reis* e do *Livro de linhagens* do Conde D. Pedro, que representam a prosificação dos textos perdidos. Pelas mesmas narrativas prosificadas, o historiador José Mattoso, em vários momentos da obra, colabora e amplia a ideia defendida por José Saraiva (idem, 1991, p.10), de que em Portugal houve uma tradição épica cantada aos moldes da castelhana. No entanto, o foco de José Mattoso, como historiador, é buscar indícios de como os diferentes grupos sociais perceberam o momento da fundação do reino português.[4]

O historiador supracitado chama a atenção para as imagens contraditórias da figura régia, nas fontes mais antigas, nas quais aparecem remissões a D. Afonso Henriques:

> os *Anais* redigidos por Cônego Regrante de Santa Cruz de Coimbra pouco depois de 1184 (a mais apologética de todas); a *Gesta de Afonso Henriques*, poema épico que exprime a memória dos cavaleiros de Coimbra, no princípio do século XIII; e as anedotas transmitidas nos meios senhoriais de Entre-Douro-e-Minho, com o seu retrato irônico negativo. (cf. idem, 1993, p.214)

A explicação para as diferenças entre as abordagens sobre o primeiro rei se justifica, para o autor, em virtude das oposições dos grupos que as produziram, sendo notório que os textos apontados não compunham uma imagem do primeiro rei ligada à importância de D. Afonso Henriques ter sido o herói fundador do reino e portador de uma coroa que seus antecessores não ostentavam (Mattoso, 1993, p.214) – associação que aparece posteriormente por volta dos séculos XIV e XV.

A primeira narrativa proto-histórica sobre Afonso Henriques foi, provavelmente, elaborada nos finais do século XIII e inícios do XIV: já se trata do *Cronicon galego-português de Espanha e Portugal*[5]

---

4 Principalmente nos textos de Mattoso, 2000, p.469-83 e p.485-500.

5 Os *cronicons* eram narrações breves que seguiam uma ordem temporal cronológica.

ou *Crónica galego-portuguesa de Espanha e Portugal*, que também se encontra desaparecido, tendo sido referido por Cristóvão Rodrigues Acenheiro, em 1531 (Saraiva, 1988, p.159). Segundo Diego Catalan, o *Cronicon* teria sido uma das principais fontes do Conde D. Pedro de Barcelos, tanto da *Crónica geral de Espanha de 1344* quanto do seu *Livro de Linhagens* (Menéndez Pidal, 1962, passim). Para Saraiva, esse *Cronicon,* juntamente com a *Crónica geral de Espanha de 1344,* atesta o interesse da corte portuguesa pela história da Espanha, na primeira metade do século XIV. É uma narrativa independente da *Crónica geral de Espanha*, de Afonso X, e aborda a história do rei Rodrigo (início do século VIII), último rei visigodo da Península Ibérica, até a batalha do Salado (1340), referindo várias tradições lendárias, incluindo a de D. Afonso Henriques (Saraiva, 1988, p.158).

Em uma cópia manuscrita, datada dos finais do século XV e encontrada por Alexandre Herculano no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, aparecem ainda dois outros pequenos textos sobre D. Afonso Henriques, as *III e IV Crónicas breves de Santa Cruz* – esta última um extrato daquele *Cronicon galego-português* e semelhante ao *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro. Já a *III Crónica breve do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra* se aproxima narrativamente da *Crónica geral de Espanha de 1344.* Para José Saraiva (1991, p.23-4), os cronistas dos séculos XV e XVI basearam-se nas *Crónicas breves*. Por isso, por meio de uma análise comparativa dos textos, ele propõe a seguinte datação para a composição das mesmas: a *III Crónica breve* seria mais recente, constituindo uma cópia da segunda redação da *Crónica de 1344* e remontando, desse modo, a cerca de 1400; já no caso da *IV Crónica breve* a datação é mais complicada de ser estabelecida, visto que remonta a tradições mais antigas, provavelmente sendo um fragmento da desaparecida *Crónica galego-portuguesa*, portanto, dos finais do século XIV.

Além dos anais, crônicas e gestas, os livros de linhagens, embora não sendo obras propriamente historiográficas e cronísticas, tiveram uma importância na composição da figura de D. Afonso Henriques, pois registravam algumas tradições épicas. Os livros de linhagens tinham por interesse registrar a genealogia dos fidalgos para que

esses pudessem receber privilégios e direitos e também para que fossem evitados os casamentos incestuosos por conta da ignorância do parentesco. O *Livro de linhagens* do Conde D. Pedro configura-se como uma grande coleção, concluída por volta de 1340 (idem, 1988, p.154), que trata da genealogia dos reis de Portugal, inserindo a tradição épica de D. Afonso Henriques e chegando a narrar um testemunho do próprio D. Pedro sobre o reinado de D. Dinis, seu pai.

Sem dúvida, um marco importante nas escritas cronísticas ibéricas foi a chamada *Crónica general de Espanha,* escrita sob encomenda de Afonso X de Castela e confeccionada entre 1256 e 1284, nas oficinas palacianas do "rei sábio" (Menéndez Pidal, 1962, p.19). Essa obra influenciou toda a produção cronística ibérica, incluindo as crônicas originalmente ou supostamente portuguesas. Entre a *Crónica geral de Espanha,* de Afonso X, e a sua versão portuguesa, a *Crónica geral de Espanha de 1344*, do Conde de Barcelos, há outra versão castelhana dessa crônica que é conhecida como *Crónica de vinte reis*.

O pesquisador Luis Felipe Lindley Cintra sugere que do rascunho da *Primeira crónica geral*, que narra até o reinado de Afonso VI, surgiram três redações: a primeira, abreviada em relação ao primeiro texto; a segunda, corrigindo a parte que vai de Fernando I (1016-65) a Afonso VI (1039-1109), com o intuito de acrescentar alguns fatos não abordados no texto primitivo e continuar a redação para além da morte de Afonso VI; a terceira seria uma continuação da *Crónica*, baseada nos materiais já reunidos e ligados à primeira composição. Outro cronista, tempos depois, teria refundido tais textos, não ultrapassando, no entanto, o reinado de Fernando II (1137-88). A continuação desse trabalho, posteriormente, teria dado origem ao que é conhecido atualmente como *Crónica de vinte reis.* Com isso Cintra conclui que a *Crónica geral de 1344* é uma refundição da *Variante ampliada* da *Crónica geral de Espanha*, feita com auxílio da *Crónica de vinte reis* e acrescida de outras fontes (Cintra, 1951, v.1, p.CCCXIV).

Foi dentro dessa tradição que se confeccionam as primeiras narrativas cronísticas laicas, escritas na corte portuguesa e em língua

vernácula, que narram a história de D. Afonso Henriques: a *Crónica geral de Espanha de 1344*, a *Crónica de Portugal 1419* e a *Crónica de El-Rey D. Afonso Henriques.* Elas fazem parte da cadeia ininterrupta de tradições orais e escritas, com narrativas heroicas e míticas, que vieram a fixar-se em crônicas desde a primeira metade do século XIV e que serviram de base para a história de D. Afonso Henriques. Nas três crônicas, nota-se que o monarca é apresentando como um herói, conquanto a figura de D. Afonso Henriques tenha dimensões diferentes em cada uma delas. Na crônica do século XIV, as narrativas valorizam uma imagem guerreira de D. Afonso Henriques, voltada para a construção e proteção do reino. A partir da *Crónica de Portugal de 1419*, a imagem do rei português é associada aos milagres cristãos, propondo a ideia de um rei eleito por Deus, bem como a de uma origem sustentada no sagrado da Casa de Avis, o que aparece de forma ampliada na *Crónica de El-Rey D. Afonso Henriques*.

A *Crónica geral de Espanha de 1344* aborda a história de D. Afonso Henriques atrelada à história dos demais reinados da Península Ibérica, descrevendo, juntamente com a história dos primeiros monarcas portugueses, uma história dos grandes homens que se haviam destacado por feitos heroicos e por uma conduta que se fundava nos ideais da honra e da valentia (Serrão, 1978, p.373). Isso ocorre porque no século XIV é possível dizer que havia, ainda, uma unidade cultural hispânica. Assim, embora tendo sido escrita por um membro da corte portuguesa, D. Pedro de Barcelos, filho de D. Dinis, a história de D. Afonso Henriques não recebe destaque algum perante a história dos demais reis peninsulares. O monarca aparece como apenas mais um rei da Península Ibérica, o que fica evidente na passagem da história dos reis castelhanos para os portugueses: "mas leixaremos aqui de falar desto e tornaremos a contar dos reys de Portugal pro levar essa estória adeante ordenadamente antre os outros reys da Espanha" (*Crónica geral de Espanha...*, 1964, v.3, p.214). Ou seja, os reis portugueses estão no mesmo patamar de exaltação dos demais reis da Península Ibérica.

Quanto à *Crônica de Portugal de 1419*, essa é considerada parte integrante de uma possível "Crônica geral do reino" (Gomes, 1993, p.687),

como já mencionado nos capítulos anteriores. A crônica aborda as histórias dos primeiros reis portugueses, sendo que a história de D. Afonso Henriques aparece atrelada à dos demais monarcas da dinastia afonsina. Porém, o primeiro rei é destacado como o protagonista da fundação do reino português e ganha ares de sagrado e de predestinado. Em relação à *Crónica geral de Espanha de 1344*, pode-se dizer que a ênfase da narrativa recai exclusivamente sobre os monarcas, surgindo os homens de corte, quando surgem, como meros coadjuvantes dos eventos.

Já a *Crônica de El-Rey D. Afonso Henriques*, do início do século XVI, aborda somente a história do primeiro monarca, tomando-o como o grande herói e protagonista da fundação do reino português e descrevendo-o como referência e exemplo para os demais monarcas. A diferença fundamental desta, contudo, é a remissão explícita ao encomendador da crônica, D. Manuel, colocado como equivalente ao primeiro herói do reino em grandeza. Tanto Afonso Henriques como D. Manuel aparecem como reis messiânicos na condução de Portugal como nação cristã, independente e expansionista. O caráter expansionista da crônica de Duarte Galvão é reforçado pela dimensão sagrada da monarquia afonsina, que se amplia em relação à *Crónica de 1419*; a sacralidade justifica, assim, tanto a monarquia de reis escolhidos por Deus quanto a própria expansão territorial como missão portuguesa.

Em busca de entender como essas três crônicas ajudaram, pelos processos de compilações e atualização, a construir a imagem de Afonso Henriques, consolidada no século XVI, cabe questionar: Como a cronística dos séculos XIV, XV e XVI leu a trajetória de D. Afonso Henriques? Qual o papel da sacralização nessa trajetória historiada? E, por fim, quais as circunstâncias que foram lembradas na produção de um herói? Pode-se considerar que as três crônicas selecionadas possuem dez temáticas fundamentais, que se repetem e conduzem as narrativas da história do primeiro monarca, sendo que esses eixos são incrementados ou destacados, dependendo de cada uma das crônicas e das intenções de cada tempo. Buscar-se-á aqui, portanto, cotejar esses temas para analisar as alterações e

permanências temáticas, com a finalidade de perceber se os cronistas desenvolvem uma argumentação a partir de uma história retrospectiva, ou seja, explicam o final da história pelo início, justificando, assim, o conhecido Desastre de Badajoz, sem manchar a memória de D. Afonso Henriques.

O primeiro eixo comum das crônicas é a introdução da história de D. Afonso Henriques por remissão ao pai dele, o conde D. Henrique.[6] Como proposto no capítulo anterior, a história obedece ao tempo de vida do rei; dessa forma, retoma sua descendência para situá-lo no tempo. Já de início notam-se sutis diferenças entre as crônicas sobre a linhagem do monarca, provavelmente decorrentes de fontes de origens dispersas, falhas dos copistas posteriores e acréscimos dos cronistas. As crônicas geralmente retomam os antepassados descrevendo suas virtudes, assim: na *Crónica geral de Espanha de 1344*, D. Henrique aparece como um conde "muy fidalgo e de grande sangue" (1964, v.3, p.215). Na *Crónica de Portugal de 1419* é descrito como "muj grande caualeiro & bom mancebo & de grande Valentia: & era em armas tam bom" (*Crónica de cinco reis...*, 1945, p.43-4). E na *Crónica de El-Rey D. Afonso Henriques,* como "muy discreto e esforçoso caualleiro, nam menos de todallas outras bomdades comprido" (Galvão, 1995, p.10-1). O Conde ganha adjetivos de uma crônica para outra, ou seja, há um enobrecimento cada vez maior da monarquia portuguesa, descendente de um conde honrado. A glorificação dos antepassados, segundo Ana Isabel Buescu (1991, p.62), é um dos processos mais eficazes de legitimação do poder, ainda mais quando se estabelecem origens divinas para tais antepassados.

A linhagem dos reis portugueses, segundo a *Crónica geral de Espanha de 1344,* remete ao rei D. Afonso, de Castela, "que tomou

6 No caso da *Crónica de Portugal de 1419*, há um capítulo à parte só para o conde D. Henrique, que narra, basicamente, o casamento dele com D. Teresa, filha bastarda do rei D. Afonso VI, de Castela. Nas duas demais crônicas, a história do conde D. Henrique aparece em conjunto com a história de D. Afonso Henriques, mas o conteúdo é praticamente o mesmo do capítulo à parte da *Crónica de Portugal de 1419*.

Tolledo aos mouros" (*Crónica geral de Espanha...,* 1964, p.214). O rei D. Afonso casou sua filha, "dona Tareyja Affonso co hũu conde que avya nome dom Anrrique" (ibidem, p.214-5), por duas razões: porque o conde D. Henrique "era *primo coyrmão* do conde dom Reymõ de Tollosa e veera co elle de sua terra por ho honrrar em seu casamẽto e por fazer romaria a Santiago; e a outra, por que era o melhor homẽ d'armas per seu corpo que se podia saber" (ibidem, p.215, grifos meus). Esta é a única procedência de D. Henrique mencionada na crônica, ou seja, a ligação dele com o conde de Tolosa.

Na *Crónica de Portugal de 1419,* D. Henrique é apresentando de forma diferente. Primeiramente, a crônica conta que D. Afonso, de Castela, na guerra contra os mouros, recebeu ajuda de alguns nobres, dentre eles o conde de Tolosa, que veio acompanhado com "hũ seu sobrinho fº de hũa sua irma que era casada com elrej de Vngria que auia nome dom hemrique e era o *segundo fº lidimo* de elrej de Vngria e de sua irmam do conde de tolosa como dito he" (*Crónica de cinco reis...,* 1945, p.13, grifos meus). O cronista anuncia, mais adiante, que D. Afonso ofereceu sua filha, Dona Teresa, em casamento ao conde D. Henrique, como recompensa da guerra contra os mouros, e daí descendem todos os reis de Portugal. A referência à guerra contra os mouros, como forma de heroísmo e enaltecimento do cristão, é fórmula comum do espaço cultural a que Portugal pertence (Horta, 1991, p.43).

Quanto às diferenças entre as crônicas, nota-se que, ao apresentar Dona Teresa, o compilador da *Crónica de Portugal de 1419* diz que ela "foi casada com dom henrrique o primiro *fº primogenito* do elrej da Vngria & *sobrinho* do conde Dom reimon de Tolosa" (*Crónica de cinco reis...,* 1945, p.44), ou seja, há uma diferença em relação à primeira menção da descendência de D. Henrique: ele aparece como primogênito do rei da Hungria e não como segundo filho. No início do capítulo dedicado a D. Afonso Henriques, aparece, novamente, a referência a D. Henrique como primogênito do rei da Hungria: "Dom Aº rei de portugal sua geração de reis assi da parte do padre como da madre .s. da parte do padre he neto delrej de Vngria fº de hũ seu fº chamado por nome Dom henrrique o qual era *lidimo*: e

segudo conta a crônica era *o primeiro fº* que o dito Rej de Vngria ouue" (ibidem, p.47, grifos meus).

Em relação à *Crónica geral de Espanha de 1344,* é possível perceber outra diferença: D. Henrique aparece como primo do conde de Tolosa e não como sobrinho, como na crônica quatrocentista. Na *Crónica de El Rey Dom Afonso Henriques*, o conde D. Henrique é apresentado como um dos três principais senhores de "elRey dom Affomso de Castella o sexto, chamado de Emperador" (Galvão, 1995, p.10), que foram à Espanha lutar contra os inimigos da fé, os mouros. Estes senhores eram "o Comde dom Reiman de Tollosa, grande senhor em Framça, e o Comde dom Reimam de Sam Gil de Proemça, e dom Hamrrique, *sobrinho* deste Comde de Tollosa, *filho segumdo genito* de huũa irmãa e delRey dUmgria, com que era casada" (ibidem, p.10, grifos meus). Nesse trecho, o cronista só menciona que D. Henrique é o segundo filho da irmã do conde de Tolosa. Na apresentação do rei D. Afonso Henriques, o cronista diz que ele "era neto delRey dUgria da parte do Comde dom Hmarrique seu pay, que era *filho lidemo* delRey dUmgria" (ibidem, p.14, grifos meus), ou seja, aqui o cronista mantém a estrutura de apresentar D. Henrique como filho legítimo do rei da Hungria. Para Luís de Sousa Rebelo, Duarte Galvão comete vários erros em sua crônica, sobretudo por "atribuir à casa da Hungria a origem do Conde D. Henrique, pai de Afonso Henriques" (Rebelo, 1998, p.185-6), pois o conde seria descendente dos reis da França. Tal atribuição, segundo o autor, deve-se ao fato de que Duarte Galvão baseou-se "essencialmente nas crônicas de Santa Cruz de Coimbra" (ibidem, p.185), já que a *Crónica geral de Espanha de 1344* não traz nenhuma referência a casa à Hungria. Na *Crónica de Portugal de 1419*, por sua vez, o rei Afonso de Castela, em várias passagens, é referido como Afonso V, o que é alterado por Duarte Galvão, que coloca Afonso de Castela como Afonso VI (cf. *Crónica de cinco reis...*, 1945, p.43, 47 e 48; Galvão, 1995, p.10).

As diferenças, no entanto, devem ser atribuídas às fontes de compilação, provavelmente diferentes, já que as crônicas resultam de uma amarração de diferentes documentos. Nesse caso, a *Crónica*

geral de Espanha de 1344 não foi a única fonte da qual beberam os outros dois cronistas para propor a origem dos reis portugueses; eles possivelmente se valeram também de alguns documentos provenientes do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, como apontam vários autores (cf. Saraiva, 1988; Mattoso, 1985; Basto, 1960). Os documentos oriundos desse mosteiro tiveram sempre uma tendência à apologia ao primeiro monarca, o que pode ser explicado por D. Afonso Henriques, ao fixar-se em Coimbra com sua corte, ter-se tornado o mais fiel protetor de Santa Cruz, e ter feito do mosteiro o centro de apoio cultural da corte. A proteção que concedeu ao Mosteiro, segundo José Mattoso (s. d., p.69), "contribuiu poderosamente para o tornar o polo mais altivo de uma síntese cultural de grande pujança e com influência sobre todo o resto do país".

O segundo ponto em comum das crônicas é o discurso do conde D. Henrique, no leito de morte, ao seu filho D. Afonso Henriques. O caráter simbólico e apelativo do episódio pode ser notado pelo fato de que Afonso Henriques, nascido em 1109 ou 1110, teria apenas dois ou três anos quando o conde faleceu, em 1112. Tal inclusão, pois, traduz a preocupação de legitimação do rei pelos cronistas, que defendem que Afonso Henriques é o verdadeiro e único sucessor do pai na posse e defesa das terras do Condado Portucalense, o que justifica o comando do reino a favor de D. Afonso Henriques e não de D. Teresa (Saraiva, 1991, p 54):

> Filho, toda a terra que eu leixo, que he des Estorga atta Leõ e ataa Coimbra, nom percas della nẽ hũa cousa, ca eu tomey co muyto trabalho. E sey companheiro aos fidadlgos e dalhes todos seus dereitos. E aos cõcelhos fazelhes hõrra. E faze *de guisa* que todos ajam dereyto, assy os grandes como os pequenos, e por rogo nẽ por cobiiça, nõ leixes de fazer justiça. E porem, meu filho, sempre *em* teu coraçõ ama justiça, ca o dia que a leixares de fazer hũu palmo, logo o outro *dia ella* se afastara de ty hũa braça. *E porem, meu filho*, ama a justiça e averas a beenço de Deus e a graça de bemquerença das gentes. E non consentas os teus homẽs seer *sobervosos* e atrevidos em mal fazer nem façam força a nehũu, ca perderias teu boo preço

> se taaes cousa nõ castigasses. E mãda logo chamar os d'Estorga e fezerte hey que te façam menagem. E, logo que eu morrer, vay comigo fora da villa e logo te torna e nõ a perderás, ca daquy poderás conquistar todo o al. E madame soterrar em Bragaa que eu pobrey. (*Crónica geral de Espanha...*, 1964, v.3, p.216)

A *Crónica de Portugal de 1419* e a *Crónica de El-Rey D. Afonso Henriques*, apesar de alguns acréscimos, guardam a mesma estrutura da *Crónica geral de Espanha de 1344*. Ou seja, as cronistas compõem a narrativa a fim de argumentar a postura posterior de D. Afonso Henriques perante a mãe. Os argumentos visam justificar as atitudes do futuro rei pela posse e comando do que viria a ser o reino português. Os conselhos de D. Henrique ao filho, segundo os cronistas, nesse sentido, contemplam a valorização da justiça, a conservação do território e a boa relação com os fidalgos. Dessa forma, o discurso, além de justificar a posse territorial, também sugere quais eram os valores dos cronistas acerca dos deveres do senhor, ou seja, suas obrigações com os vassalos, os direitos dos conselheiros e a obrigação de praticar a justiça – deveres esses que estavam consolidados nos costumes e constavam até mesmo na legislação (Saraiva, 1991, p.55).

Para Graça Videira Lopes, o papel do conde D. Henrique na narrativa, em certa medida, é compor o modelo a ser seguindo, pois ele é apresentado como o antepassado respeitado, cuja voz exprime valores abstratos que deverão nortear o comportamento do futuro rei, D. Afonso Henriques (Lopes, s. d.). D. Henrique, dessa forma, anuncia como Afonso Henriques deve conduzir o condado para manter e ampliar as conquistas, ou seja, serve-lhe de modelo de como ser um senhor honrado. O historiador José Mattoso, em seus estudos sobre famílias, aponta que a honra é uma característica eminentemente familiar, no sentido de que o filho não pode ser menos honrado do que o pai, não pode perder proeminência social. Aquele filho que não segue as tradições dos ancestrais acaba por desonrar a família. Dessa forma, se o filho decai de posição social, se não respeita os valores vassálicos, se é covarde na guerra, ele não perde só a própria honra, mas

desonra toda sua família (Mattoso, 1992, p.251). Dada essa convicção corrente no tempo dos cronistas, a voz de D. Henrique aparece nas crônicas para compor as diretrizes que devem conduzir à sucessão.

Nas crônicas dos séculos XV e XVI, o caráter sagrado de D. Afonso Henriques começa a se anunciar desde menino, pelo destaque conferido ao primeiro milagre que ele teria recebido. Contudo, antes de falar sobre o milagre é preciso apontar algumas diferenças sobre a narração da criação de D. Afonso Henriques nas fontes históricas, mais especificamente em relação à *IV Crónica Breve do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*. Na *Crónica de Portugal de 1419*, na *Crónica de El-Rey D. Afonso Henriques* e na *III Crónica Breve* aparece a versão de que D. Afonso Henriques foi criado por D. Egas Moniz, personagem que reaparece em vários momentos da vida do rei. Na *Crónica geral de Espanha de 1344*, Egas Moniz é citado como ajudante do rei e não é referida a criação do rei. Já na *IV Crónica Breve,* o herói ajudante de D. Afonso Henriques, aio ou amo, é Soeiro Mendes. Soeiro Mendes aparece também no *Livro de linhagens* do conde D. Pedro,[7] na crônica espanhola *De vinte reis* e ainda na crônica perdida *Galego-portuguesa* (Saraiva, 1991, p.22-3). Os textos escritos registraram, por inteiro ou parcialmente, diversas variantes de uma tradição lendária escrita relativa a Afonso Henriques, somente com algumas modificações, mas, no geral, com uma ordem semelhante dos fatos. Também modificaram um pouco a tradição oral sobre a história do monarca, pois as versões mais antigas indicam o nome de Soeiro Mendes como aio ajudante do rei, e as mais recentes optam por Egas Moniz (ibidem, p.27).

Retomando o milagre que recebeu Afonso Henriques ainda menino, contam a *Crónica geral de Portugal de 1419* e a *Crónica de El-rey D. Afonso Henriques* que D. Afonso Henriques nasceu "com as pernas tam emcolheito, que, a parecer de mestre e de todos, julgauam que mumca poderia ser saão dellas" (Galvão, 1995, p.15). Por meio de D. Egas Moniz, opera-se o primeiro

7 No caso do *Livro de linhagens*, escrito anteriormente à *Crónica de 1344*, aparece tanto Soeiro Mendes como Ega Moniz.

milagre: a virgem Maria aparece em sonho para Egas Moniz e pede para que ele se dirija

> a huũ tall luguar, damdolhe loguo os sinaaes delle, e faze hi cauar, e acharas hi huũa egreia, que em outro temo foi começada em meu nome, e huũa jmagem minha: faze correger a egreia e jmagem feita aa minha homrra e jsto feito, farás hi uigilia, poemdo o menino que crias sobre o altar: e sabe que gareçera, e será saão de todo. E nam menos te trabalha de hi auamte de ho bem criar e guardar como fazes, porque meu filho quer per elle destroir muitos jmigos da fee. (ibidem, p.16)

Esta passagem estrutura-se no sentido de dimensionar a figura de D. Afonso Henriques por uma trajetória predestinatória, de combate aos inimigos da fé, os mouros, em busca da conquista territorial. As intervenções sobrenaturais nos acontecimentos descritos nas crônicas, nesse sentido, devem ser pensadas pelo fato de que as profecias ou narrativas de milagres, na *Crónica de Portugal de 1419* e na *Crónica de El-Rey D. Afonso Henriques*, são gêneros com raízes clericais. Ao contrário dessas, a *Crónica geral de Espanha de 1344* contém narrativas de caráter maravilhoso não cristão (ou contos), que podem ser considerados exemplares únicos na literatura portuguesa da Idade Média (só em textos narrativos e poéticos da tradição oral se encontram congêneres) (Amado, 1997, p.22). Deve-se levar em consideração, igualmente, que os milagres desempenham um importante papel na vida espiritual do medievo, simbolizando a continuação da revelação de Deus aos homens – por isso aparecem frequentemente nas narrativas (Vauchez, 1995, p.180).

O terceiro eixo temático das crônicas é o confronto de D. Afonso Henriques com a mãe, D. Teresa, bem como a narrativa da batalha de São Mamede e a prisão de D. Teresa. Esse episódio é, singularmente, problemático, visto que narra a história da prisão de D. Teresa pelo filho, ou seja, atitude, a princípio, moralmente condenável de um cristão. Como aponta André Vauchez, desde o século XIII, a mulher ocupa um lugar cada vez mais importante no desenvolvimento da

espiritualidade ocidental, pois mesmo sendo subordinada ao homem no campo social e até mesmo no religioso, no campo da redenção cristã ela alcançava um patamar de igualdade (ibidem, p.167-8). Nesse sentido, a atitude do futuro rei requer por parte dos cronistas uma série de artifícios argumentativos para justificar sua conduta e, além disso, a prisão da mãe e a consequente maldição que ela lança sobre o filho cumprem um papel fundamental na composição da história guerreira do monarca, como convém desdobrar.

Os cronistas utilizam, por um lado, um suposto adultério de D. Teresa para defender a superioridade moral de D. Afonso Henriques em relação à mãe. Segundo os cronistas, D. Teresa teria se casado com dois membros da casa dos Travas, sendo, portanto, o segundo casamento tomado como incestuoso e adúltero dentro das normas do direito canônico, pois uma união anterior seria um impedimento a um casamento posterior com um consanguíneo próximo. Conta a *Crónica geral de Espanha de 1344*, por exemplo, que, depois da morte de D. Henrique, D. Teresa se casou, primeiramente, com Bermudo Peres de Trava, renunciou a este casamento e, em seguida, desposou o irmão dele, o conde Fernando Peres de Trava. Além disso, agravando ainda mais a situação, D. Teresa "casou dõ Vermuim Perez co hũa sua filha e do conde dõ Anrrique que avya nome de tareyja Anrriquez" (*Crónica geral de Espanha...,* 1964, v.3, p.216). Segundo a crônica, para compensar o pecado do duplo incesto – casamento de D. Teresa com o irmão de Bermudo e o casamento de Bermudo com Teresa Henriques, filha de D. Teresa – teria sido mandado construir um mosteiro na Galícia, chamado Sobrado. Todavia, grande parte da historiografia considera lendária a história do primeiro casamento de D. Teresa com um dos Travas, D. Bermudo Peres de Trava (cf. Mattoso, s. d., p.48), argumentação que faz parte da construção narrativa que tenta compensar as atitudes do rei e apresentar D. Teresa como pecadora perante o direito canônico.

Por outro lado, a união de D. Teresa com o conde Fernão Perez de Trava aproximaria os territórios do Condado Portucalense com os da Galícia, o que os cronistas apontam que descontentava os nobres pertencentes ao Condado Portucalense. Desse modo, quando D. Afonso

Henriques alcançou idade suficiente para desempenhar suas funções de príncipe herdeiro, já que era neto de imperador, ocorre a conhecida Batalha de São Mamede entre ele e seu padrasto, Fernão Perez de Trava, pela posse do condado Portucalense. Nesse episódio, D. Afonso Henriques sai vitorioso e prende o padrasto e a mãe. Segundo as crônicas, D. Afonso Henriques manda soltar o padrasto, após este prometer nunca mais voltar ao condado Portucalense; já a mãe é mantida presa. Assim, D. Teresa é colocada em posição de inferioridade, sendo qualificada como adúltera e depois como traidora, pois possibilitara a união dos territórios do condado Portucalense com os da Galícia. Em suma, são esses os aspectos que os cronistas utilizam para justificar a postura do rei em aprisionar a mãe. Tal atitude de D. Afonso Henriques leva a mãe a fazer uma profecia, que serve nas três crônicas para justificar a derrota de Badajoz, no final da vida do rei. Duarte Galvão (1995, p.27), por exemplo, deixa clara a maldição no seguinte trecho, que aparece na forma de diálogo entre D. Teresa e D. Afonso Henriques:

> Dom Affomsso filho, premdestesme e deserdasteesme da terra e homrra que me leixou meu pay, quitastesme de meu marido: a Deus peço que preso seiaaes uos, assi como me eu uéio: e porque posestes minhas pernas em ferros, que uos ajudaram a trazer e a criar com mujtas doores em meu uemtre e fora delle, com ferros seiam as uossas quedradas, e a Deus praza que assi seia.

Além de descreverem a profecia, os cronistas anunciam o seu cumprimento, em um recurso narrativo importante no texto, pois adianta a punição do rei: "e esto se conpryo despois, segũdo vos a estória devisará em seu logar" (*Crónica geral de Espanha...,* 1964, v.3, p.218); "& depois aconteçeo ao príncipe Dõ Aº henrriquez que sendo já rej que lhe quebrou hũa perna em saído pola porta de badalhouçe & foi preso pro elrej Dom fernando de Leão como ouuirdes adiante" (*Crónica de cinco reis...,* 1945, p.55) e "depois acomteçeo a este Primçipe dom Affomso, seemdo já Rey, que lhe quebrou huũa perna em sahimdo pella porta de Badalhouçe, e foi preso delRey

dom Fernamdo de Liam, como sse ao diamte comtara, dizemdo todos que lhe acomteçera por lho assi malldizer sua may" (Galvão, 1995, p.27). Deve-se levar em consideração que os três cronistas, escrevendo posteriormente ao acontecimento narrado, já sabem o desenrolar da história e, portanto, remetem a derrota de Badajoz à maldição materna. Em um tempo no qual um acidente com o herói da trama não poderia ser obra do acaso, já que se acreditava sempre nos significados ocultos deixados por Deus, era a derrota certamente atribuída ao destino, e a maldição da mãe aparece, assim, para compor esse destino (Saraiva, 1991, p.69).

Levando em conta a importância da maldição na justificativa da derrota posterior, a escolha da figura materna como geradora da execração não deixa de ser relevante. A maternidade, para o medievo, era tão estimada quanto o casamento, pois garantia não só a manutenção das heranças e propriedades da família como também a configuração geral do poder político e a estabilidade das relações de domínio dependiam de uma descendência. Nos casos em que faltava um sucessor ao trono, por exemplo, não tardavam a aparecer disputas em torno dele (Opitz, 1990, v.2, p.379). A sociedade aristocrática partilhava a ideia de que as mulheres e os filhos estavam associados, já que as primeiras tinham sido criadas por Deus, sobretudo, para conceber filhos. Todavia, a ideia de mãe dedicada não era cara ao período e, apesar de aparecer em alguns textos a partir do século XII, tal noção não significava uma generalização do sentimento materno. Criar os filhos não era um problema, pois de modo algum se esperava que as mães estivessem sempre física e espiritualmente à disposição dos filhos e não eram raros os episódios em que as mães não aparecem como afetuosas em relação a eles (ibidem, p.383).

Assim, no caso de D. Teresa, ela cumpre sua função ao dar à luz um filho homem, porém não se espera dela sentimento materno, com exceção da crônica do XVI, como se verá na análise do episódio da Batalha de Badajoz. Quanto ao filho, a expectativa era diferente, já que os filhos, para os medievais, tinham por obrigação assegurar a velhice dos pais. Nesse caso, a maldição também justifica a postura

do futuro rei de prender a mãe em vez de ampará-la. Toda a questão materna serve, portanto, para compor um rito mágico, que justifique posteriormente a narrativa da derrota de Badajoz. Assim, a profecia de D. Teresa não é usada para questionar a função materna, a não ser na narrativa de Duarte Galvão.

Juntamente com a prisão da mãe, a batalha de São Mamede (luta de D. Afonso Henriques com o padrasto) torna-se importante, pois é nela que os cronistas identificam a primeira tentativa de D. Afonso Henriques de assumir as diretrizes do condado Portucalense. O jovem guerreiro inicia, nesse episódio, a empreitada de consolidação e de expansão do futuro reino português. A independência e a criação de Portugal, nos três cronistas, aparecem diretamente atreladas à coroação de D. Afonso Henriques como rei, que ocorre nos campos de Ourique.

O historiador José Mattoso chama a atenção para a Batalha de São Mamede, referindo-se a ela como a "primeira tarde portuguesa". Para o historiador foi nesse caso que pela primeira vez uma coletividade, embora formada apenas pelas famílias mais representativas, se uniu em prol de uma causa única: a defesa do território comum contra as ordens de um senhor de quem eles desgostavam (1992, p.19). Segundo Mattoso, pela datação que a documentação traz da batalha, principalmente os *Annales Domni Alfonsi*, no momento em que ela ocorreu D. Afonso Henriques teria 18 ou 19 anos. Dessa forma, não se pode admitir que ele tenha sido o inspirador pessoal do movimento e o seu principal sustentáculo, como aparece nas crônicas do século XV. Para o historiador, o movimento contra Fernão Peres de Trava foi uma iniciativa de um grupo de famílias, possuidoras de um poder bélico considerável, sendo que esses nobres não aceitaram a tutela do conde e nem a maneira como orientou os negócios, voltando-se contra D. Teresa e escolhendo um líder para o condado, D. Afonso Henriques. Esse fato, para o historiador, é um prenúncio, mesmo que longínquo, de um sentimento nacional (ibidem, p.25).

Na tentativa de demonstrar que a Batalha de São Mamede foi o primeiro ensaio coletivo de independência, José Mattoso percorre

o caminho de fixação da Batalha nos escritos, mostrando como os cronistas e historiadores pensaram a batalha. Para o historiador, na *Crónica Galego-portuguesa* aparece uma versão da batalha envolta em lendas que são retomadas pelos cronistas dos séculos XIV e XV e que revelam o caráter antinacional da batalha, provavelmente por tratar-se de uma tradição escrita em solo leonês ou por meios pouco afeitos ao rei, como certos setores da nobreza rural, no século XIII.

Os cronistas do século XV reproduzem essa narrativa sem se preocupar com o provável sentido antinacional. Contudo, nos casos da *Crónica geral de Espanha de 1344* e da *Crónica de 1419*, o episódio de Ourique (1139) se sobrepõe ao da Batalha de São Mamede como evento inaugural da monarquia portuguesa, e os continuadores renascentistas, como Duarte Galvão e Garcia de Resende, não alteram tal quadro. Portanto, é no século XVII que há uma retomada da Batalha de São Mamede, porém a princípio os historiadores setecentistas negaram a existência da batalha. Duarte Nunes de Leão, por exemplo, na primeira parte das *Chronicas dos Reis de Portugal*, afirma ser inverossímil o casamento de D. Teresa com o Conde Fernando Peres de Trava. Já Frei António Brandão, na *III parte da Monarquia Lusitana*, acredita na veracidade da batalha, porém recusa a ideia de que D. Afonso Henriques prendeu a mãe e que ela o amaldiçoou, mantendo, assim, a ideia da proeminência de Ourique sobre São Mamede. Somente com Alexandre Herculano a batalha de São Mamede passa a ser considerada, pela primeira vez, o evento criador da Pátria, ou seja, passa a ser vista como o resultado de uma ação coletiva que leva à escolha de um líder. Mas Herculano recusa a parte lendária da batalha e é seguido por diversos historiadores dos séculos seguintes, incluindo José Mattoso (cf. ibidem, p.14-6).

O quarto ponto em comum nas crônicas é o auxílio do Imperador de Castela em socorro a D. Teresa, presa por D. Afonso Henriques. Com a ajuda de gentes de Castela, Leão e Galiza, o imperador avança sobre o condado Portucalense, abrindo espaço para o enfrentamento na conhecida Batalha de Valdevez. Esse episódio é particularmente importante, pois descreve a relação do condado Portucalense com os reinos vizinhos. Contam as crônicas que D. Teresa pediu ajuda

ao sobrinho, argumentando que "portugal pertencia a elle de drto" (*Crónica de cinco reis...*, 1945, p.56), ou seja, o Imperador de Castela teria domínios senhoriais sobre aquele território.

A ofensiva de D. Afonso Henriques é justificada, pois Afonso VII (1105-57) apresenta-se como uma ameaça que poderia comprometer a integridade territorial do condado. No caso do inimigo cristão, cabe o designativo de guerra territorial, cujo objetivo primordial não é matar o inimigo, como na guerra contra os mouros, mas sim demonstrar superioridade suficiente para garantir a manutenção das terras possuídas ou expandir as fronteiras (Figueiredo, 1994, p.382-3). Por isso são permitidos os acordos conciliadores, como os cronistas apontam ter ocorrido em Valdevez. A manutenção do condado Portucalense sob domínio de D. Afonso Henriques operou-se por meio de negociações, segundo os cronistas, graças à intervenção de D. Egas Moniz. O imperador Afonso VII teria cercado D. Afonso Henriques em Guimarães e, para não perecer pela falta de alimentos, D. Egas Moniz tentou um acordo com o imperador, que retirou o cerco.

Os acordos territoriais pós-batalha são frequentes nos casos dos inimigos cristãos, como ocorreu em São Mamede, com o Conde Fernando Peres de Trava, que foi poupado da prisão depois de prometer não voltar ao condado. Esses tipos de conflitos remetem a uma situação diferente da guerra contra os mouros, pois se baseiam em um poder que é conferido pela posse da terra e traduzido em "prestações de menagem" dos vencidos aos vencedores, o que nunca ocorre na guerra contra os mouros, que representam o inimigo territorial e da fé (ibidem, p.383).

Assim, após essas menções sobre o início da consolidação do condado portucalense, os cronistas começam a descrever a conquista dos territórios mouros, e é nessa perspectiva que aparece uma das narrativas centrais das crônicas, senão a mais importante para os cronistas: a Batalha de Ourique, o quinto ponto em comum das crônicas.

A Batalha de Ourique tem um papel fundamental dentro da história portuguesa, segundo os cronistas, visto que é a partir desse

momento que D. Afonso Henriques é aclamado como rei e que Portugal se torna um reino independente (Buescu, 1991, p.55). É possível perceber, nesse episódio, as variações de interpretação de uma crônica a outra no que diz respeito ao acontecimento: da definição como batalha por conquista territorial, como aparece na *Crónica geral de Espanha de 1344,* passa-se à ênfase sobre a sacralização da monarquia e sobre a predestinação de um reino que seria o responsável por combater os inimigos da fé, como apresentam as crônicas a partir do século XV.[8]

Muito se tem dito a respeito da Batalha de Ourique ou Milagre de Ourique, tanto no sentido de identificar o lugar exato no qual deve ter ocorrido a Batalha quanto de associar a batalha à construção da nacionalidade portuguesa (cf. Mattoso, s. d., p.70). Neste livro, contudo, o alvo é explorar as mutações do mito de uma crônica para outra. Na crônica de Duarte Galvão, o mito encontra-se de forma mais completa e acabada, já com todos os arquétipos típicos dos mitos fundantes, como propõem, dentre outros, Maria Eurydice de Barros Ribeiro (1997, p.61-74) e Vitorino Magalhães Godinho (1991, p.25). O mito organiza-se, basicamente, a partir de três núcleos principais: a descrição da superioridade numérica dos inimigos, a narrativa do aparecimento de Cristo na cruz para D. Afonso Henriques, anunciando-lhe a vitória, e, por fim, a indicação explícita da mudança de estatuto de príncipe para rei.

Na *Crónica geral de Espanha de 1344*, há o privilégio dos aspectos militares do evento ocorrido nos campos Ourique. Com efeito, o milagre não aparece nem nas duas versões da *Crónica geral de Espanha de 1344*, nem no *Cronicon* de Acenheiro, nem nos anais antigos, nem na *Vida de São Teotônio*. Em todos os textos, no entanto, a batalha é referida como fato importante (Saraiva, 1988, p.163). D. Pedro de Barcelos atribui a importância da batalha à mudança do estatuto de D. Afonso Henriques de príncipe para rei. Pode-se considerar que, na trama de D. Pedro de Barcelos, a

8 Para mais informações sobre a mutação da imagem guerreira para a imagem sagrada de D. Afonso Henriques, ver Ferreira, 1997.

Batalha de Ourique faz parte da expansão empreendida por D. Afonso Henriques de reconquista dos territórios mouros, desde Coimbra até Santarém. Segundo a crônica, foi abaixo do Tejo que D. Afonso Henriques encontrou-se com o rei mouro, Ismar, sendo Afonso Henriques aclamado rei antes da batalha: "mas, ante que entrasse ẽna batalha, conta a estoria que os seus que o alçarom por rey. E des entõ se chamou rey de Portugal" (*Crónica geral de Espanha...*, 1964, v.3, p.224).

Sobre a batalha aparece somente a referência de que os portugueses entram em disputa com os mouros e "venceoos e matou e prendeu a mayor parte de todas suas gentes" (ibidem, p.224). Deve-se observar, no entanto, que já aparecem na crônica do século XIV alguns elementos que, posteriormente, se tornarão símbolos associados à batalha de Ourique e à fundação da monarquia portuguesa – os cinco escudos dos reis vencidos e os trinta dinheiros que lembram a traição de Judas a Cristo:

> por memoria daquelle boo aqueecimẽto que lhe Deus dera, pos seu pendom cinquo escudos por aquelles cinquo reys e poseos em cruz por renẽbrança da cruz de Nosso Senhor Jhesu Christo. E pos em cada hũu escudo XXX dinheiros por memoria daquelles XXX dinheiros por que Judas vendeio Jhesu Cristo. (ibidem, p.224-5)

A *Crónica geral de Espanha de 1344* traz referências a Deus como mentor da vitória, porém não ocorre a clara interferência divina por meio de um milagre, no sentido em que ocorrerá nas crônicas a partir do século XV. Pode-se dizer que a primeira aparição do milagre em uma narrativa literariamente desenvolvida ocorre na *Crónica de Portugal de 1419*, ou seja, o milagre é relatado 250 anos após seu suposto acontecimento, em um momento em que se torna necessário fundar a independência do reino em um direito superior ao dos reis, o direito divino, segundo José Saraiva (1988, p.166).

Conta a *Crónica de Portugal de 1419*, dessa forma, que D. Afonso Henriques, "per seruiço de dš [...] entrou nos cãpos da Lusitania começou a fazer muy Grande guerra a Mouros correndolhe a terra

tomandolhe villas & os seus fazendo caualgadas & vencendoo os seus em muitas batalhas" (*Crónica de cinco reis...,* 1945, p.62). O rei mouro, Ismar, assim que soube da entrada de Afonso Henriques nas terras mouras, reuniu toda sua gente e foi ao encontro dele. Com o rei Ismar vieram quatro reis cujos nomes não foram encontrados escritos pelo cronista (ibidem, p.62). O inimigo é descrito como difícil de ser combatido e revela-se um elemento fundamental na construção da imagem heroica do rei (cf. Amado, 1994, passim); os mouros são apresentados como possuidores de um número maior de guerreiros e como ajudados por "gentes bárbaras" (*Crónica de cinco reis...,* 1945, p.62).

Dentre essas gentes, a crônica aponta que os reis mouros foram auxiliados também por "molheres asoldadas que aiaõ uso e modo de peleiar assi como as almazonas" (ibidem, p.62). A referência às Amazonas, sem dúvida, é importante na composição do inimigo e na consequente vitória gloriosa dos lusos, pois as Amazonas eram conhecidas pela crueldade. Tratava-se de lendárias mulheres guerreiras que, segundo os mitógrafos antigos, viviam na região do Cáucaso e da Ásia Menor, à beira da ribeira Termodonte, onde elas fundaram a vila de Temoscira. Essas mulheres não aceitavam a presença de homens, a não ser uma vez ao ano, para a procriação, e os descendentes masculinos eram mortos ainda recém-nascidos. Eram governadas por uma rainha e consideradas magníficas atiradoras de arco. Também contam as lendas que queimavam o seio direito para facilitar os movimentos durante os combates (Schmidt, 1985, p.30). Desde os tempos gregos, há histórias envolvendo heróis que guerrearam com estas cruéis mulheres, como Hércules e Aquiles. A referência às Amazonas, associadas aos povos desconhecidos é, de certa forma, corriqueira também nos relatos do medievo. O escritor do século XIV, Jean de Mandeville, em seu livro *Viagens de Jean de Mandeville* ou *Livro das maravilhas do mundo,* finalizado em 1356-57 (cf. França, 2007, p.13), apresenta uma descrição do modo de vida das mulheres guerreiras:

> Perto da terra da Caldéia está a da Amazônia, a terra de *Feminia*, reino no qual só vivem mulheres. Sucede isso, não porque lá não possam viver os homens, como dizem alguns, mas porque as mulheres não querem permitir que nenhum homem as governe [...]. Nessa terra há uma rainha que governa todo o país, à qual todas obedecem. Sempre elegem rainha aquela que é mais habilidosa com as armas, pois elas são muito boas guerreiras, corajosas, sábias e valentes. Frequentemente, sob o pagamento do soldo, vão ajudar outros homens em suas guerras para ganhar ouro e prata, como outros guerreiros, mantendo-se, por isso, sempre em plena forma. Essa terra da Amazônia é uma ilha completamente rodeada de água, exceto em dois lugares onde há duas entradas de terra. Mais além da água, vivem os homens que são seus amantes, com os quais vão consolar-se quando querem. (Mandeville, 2007, p.153)

No século XV, o viajante francês Gilles Le Bouvier, também conhecido como Héraut Berry,[9] apresenta na sua *Descrição dos países,* de 1450, um relato parecido com o de Mandeville sobre o país das Amazonas, localizado no Oriente Médio:

> As mulheres desse país não sobrevivem com homens, mas quando querem ter companhia deles, passam aquele rio em bando e entram no país de Taborlen [Tamerlan], e o fazem em grande quantidade e seguidamente retornam e fazem sua lavoura, ofício e todas as coisas que os homens podem fazer e assim gastam a sua vida para não se colocarem em submissão dos homens. (Bouvier apud Chareyron, 2004, p.233)[10]

9 O livro *Descrição dos países* oferece ao leitor do século XV uma síntese geográfica e humana dos países conhecidos, sobretudo por meio de experiências de viagens, juntamente a textos alheios e mapas do mundo. As notações relativas aos povos próximos seguem uma aparência já convencional, porém nas descrições das terras remotas há inúmeras referências de povos estranhos e/ou aterrorizadores (cf. Chareyron, 2004, p.223).

10 Le livre de la Description des pays de Gilles Le Bouvier dit Berry (vers 1450), premier roi d'armes de Charles VII, recueil de Voyages est Documents, 22, Ed. E,-T. Hamy, Paris, Ernest Leroux, 1908

Ou seja, histórias sobre as Amazonas eram, em certa medida, bastante conhecidas no período. A presença dessas mulheres nas crônicas ocorre, assim, para associar o inimigo ao desconhecido e com isso glorificar a vitória sobre ele. A vitória sobre um inimigo mais forte é um *topos* usual na narração dos combates contra os mouros, sendo recorrente em várias crônicas, pois a superioridade funciona como elemento propiciador do engrandecimento do herói luso, Afonso Henriques (Figueiredo, 1994, p.381).

Tal superioridade guerreira dos inimigos, que contavam com os povos desconhecidos ao seu favor, segundo as crônicas, fez com que os cristãos receassem entrar em combate. É nessa altura da narrativa que o cronista insere o discurso de D. Afonso Henriques aos seus, estimulando-os para a guerra – discurso que ilustra a capacidade argumentativa do herói. O discurso é, provavelmente, de compilação de origem clerical (cf. Basto, 1960, p.291), pois nele se apresentam vários argumentos da luta pela fé cristã, como demonstra o seguinte trecho:

> bons vassalos & amigos bem uos auia de lembrar a entençaõ com que partimos para seruir a Dš e hora somos aqui juntos vistos desta gente que nos será grande mingoa leixaremos a batalha que atam çerca temos o qual dia de amanhã vira será tam fermoso pa nos que se bem peleiaremos a nos verrja mais honrra, que a homẽs pode vir & eu confiado em dš a quem nos himos seruir que nos dara tanta força & poder que nos vençeremos esta gente que cõtra nos vem que podedes ter & crer que major he o poder de dš [...] (*Crónica de cinco reis...*, 1945, p.63)

Como se pode observar, o discurso de D. Afonso Henriques aos seus vassalos centra-se basicamente na interferência e no apoio divino ao combate, ou seja, a guerra ganha estatuto de guerra santa (Figueiredo, 1994, p.381). É pertinente ressaltar que o cronista quatrocentista, quando compôs a crônica, já sabia dos resultados da guerra. Ele escreve, portanto, de forma profética, dando a Afonso Henriques o estatuto de rei sagrado. Segundo Guenée (1963, p.104),

essa é uma característica comum das chamadas histórias nacionais, nas quais se incluem as crônicas do século XV, que possuem a função de manter o orgulho de um povo, relembrando-lhe as suas origens sempre gloriosas.

Após a compilação do discurso de D. Afonso Henriques, o cronista entra no desenrolar do milagre de Ourique. A *Crónica de Portugal de 1419* conta que um ermitão, enviado por Deus, aparece para D. Afonso Henriques e diz a ele: "por que tu has grande vontade em seruir que por isso seras ledo e esforçado e que elle te fara amanha vencer o elrej Ismar" (*Crónica de cinco reis...*, 1945, p.65). O ermitão anuncia ainda que à uma hora da madrugada, Afonso Henriques ouviria uma trombeta e teria uma visão de Jesus Cristo na Cruz, para selar o pacto com Deus e a consequente vitória portuguesa sobre os inimigos da fé. Assim, a profecia se cumpriria:

> quando foi ante manhã hũa mª hora tangesse a campã & elle saiosse fora da sua tenda e assi como elle disse & deu testemunho em sua historia vio nosso sñor Jesu xpõ em a Cruz pella guisa que o hermitão lhe dissera & adorouo com grande prazer e lagrimas de lediçe de seu coração. (ibidem, p.65)

A profecia é um *topos* dentro da composição de milagres, segundo Bernard Guenée (1963, p.91). Os reis usavam as profecias como um importante instrumento de legitimação. Para Helder Macedo, a relação entre profecia e verdade histórica é um dos aspectos mais complexos da cronística do século XV, principalmente no caso de Fernão Lopes, pois estabelece uma articulação do factual com o profético – os próprios fatos servem para marcar a verdade e o cumprimento das profecias (Macedo, 1998, p.151).

Depois da profecia, o cronista descreve a nomeação de D. Afonso Henriques como rei. Antes da batalha, os portugueses pedem a D. Afonso Henriques que consinta em que o façam rei. Ele recusa com um discurso cortês: "não quero chamar rej nem o ser mas eu como vosso irmaõ & companheiro uos ajudarej com meu corpo contra

estes infieis & inimigos da fee" (*Crónica de cinco reis...*, 1945, p.67). Mas acabou por ceder e foi aclamado rei: "então esses mais nobres caualeiros ahi erão do aleuanraõ or seu rej brandadando todos co muj grande prazer e alegria dizendo. real real real por elrej D. Aº henrrquez de Portugal" (ibidem, p.67).

Em seguida, aparece a narrativa da batalha, com especificação dos feitos de armas de vários cavaleiros (Pêro Pai, Lourenço Viegas, Gonçalo de Sousa, Martim Moniz) e do próprio rei (cf. Saraiva, 1988, p.165). Discorre a explicitação dos símbolos mantidos da batalha que fazem parte da bandeira de Portugal: "polos cinquo reis que lhe dš fizera vencer departio a cruz em cinquo escudos e meteo trinta dinheiros em cada hũ dos escudos em reuerença da morte & paixão de nosso sñ Jesu xpõ que foi vendio por trinta dinheiros" (*Crónica de cinco reis...*, 1945, p.68). O escudo é um símbolo recorrente na história portuguesa. Segundo o historiador José Mattoso (1992, p.62), no século XV, havia, em Portugal, uma crença em que o escudo de D. Afonso Henriques, colocado em cima do seu túmulo, caía quando morria algum rei em Portugal.

Na *Crónica de Portugal de 1419*, como foi dito, aparecem pela primeira vez os principais elementos que compõem a história do milagre de Ourique, o que nos leva a questionar onde o redator da crônica foi buscar essa narrativa, visto que a tradição cronística prezava pela verdade que havia sido escrita anteriormente. Antonio José Saraiva propõe que a fonte parece ser uma história de D. Afonso Henriques testemunhada por ele mesmo, o que sugere um documento forjado à imitação do relato latino da tomada de Santarém, fundado no testemunho do próprio rei para os monges de Santa Cruz, o *De expugnatione Sacalabis*. Saraiva (1988, p.165) ainda considera que se tal documento forjado existiu, não era ainda conhecido do conde D. Pedro de Barcelos, sendo possível que a invenção date da época das lutas contra Castela, no final do século XIV, e tenha a intenção de fundar no direito divino a existência da monarquia portuguesa.

Outra possibilidade, para Saraiva, é a que advém da menção do conde Fernão de Gonçalves, fundador do reino de Castela, no

discurso de D. Afonso Henriques,[11] pois na batalha de Fazimas contra Almançor, a vitória ocorre pela operação de um milagre: o aparecimento de Santiago com grandes exércitos de anjos. Assim, a narrativa desta batalha, que surge na *Crónica geral de Espanha de 1344*, pode estar na origem do milagre paralelo de Ourique, em que Santiago é substituído pelo próprio Cristo (Saraiva, 1988, p.166).

Na *Crónica de El-Rey D. Afonso Henriques*, o milagre aparece na sua forma mais acabada, com forte apelo sacerdotal e nacional. Para o historiador Bernard Guenée, desde o momento em que toma consciência de si própria, uma nação procura justificar seu presente por meio de seu passado, como ocorre na crônica de Duarte Galvão, e nada fornece mais provas de sua legitimidade do que a história. Nesse sentido, deve-se considerar que não existe nação sem história. Guenée (1973, p.104) aponta que as primeiras histórias nacionais surgiram no Ocidente no século XII. José Mattoso (s. d., p.13) também aponta este século como o momento de construção de nacionalidades no Ocidente Ibérico. Porém, o século XVI é o momento decisivo na consolidação da nacionalidade portuguesa – daí que se situe nessa altura a fixação da origem portuguesa em Ourique (Buescu, 1991, passim), pela *Crónica de El-Rey D. Afonso Henriques*, encomendada por D. Manuel a Duarte Galvão. Levando em conta que a função mais urgente das histórias nacionais é manter o orgulho de um povo, lembrando-lhe as suas origens sempre gloriosas (Guenée, 1973, p.104), pode-se considerar que a importância atribuída ao milagre não cessou de crescer, formando-se em torno dele uma série de relatos maravilhosos, destinados a conferir-lhe o referido significado simbólico de momento de fundação da nacionalidade (cf. Mattoso, 1992, p.70).

Duarte Galvão mantém mais ou menos a mesma estrutura da *Crónica de Portugal de 1419*, com os seguintes pontos principais: a menção da vantagem numérica dos inimigos mouros, o sermão do

11 A referência ao conde aparece da seguinte forma: "a maõ de dẽ agora pau os ajudar contra elrej Jsmar que seria em outro tpõ pera ajudar o conde fernão glž contra elrej Almansor" (*Crónica de cinco reis...*, 1945, p.64).

príncipe Afonso Henriques, a profecia do eremita, a passagem do estatuto de príncipe para rei, o aparecimento de Cristo na Cruz, a vitória dos portugueses e a simbologia das armas para relembrar o evento. O que muda, no entanto, é a forma de abordagem dos fatos, pois D. Afonso Henriques aparece, fundamentalmente, com ares de santidade. Quanto à superioridade numérica do inimigo, surgem os mesmos elementos da *Crónica de 1419*: acompanhavam o rei mouro, Ismar, quatro outros reis, que juntaram uma infinidade de gentes bárbaras e mulheres que guerreavam como as Amazonas (Galvão, 1995, p.50). O ponto de diferença é encontrado na descrição dos cristãos que foram para a guerra. O cronista os adjetiva como "homẽes de samta uida" (ibidem, p.49), ou seja, empenha-se em fixar a boa imagem desses homens, considerados os fundadores da nação (Rebelo, 1998, passim).

O sermão de Afonso Henriques, incentivando seus homens a lutarem, mesmo com a inferioridade numérica, é praticamente o mesmo da *Crónica de Portugal de 1419*. Aparece, somente, o elemento da vingança dos antepassados, que foram mortos pelos mouros e devem ser compensados. Assim, a fala de D. Afonso Henriques possui trechos como "nos pelleiamos por Deus, polla ffee, pella verdade. Estes arrenegados que ueedes, pelleiam comtra Deus, pella falssidade" ou "nos pello sangue e uimgamça de nosos amteçessores, elles por ajmda espargerem cruellmetne o nosso" (Galvão, 1995, p.52). O cronista mantém a mesma argumentação do seu antecessor acerca da superioridade portuguesa graças ao apoio divino e ao fato de os inimigos serem não só inimigos territoriais como também inimigos da fé, mas incrementa o discurso com maior apelo à santidade dos cristãos. Tal apelo explica-se de alguma forma pela especificidade do início do século XVI, um momento de expansão do cristianismo sobre os territórios mouros em que o contato já se dá nas terras de além-mar (cf. Figueiredo, 1994, passim; Horta, 1991, passim).

É na parte em que narra a profecia proferida pelo ermitão e a visão de Cristo na cruz que aparece uma referência inédita na *Crónica de El-Rey D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão: "e ja amtes desto, elle

tijnha feito e dotado com gramde deuaçam ho moesteiro de Samta Cruz de Coymbra". Essa menção é bastante significativa, pois o aparecimento de Cristo é abordado como uma recompensa pela construção do mosteiro, ou seja, a construção de um mosteiro, bem como as doações régias para a manutenção dos mesmos, é sempre um fato digno de nota para o período (Vilar, 1999, p.24).

Outra mudança significativa é a introdução de autores antigos como referência, como são os casos de Plutarco e Tito Lívio, para lembrar a guerra dos romanos com os povos da Ásia. Esse recurso sugere a aproximação de Duarte Galvão dos humanistas do século XVI, que retomavam os autores antigos por considerá-los modelos a serem seguidos. O cronista, por exemplo, finaliza o capítulo no qual narra a vitória dos campos de Ourique com a seguinte referência: "nem des o tempo de Luçio Lucullo pera nam acho uitoria dessas mais assignadas que foram, perque desta delRey dom Affomsso se deua jullguar nem dezer menos do que disse" (Galvão, 1995, p.67). Os autores antigos eram valorizados por vários cronistas da Espanha e de Portugal, como Fernão Lopes, Gomes Eanes Zurara e Pero López de Ayala, que citavam os autores antigos, e são, portanto, considerados receptores, do século XV, das temáticas humanistas.[12]

Como se pôde notar foi no século XV que a intervenção divina aparece explicitamente incorporada na narrativa de Ourique (cf. Ribeiro, 1997, p.61-74). Segundo Ana Isabel Buescu (1991, p.62), é a partir da *Crónica de Portugal de 1419* que ocorre a transferência de São Mamede para Ourique como evento inaugural da monarquia e independência portuguesa. Para José Mattoso (1992, p.11-35), a escolha de Ourique, em vez de São Mamede, ocorre em um momento em que a consciência nacional se torna mais nítida, a partir da luta de independência, em 1385. Tal escolha se dá, segundo Mattoso, por Ourique ser o evento mais adequado para fazer intervir o sobrenatural, porque punha em jogo a luta entre a Cristandade e o Islã, e por fazer revestir o rei de uma missão sagrada (ibidem,

12 Para saber mais sobre a influência do humanismo, principalmente, em Castela, ver Fernández, 1996, p.51-75.

p.11-35). Complementando a ideia desse autor, Buescu (1991, p.62) afirma que "o abandono de São Mamede como evento fundador tem, pois, a ver com a sacralidade que, a partir de determinado momento, envolve Ourique". Para a autora, também na batalha de São Mamede encontram-se vários elementos desfavoráveis à figura de Afonso Henriques, por exemplo as difíceis relações com a mãe e a consequente excomunhão pela Igreja, imagem incompatível com a mitificação da figura do primeiro rei (ibidem, p.62-3). Ainda para Buescu, Ourique apresenta a possibilidade de sacralização do monarca pela aparição legitimadora de Cristo, que, na construção da imagem do primeiro rei, apresenta a oposição aos episódios que seriam negativos a essa imagem (1991, p.63).

O sexto ponto em comum das crônicas é o episódio conhecido como do "bispo negro", narrativa que é bastante parecida nas três crônicas. D. Afonso Henriques ordena um bispo que era negro, depois de ser excomungado por um cardeal enviado do papa para requerer a soltura de D. Teresa, mãe de D. Afonso Henriques;[13] ou seja, o episódio está relacionado com os acontecimentos de São Mamede.

Segundo Antônio José Saraiva, não há documentos que indiquem um conflito grave entre D. Afonso Henriques e a Santa Sé; pelo contrário, o rei sempre procurou ser protegido para assim se defender do rei de Leão e Castela. No entanto, o papa não reconheceu de imediato D. Afonso Henriques como rei: mesmo depois de ter aceitado sua vassalagem, continuou oficialmente a atribuir-lhe o título apenas de *dux* (chefe, comandante) por anos após Afonso Henriques autointitular-se *rex* (rei) (Saraiva, 1991, p.62). Talvez por isso tenham ocorrido hostilidades pelas duas partes, mas essas não constam em documentos.

O mais curioso é o aparecimento da história do bispo negro nas crônicas e a singularidade da ordenação de um bispo feita por um

---

13 A narrativa sobre o bispo negro encontra-se no capítulo DCCIX da *Crónica Geral de Espanha de 1344*, no capítulo XIII da *Crónica de Portugal de 1419* e no capítulo XXI da *Crónica de El-Rey D. Afonso Henriques*.

rei. Para o pesquisador supracitado, essa história foi transmitida pela tradição jogralesca, na *Gesta de D. Afonso Henriques* (ibidem, p.64). A história coincide com a de bispos nomeados em Coimbra, no século XI, que não foram reconhecidos pela hierarquia eclesiástica, entre os quais estava D. Martinho e um bispo moçárabe,[14] nomeados pelo moçárabe Sesnando – governante do território de Coimbra, dependente do rei de Leão e homem de confiança do rei de Sevilha. O papa Gregório VII, todavia, não teria aceitado tal nomeação e nomeou um bispo legítimo, chamado Pedro. Mas tal intenção de substituir D. Paterno (o nomeado por Sesnando) por um bispo escolhido por um rito romano não foi consolidada, e assim Coimbra acabou sendo uma das últimas regiões da Espanha a abandonar o rito moçárabe (ibidem, p.64). Ou seja, nessa história estão presentes todos os elementos relacionados com o bispo negro das crônicas sobre Afonso Henriques: um bispo moçárabe escolhido por um senhor do território, a tentativa do papa em convencer o senhor em substituir o bispo e submeter-se às leis romanas e o bispo chamar-se Martinho.

D. Afonso Henriques interroga nas três crônicas o nome do negro que lhe apresentam para ser o bispo escolhido: este se chama Martinho – nome cristão –, porém o nome do pai dele é Soleima, ou seja, um nome árabe (ibidem, p.64). A qualificação de "negro", por sua vez, não significa necessariamente que fosse de alguma raça da África Central, apenas demonstra que deveria ser um pouco mais escuro do que seus confrades. Da mesma forma, a figura do negro às vezes é associada à do mouro, embora o termo mouro designe os muçulmanos em geral. No caso da Península Ibérica compreende os muçulmanos negros e os muçulmanos brancos, acentuando-se a distinção da cor quando se refere a um indivíduo como denotação genérica (cf. Horta, 1991, passim). Encontram-se, assim, referências ao "mouro negro", ainda que mouro seja frequentemente sinônimo de negro. Pode-se considerar, segundo Luis de Sousa

14 Cristão que vivia nas terras da Península Ibérica ocupadas pelos árabes, ou seja, apesar de serem cristãos viviam sob o domínio dos mouros.

Rebelo, que a associação entre africano e mouro é uma associação corrente, que aparece na história peninsular e data da obra cronística de Afonso X de Castela, cuja influência foi muito importante para os cronistas portugueses do século XIV e início do século XV (Rebelo, 1998, p.179).

Tal atitude de D. Afonso Henriques é tomada como audaciosa, a ponto de o cronista Duarte Galvão sentir a necessidade de se inserir na narrativa e justificar a atitude do monarca. Esse cronista elabora um capítulo intitulado "Aqui falla Duarte Galvão, autor, como este feito delRey dom Affomso Hamrriquez e outros semelhamtes nos bõos Primçipes devem ser iullgados" (1995, p.81). A atitude do rei ao nomear por conta própria um cardeal a bispo, ainda mais negro e de recusar-se a atender a um pedido do papa seria, para o cronista do século XVI, moralmente condenável. Assim, Duarte Galvão sente a necessidade de discursar sobre esse episódio, lançando uma leitura da nomeação do bispo negro que "prefigura 'o mistério' do serviço de Deus – porque ela anuncia a conversão religiosa como tarefa missionária de Portugal e o ingresso na fé cristã dos povos das mais variadas raças e cores" (Rebelo, 1998, p.187), atitude respaldada pelo momento expansionista de Portugal no início do século XVI. Ou seja, Galvão (1995, p.82) justifica a política expansionista como missão a partir da ordenação do bispo negro:

> no que com mujta rrezam pode tambem emtrar este feito delRey dom Affomso, em fazer assi este Bispo, como fegura já emtam prenosticada do gramde mistério, que sso per maão de seus sobçessores nosso Senhor ao diante hordenaua, que as gemtes timtas das Ethiopias e Imdias, e outras terras nouamente per sua navegaçam e comquista achadas, vehessem emtrar e ser metidas na ffee de Christo.

Apesar de as crônicas trazerem uma narrativa praticamente idêntica sobre a ordenação do bispo negro, é perceptível o interesse de Duarte Galvão em justificar esse ato do monarca, visto que os outros cronistas apenas registram os fatos sem fazer deles qualquer

apologia ou apresentar discordância. Isso leva a pensar que, ainda no século XVI, era problemático para a imagem de um bom monarca tomar uma atitude contra a autoridade suprema da Igreja, o Papa. Sem dúvida, a excomunhão era a arma mais poderosa de que dispunha o clero e provocava violentas reações da parte do poder civil, pois a suspensão do ritual religioso tocava os próprios fundamentos culturais da sociedade medieval. Assim, a afronta de D. Afonso Henriques ao poder clerical necessita, por parte dos cronistas, de uma forte argumentação para que sua imagem não saia denegrida (Saraiva, 1991, p.64).

É interessante notar, também, a separação que Duarte Galvão faz entre o poder régio e o poder clerical, pois, para ele, "outro há de seer o caminho do Rey, outro o do frade" (Galvão, 1995, p.81). A sacralidade do monarca é oriunda diretamente de Deus "e ois o coraçam do rey he na maão de Deus, e homde Deus quer ho emclina, segumdo diz a sagrada escpritura, como sse deue creer nem cuydar que Rey catholico e virtuoso faça nehuũa cousa semelhamte fora da vomtade e querer de Deus" (ibidem, p.81).

A questão da divisão dos poderes entre clerical e secular tem sido uma problemática recorrente nos estudos de História Medieval. A esse respeito, Ernst Kantorowicz chama a atenção para o fato de que, no medievo, tanto os símbolos do poder religioso como os do poder laico eram usados pelo papa e pelo rei, como era o caso da coroa dourada do papa e da mitra sob a coroa do imperador. A partir do século XII, no entanto, isso ganha uma dimensão maior e os grupos coletivos passam a participar dos empréstimos das duas órbitas. Assim, a hierarquia da Igreja Romana tendia a tornar-se o protótipo perfeito de uma monarquia absoluta e racional, e ao mesmo tempo o Estado apresentava-se cada vez mais como uma quase Igreja ou uma corporação mística em uma base racional (Kantorowicz, 1998, p.125).

Sobre essa ideia, o historiador Bernard Guenée complementa que a Igreja, a partir dos séculos XII e XIII, tinha se transformado em uma poderosa monarquia, que arrecadava impostos sem preocupar-se com as fronteiras políticas. Os recursos de que dispunha a Igreja – poderes

políticos e judiciários – eram tão consideráveis que os príncipes precisavam consolidar os primeiros para então exercer os segundos e, dessa forma, ocupar o lugar da Igreja (Guenée, 1973, p.200).

No caso específico de Portugal, nos séculos XV e XVI, segundo Margarida Garcez Ventura (2003, p.8), as relações entre o poder régio e o poder eclesiástico eram bastante conflituosas, mesmo que as histórias desses poderes estejam repletas de compromissos amigáveis. Porém, para a autora, a transposição de campos entre o temporal e o espiritual é mais sutil e profunda do que apenas acordos de posse e nomeações de prelados.

O sétimo ponto em comum das crônicas é a narrativa do casamento do rei D. Afonso Henriques com D. Mafalda. A *Crónica geral de Espanha de 1344* traz uma pequena referência ao acontecimento, que ocorre mais para enfatizar a sucessão de D. Afonso Henriques por seu filho D. Sancho I do que para narrar o matrimônio do primeiro rei. Segundo essa crônica, o primeiro rei de Portugal "foy casado com dona Mafalda Manrrique, filha do conde dom Marrique de Lara e senhor de Molina e de dona Hermesenda, filha do Almerique, primeiro senhor de Barbona" (*Crónica geral de Espanha...*, 1964, v.3, p.234). O que importa ao cronista é apontar a descendência da primeira rainha de Portugal, mas não deixa de argumentar que a escolha desta dama ocorreu, porque "nõ achava casamento ẽ espanha de rey que seu parente nõ fosse" (ibidem, p.234). Evitar um casamento incestuoso era uma grande preocupação e uma grande dificuldade, graças às severas regras de consanguinidade estabelecidas a partir do século XI, quando o parentesco incestuoso estendeu-se, segundo as regras canônicas, até os primos de sexto grau (cf. Brooke, 1989, p.114).

A *Crónica de Portugal de 1419* também não apresenta muitas informações sobre o casamento de D. Afonso Henriques. Argumenta da mesma forma que a anterior sobre a escolha de D. Mafalda, ou seja, reafirma a ausência de damas na Espanha que não tivessem parentesco com D. Afonso Henriques e acrescenta qualidades para D. Mafalda, como "muj fermosa & dotada de muitas bondades" (*Crónica de cinco reis...*, 1945, p.80). O cronista, ainda,

justifica a ausência de informações sobre o casamento, argumentando que "as cousas que se em este casamento fizeraõ naõ saõ postas aqui porque as naõ achamos em como foraõ & porem nos por naõ seguir se naõ as cousas q̃ achamos aqui escriptas naõ posemos mais, senão casado e o tpo em que casou" (ibidem, p.80).

Na *Crónica de El-Rey D. Afonso Henriques*, de Duarte Galvão (1995, p.96), aparecem mais alguns elementos sobre o casamento, que servem para enobrecer a escolha da rainha, como a referência sobre a importância da casa de Lara: "e a elle aprouuelhe mujto de casr com ella por estes rrespeitos, primeyramemte por casa de Lara ser auida pellas mais alta linhagem dEspanha". O cronista mantém a argumentação sobre a ausência de documentos para melhor detalhar o casamento.

É notável, nas três crônicas, a preocupação fundamental em privilegiar os feitos guerreiros do monarca, mas o casamento com D. Mafalda é também um tema importante para o período, pois ele consistia para a nobreza em uma chave para a herança das propriedades e reinos, pois os filhos eram considerados a essência do casamento (cf. Brooke, 1989, p.110). Os reis procuravam casamentos para obter herdeiros do sexo masculino e, com isso, garantir a continuidade da dinastia reinante. Pode-se afirmar, desse modo, segundo Claudia Opitz (1990, v.2, p.362), que a importância primordial do casamento era a conservação do poder e da propriedade, o que não permitia que uma rapariga das camadas sociais detentoras de bens e poderes opinasse sobre os casamentos escolhidos para ela pelas gerações mais velhas.

Após a narrativa do casamento, como oitavo ponto em comum, as crônicas relatam uma série de atividades civis do rei: criação de ordens e mosteiros, como o de Alcobaça, e conquistas territoriais, como as de Lisboa, Santarém e Évora. Na *Crónica geral de Espanha de 1344* (1964, v.3, p.233), essas informações aparecem apenas como referências sobre algumas conquistas territoriais: "E em este meesmo ano, tomou este rey dom Affomso allanquer, e Sintra, e almadãa, e Palmela. E ẽna era de mil [...] anos, tomou este rey *Alcaçer e Beja*. E ẽna era de mill [...] anos tomou este rey dom

Affomso Évora, e Elvas, e Moura, e Serpa". Também neste outro caso sobre a fundação do mosteiro de Alcobaça: "Este rey fez o moesteiro d'Alcobaça e o castello que sta açerca delle. E começouo a fazer ẽna era de mill [...] annos. E offereceoho a Sam Bernardo que entõ era abbade de Claraval" (ibidem, p.233). O cronista ainda faz referência à criação da ordem de Santiago:

> E este rey dom Affonso começou a hordem de Santiago e deu ao espital de Jherusalem LXXX mil maravedis em outro pera comprar herdade de tanta renda, per que dessem aos enfermos da enfermaria senhos pãaes quẽetes senhos vasos de vinho por que metessem cada dia ẽ oraçom. (ibidem, p.234)

Nas *Crónicas de 1419* e de *El-Rey D. Afonso Henriques,* estas referências aparecem na forma de narrativas, com capítulos inteiros para contar cada uma das façanhas. Tais narrativas aparecem envoltas em uma série de episódios míticos, como aparições e milagres. Como se pode observar na narrativa da tomada de Santarém:

> e elles allj viraõ hũ milagre que lhes esforçou mais os corações. .s. hũa estrlla grande e ardente que foi ferir no Mar e elles quando isto viraõ disseraõ logo Dš poderoso nosso sñor a villa he em nossas maõs e semelhante aos do lugar naquelle dia que lhes elrej mandou deixar a tregoa como já he dito lhes apareçeo outro sinal muj espantoso & que significava que aueria mortindade em terceira noite seguinte. Ca viraõ no meio dia assi como hũ touro que hia por meio do çeo q̃ deitaua chamas de fogo acesas des o cabo tee a cabeça, pela qual rezaõ os sacerdotes dantre elles pfetizaraõ que Santarem aueria cedo rej nouo e entenderaõ que seria o fº delrej mouro que era em seuilha. (*Crónica de cinco reis...,* 1945, p.80)

Exemplar é o caso da conquista da cidade de Lisboa, realizada logo após a tomada de Santarém, em 1147. Na *Crónica geral de Espanha de 1344*, produzida em um momento em que Lisboa não possuía a centralidade no reino que viria a ter no século XV, a

menção do cerco de Lisboa aparece em algumas linhas: "E, des que hy foy, guisou sua fazenda e ajuntou sua hoste o mais encubertamente que pode e foy sobre Lixboa. E chegou hy no mês d'Octubro *na era de mil e [...] anos*. E os mouros sayrõ a elle e lidarom com elle e forõ vẽcidos. E cobrou delle a cidade de Lixboa per força d'armas" (ibidem, p.232).

Com a subida ao trono da dinastia de Avis, Lisboa ganhou centralidade no reino: afinal, a cidade foi o palco da crise que deu origem a ascensão do mestre de Avis, D. João I, entre 1383 e 1385. Os reis de Avis tinham contínuas relações com Lisboa, onde costumavam passar temporadas e onde realizaram dezenas de cortes no século XV. Além disso, o Arquivo da Torre do Tombo fixou-se na cidade como o lugar de cópias e autenticação de documentos do reino, o que obrigava todo o reino a viajar para Lisboa quando precisava dos serviços do Arquivo (cf. Martins, 2001, passim).

Dada a importância da cidade, é notório o destaque que ela recebe do cronista da *Crónica de Portugal de 1419* e de Duarte Galvão, que dispensaram vários capítulos para descrever a conquista de Lisboa e o seu desenrolar. Assim, as crônicas narram a tomada de castelos ao redor da cidade como estratégia para enfraquecer o adversário; a ajuda recebida de gentes vindas pelo mar da Inglaterra, da Alemanha e da França; a combinação entre D. Afonso Henriques e os estrangeiros para a divisão da cidade depois do cerco; a grande mortandade de mouros e o desenrolar da ocupação cristã após a conquista, com substituição da mesquita pela Sé (*Crónica de cinco reis...*, 1945, p.49-51; Galvão, 1955, p.126-30).

Nessas duas crônicas também aparece a menção da muralha fernandina: "[...] ambas estão dentro dos muros da cidade depois que a cerquou el rey dom Fernando, noveno rey de Portugal [...], quando ela foy tomada, não tinha a sua çerqua mayor senão quanto he aquela que ora chamon a çerqua velha" (ibidem, p.48; ibidem, p.122). A cerca fernandina foi construída por volta de 1373, por D. Fernando I (1345-83), o nono rei de Portugal, portanto, é posterior à *Crónica geral de Espanha de 1344*, que não faz menção à muralha. Já o cronista da *Crónica de Portugal de 1419* e Duarte Galvão

atualizam as referências sobre a cidade que lhes é familiar (cf. Silva, 2008, passim).

Depois de narrarem a conquista de Lisboa, o cronista da *Crónica de Portugal de 1419* e Duarte Galvão dedicam-se a contar o milagre que ocorreu na cidade por meio de um cavaleiro chamado Henrique, que morreu na entrada de Lisboa. O cavaleiro apareceu em sonho para um homem muito velho e pediu que ele fosse até onde estava enterrado seu escudeiro e o desenterrasse para colocá-lo junto ao corpo do cavaleiro Henrique. Então, "quamdo veo pella menhãa achousse o uelho tam saão e sem camsaço do trabalho da noite passada, sendo jmpossiuell por sua muy camsada hidade, podello fazer, como se iouuera em sua cama follguado sem fazer nada" (Galvão, 1995, p.132). Alguns dias após o velho enterrar o escudeiro junto ao cavaleiro, nasceu no local uma palmeira "semelhante aaquella que trazem os rromeiros de Jerusallem em suas maãos" (ibidem, p.133) e todos vendo "tam grande e famoso millagre, louuarom mujto a Deus: e quamtos emfermos alli vijnham tomar daquella palma, e deitauam ao collo, loguo nessa ora eram saãos de quallquer emfirmidade que teuessem" (ibidem, p.133). Nota-se assim mais uma diferença das crônicas do século XV e início do XVI em relação à *Crónica geral de Espanha de 1344*, a saber, a inserção de milagres para enobrecer a cidade de Lisboa.

Além das conquistas, as fundações de ordens e mosteiros aparecem, do mesmo modo, envoltas em argumentos sobre a grande devoção a Deus, sendo esses locais protegidos pelos monarcas e mantidos por meio de doações régias (Vilar, 1999, p.24), como no caso da fundação do bispado de Lisboa, no qual o cronista Duarte Galvão (1995, p.135)[15] coloca a seguinte fala na boca de D. Afonso Henriques:

---

15 Na *Crónica de Portugal de 1419*, a citação aparece da seguinte forma: "amigos e irmaõs meus bons vassalos eu atequi ordenej e destribuj os bens tpõraes e hora me aprece que he bem de nos tornaremos a dẽs nosso sñor e ordenemos e elejamos bpõ que seia pastor das nossas almas regedor da igreja católica e da see cathedral ẽ esta çidade e será feito bpõ de lixª " (1945, 49-51; Galvão, 1995, p.99).

> Amiguos meus: eu atee aguora, como vistes, depois de tomada esta cidade, me acupei em hordenar e destribuir os bẽes temporaaes della: os quaes mujtas uezes tem rrezam, nam em dinidade nem preminemcia, mas em hordem, epra sse aver premeiro demtemder nelles que nos spirtuaaes, pera que Deus seia assi mais hordenadamente seuido segumdo rrequere a hordem e maneira das cousas deste mundo, e a fraqueza da comdiçam humana: que sem ho temporall, nam pode vaguar ao spirituall.

As crônicas trazem várias referências à figura do rei associada à proteção dos mosteiros, prática comum entre os primeiros monarcas que viam nesses lugares o refúgio para o seu corpo após a morte e a sua manutenção, um caminho para a salvação de suas almas. Segundo Hermínia Vasconcelos Vilar (1999, p.20), no entanto, Afonso Henriques não fez grandes mudanças em relação aos mosteiros, apenas prosseguiu uma política anteriormente encetada, de reconstituição de um mapa das dioceses de origens suevo-visigodas recobrindo o território conquistado de uma rede eclesiástica ordenadora do espaço. Porém, os cronistas pensam a construção dos mosteiros e das ordens como uma forma a mais de glorificar a política de Afonso Henriques, atrelada às funções esperadas de um bom governante.

O nono episódio em comum é o do chamado Desastre de Badajoz, no qual se cumpre a profecia da mãe de D. Afonso Henriques, e este é ferido nas pernas. É perceptível uma variação na forma de descrever o castigo recebido pelo rei entre as crônicas. Na *Crónica geral de Espanha de 1344*, a descrição sobre Badajoz é bem sucinta, pois ela narra apenas que D. Afonso Henriques, ao entrar na cidade, foi surpreendido por D. Fernando de Leão, que viera garantir o território que lhe pertencia. A narrativa centra-se no relato do ferimento do rei:

> E o cavallo steve pera cayr em terra, pero foy fora e chegou aos seus. Mas, des que começarõ a lidar, nõ o pode soffrer o cavallo, ca era chegado aa morte do grande golpe que dera no ferrolho, e

> leixousse cayr com elle. E cayulhe sobre aquella perna e britoulha toda. E os seus quyserõno levãtar e poer ẽ outro cavallo e non poderom, ca era a perna britada pella coixa. E entom chegou el rey dõ Fernãdo e prendeoho e muytos dos seus cõ elle. (*Crónica geral de Espanha...*, 1964, v.3, p.236)

Na *Crónica de Portugal de 1419*, o desastre de Badajoz aparece com vários elementos novos: o infante D. Sancho é introduzido na narrativa como ajudante do pai no combate. Aparece, também, a guerra com os mouros, que dominavam o lugar que pertencia a D. Fernando de Leão. O cumprimento da profecia da mãe (ferimento nas pernas e prisão do rei) é, ainda, acrescido da menção de que o rei nunca mais voltou a cavalgar:

> [...] então se tornou elrej D. Aº henrriquez pa seu reino e foi muj bẽ saõ da perna e nunqua despois quis caualgar em besta elrej Dõ Affonsso pro naõ auer azo nem razaõ de tornar a menagẽ que tinha feita mas andou sempre em carro como soiaõ andar os reis antiguamente e alguas vezes em andas e em colos de homẽs. (*Crónica de cinco reis...*, 1945, p.110)

Como já mencionado anteriormente, a profecia da mãe ganha dimensões de um rito mágico cujo cumprimento é inelutável, e que no conjunto da história vem para justificar um passado não glorioso, que é a derrota de Badajoz, ou seja, o começo da história serve para respaldar o fim. Para os cronistas que compõem a história heroica do primeiro rei, seja ela com uma vertente mais guerreira, seja ela com dimensões mais sagradas, seria improvável pensar que tal derrota fosse obra de um acaso ou falta de mérito do rei. Para justificar a derrota, os cronistas utilizam o recurso de remontar no tempo em busca de uma causa transcendente, e a maldição materna serve justamente como essa causa (cf. Saraiva, 1991, passim).

No caso da *Crónica de El-Rey D. Afonso Henriques*, o cronista Duarte Galvão insere-se mais uma vez na narrativa para colocar sua opinião sobre o castigo recebido pelo primeiro monarca. Duarte

Galvão (1995, p.155) posiciona-se, explicitamente, contra a maldição lançada por D. Teresa: "me causa fallar comtra as madiçoões dos pays e das mãys". Para o cronista, os "erros dos filhos nam podem ser tam danosos, que muito mais nam seiam as malldiçoões dos pays, lamçadosse sempre per humano defeito de sanha vimdicatiua" (ibidem, p.156). A vingança que moveu a maldição é o que é reprovável, ainda mais porque D. Afonso Henriques já é tido, no século XVI, como um exemplo de honra e virtude. O que também o cronista deixa explícito: "e nam delRey dom Affomso, que semdo tam virtuoso, e todos seus feitos sempre com virtuosa temçam de seruiço de Deus, nam leixou malldiçam de mãy, mais madrasta que mãy, empeeçer na pessoa, na homrra, na fazemda, a filho tam virtuoso" (ibidem, p.157). Ou seja, no século XVI, a maldição da mãe é uma justificativa para a derrota, porém, o papel da mãe em não ser uma mãe dedicada e colocar uma maldição no filho se torna, nitidamente, um problema, a ponto de Duarte Galvão aparecer na narrativa para condenar a postura de D. Teresa.

Mesmo com o fracasso da Batalha de Badajoz, perdida para D. Fernando de Leão, e apesar de o rei D. Afonso Henriques ter sido ferido, não é a imagem de rei derrotado que permanece no imaginário luso. Para Graça Videira Lopes (s. d.), a figura de D. Afonso desenha uma lógica diacrônica, que se fecha com a derrota de Badajoz e com a velhice que torna necessária a passagem do trono. Para a autora, a história de D. Afonso Henriques acompanha uma trajetória que se inicia com a imprudência e o excesso de confiança juvenis (no caso da batalha de São Mamede) e vai até a arrogância do conquistador e do chefe do bando de cavaleiros vitoriosos (no caso da prisão da mãe e do episódio do bispo negro), passando pela sensatez do homem maduro (no apoio a ordens militares e outras atividades civis e na sua piedade na fundação do mosteiros), na qual se destacam as qualidades de um bom estrategista.

Por fim, o décimo ponto em comum das crônicas é a menção da morte e local em que fora colocado o corpo do primeiro monarca. Na *Crónica geral de Espanha de 1344*, há uma pequena menção da morte do rei e o local em que foi enterrado o corpo, sem qualquer

referência à causa da morte. O que o cronista menciona é somente a data em que ela ocorre: "E sempre se des ally ẽ diante fez trager ẽ amda e ẽ collos d'homẽs. E assy ãdou toda sua vida. E morreo ẽna era de mil e [...] annos e soterrarõno no moesteiro de Sancta Cruz de Coĩbra e hi jaz" (*Crónica geral de Espanha...,* 1964, v.3, p.236). Em seguida, a *Crónica geral de Espanha de 1344* passa a contar a história do segundo rei português, D. Sancho I, remetendo-se a D. Afonso Henriques apenas para traçar a linhagem do segundo rei, ou seja, a crônica cumpre o ciclo de vida do rei do nascimento até a morte.

Já a *Crónica de Portugal de 1419,* antes de terminar com a morte de D. Afonso Henriques, descreve algumas batalhas que empreendeu o infante D. Sancho I, anunciando, assim, a continuidade expansionista iniciada pelo primeiro. O cronista informa, também, sobre o casamento de D. Teresa, filha de D. Afonso Henriques, com D. Felipe, conde de Flandres (*Crónica de cinco reis...,* 1945, p.33). Faz, ainda, várias referências aos saques dos cristãos a territórios mouros – os costumeiros saques de verão. Depois a crônica conta que D. Afonso Henriques adoeceu e morreu, porém, não se aprofunda nas condições em que ocorreu a morte, buscando somente engrandecer o rei: "e depois de todas estas cousas que ditas auemos veio adoecer elrej Dõ Aº herriquez o muito nobre e esforçado e do sõr dš muito amado posto que os anos de sua idade sejaõ postos e escritos em muitos liuros per desuairadas guisas" (ibidem, p.134). O cronista faz, também, um pequeno resumo da vida do rei:

> achamos qeviueo em este mundo nouenta e hũ annos porque elle ficou de dezoito annos por morte de seu padre e foi chamado prinçipe de vinte e sete Annos e auendo ja quarenta e seis annos que elle fora alçado por rej puue ao snõr dš de o leuar deste Mundo e assj foraõ certamente todolos annos de sua vida. (ibidem, p.134)

Por fim, o cronista aponta a data da morte do rei e o local em que foi colocado o corpo, como na *Crónica geral de Espanha de 1344*, acrescentando o lugar exato em que o corpo foi enterrado no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, "na capella mor da parte

do Euangelho" (ibidem, p.134). Os mosteiros mostram-se lugares apreciados pelos monarcas tanto na vida, com as fundações e doações, quanto na morte, quando o corpo recebe a proteção religiosa. Os primeiros monarcas portugueses encontraram nesses locais a morada eterna para o seu corpo e uma lembrança perene para a salvação de suas almas (Vilar, 1999, p.31). No caso do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, onde foi colocado o corpo de D. Afonso Henriques, pode-se dizer que este, juntamente com o mosteiro de São Vicente de Lisboa, se mantivera como instituição religiosa protegida pelos primeiros monarcas, com prioridade para D. Afonso Henriques e D. Sancho I, sendo Santa Cruz o local escolhido pelo rei para guardar seu corpo.

A *Crónica de El-Rey D. Afonso Henriques*, de Duarte Galvão (1995, p.203), segue o mesmo modelo da *Crônica de Portugal de 1419*, apenas acrescentando alguns elementos na exaltação do monarca, por exemplo:

> elRey dom Affomsso Hmarriquez, Primçipe muy magnânimo, jguall a quallquer dos mais exçellemtes amtijguos em vallemtia, de força e coraçam gramde: nem que na christijmdade ouue amtes nem depois delle, nem mais temidos dos mouros, cujos muy exçellemtes feitos nam he duuyda acharemsse mujto menos postos em escrito, do foram per obra.

O cronista também faz um balanço da vida do monarca, acrescentado outros aspectos, entre eles a grandeza da fundação dos mosteiros, como o de Alcobaça, e a glória das conquistas territoriais. Sobre a morte do rei, segue a mesma referência acerca da datação da morte e do local do enterro, acrescentando que na sepultura foi colocado o seguinte verso: "Outro Alexandre jaz aqui, ou Julio outro" (ibidem, p.208).

As três crônicas finalizam a narrativa com a morte do rei, depois de terem enfatizado a conduta perfeita do monarca durante sua vida. Os cronistas compõem a história de D. Afonso Henriques pela evolução de um herói singular que conquistou o território e fundou

a nação e, por isso, teve seu corpo guardado em um local sagrado. Assim, os cronistas fazem uso da história factual retrospectiva como um modo de refletir sobre o presente, conferindo cada qual um significado à história do primeiro rei (Macedo, 1998, p.145).

Pelo cotejo temático das três crônicas, o que fica claro é a proximidade da *Crónica de El-Rey D. Afonso Henriques* com a *Crónica de Portugal de 1419*, pois ambas possuem uma ampliação narrativa em relação à *Crónica geral de Espanha de 1344*, especificamente no que diz respeito aos objetivos propostos. A *Crónica geral de Espanha de 1344* pode ser considerada um indício do interesse da corte portuguesa da primeira metade do século XIV pela história da Espanha, sendo assim uma espécie de eco da obra de Afonso X, o Sábio, e uma fonte ilustrativa da unidade da cultura hispânica no século XIV (Saraiva, 1988, p.160). Sem dúvida, a chamada *Crónica general de España,* escrita sob encomenda de Afonso X, de Castela, confeccionada entre 1256 e 1284, nas oficinas palacianas do "rei sábio" (Menéndez Pidal, 1962, p.19), constitui um marco na escrita cronística da Península Ibérica, servindo como modelo para a produção histórica daquele período.

Especificamente, em Portugal, a atenção deve ser voltada para o século XIV, quando surge uma preocupação, na corte de D. Dinis, com os valores do reino. Os feitos do primeiro rei português são apropriados e exaltados, e se pode notar uma atitude cortês voltada para a fixação, na forma escrita, da memória portuguesa. Nesse sentido, o cronista D. Pedro de Barcelos, filho bastardo de D. Dinis, pode ser considerado uma figura central, estando ligadas a ele, direta ou indiretamente, as quatro principais obras redigidas em Portugal na primeira metade do século XIV: a *Crónica geral de Espanha de 1344*, o *Livro de linhagens* ou *Nobiliário do conde D. Pedro*, a *IV Crónica breve de Santa Cruz de Coimbra* e a *Crónica do mouro Rasis*.

Mesmo que no caso da *Crónica geral de Espanha de 1344* (cuja narrativa prioriza os feitos guerreiros do reinado de D. Afonso Henriques – o que Mattoso (s. d., p.63) considera ser uma característica marcante de toda a primeira dinastia) seja possível afirmar

a intenção em fixar a consolidação do reino por meio da escrita, ou seja, que haja uma valorização das letras como forma de consolidar a imagem da monarquia, deve-se levar em conta, nesse sentido, que a história foi, no medievo, em muitas ocasiões, uma arma de propaganda política nas lutas entre as monarquias e os nobres, nas quais se destacavam os feitos favoráveis aos promotores e mecenas dos relatos (Orcátequi; Sarasa, 1991, p.211).

Já no final do século XIV e início do século XV, com a subida ao trono do primeiro monarca de Avis, cria-se um ambiente novo na corte (cf. Serrão, 1972, p.35), tanto no incentivo ao estudo das Letras quanto na consolidação e legitimação da nova dinastia pela produção escrita sobre o passado,[16] e a *Crónica de Portugal de 1419* faz parte dessa iniciativa. Essa compilação em ordem cronológica de tudo o que havia de escrito sobre as épocas anteriores, porém com uma redação nova (cf. Saraiva, 1988, p.162), foi escrita quatro anos após a Tomada de Ceuta (1415) e a pedido de D. Duarte, filho de D. João I, e representa o interesse da dinastia de Avis em consolidar-se por meio da memória do reis passados (ibidem, p.163).

A retomada da história da origem do reino português no século XVI pode ser considerada uma releitura da *Crónica de Portugal de 1419*, por Duarte Galvão. Esta deve ser entendida como parte do projeto imperialista de D. Manuel. Na corte manuelina, a formação do discurso histórico está relacionada com a formação da mitologia dos descobrimentos. Essa virada reflete a própria mentalidade da corte, em que a ideia de império se forma em torno do monarca e do grupo que o cerca (cf. Costa, 2010, p.178). Uma das figuras principais e fomentador dessa corrente é o conselheiro do rei, Duarte Galvão. A *Crónica de El-Rey D. Afonso Henriques* demonstra, portanto, a feição de exaltação de D. Manuel e dos descobrimentos, como é destacado no prólogo (Rebelo, 1998, p.186). Para Galvão, os descobrimentos são a manifestação de Deus, que tem o Império português como instrumento. Retomar a história de D. Afonso Henriques, nesse

16 No reinado de D. Dinis já havia proteção régia para o estudo das Letras, porém não com a amplitude que ocorre com a dinastia de Avis.

momento, é retomar a trajetória predestinatória dos reis portugueses desde o primeiro deles.

Sem dúvida, desde o século XIII e, especialmente, nos séculos XIV e XV, as crônicas ocuparam um lugar importante na produção em linguagem vulgar[17] e desempenharam um papel fundamental na escrita sobre o passado. A organização de arquivos régios que se dedicaram não só a guardar documentos da chancelaria, mas também a ser o lugar onde se compunham registros do passado (cf. Guenée, 1997, v.1, passim) fez com que a escrita da história no ambiente cortês surgisse muitas vezes apenas como necessária "exposição" daquilo que os documentos oficiais relatavam, como outra forma de "autenticar" os fatos cronologicamente dispostos (Gomes, 1993, p.597-8). As crônicas régias não só organizaram em forma de relato os documentos oficiais, mas também se mostraram, ao longo dos séculos XIV e XV, uma importante forma de legitimar as dinastias e guardar a boa memória para a posteridade.

As crônicas fazem parte dos objetivos políticos de fixação da independência do reino que começam a aparecer no reino português desde o século XII, quando os reis procuraram conseguir independência absoluta em relação a Leão e Castela, ampliar e definir o território e alcançar perfeita organização política, desenvolver uma cultura vernácula e, por fim, acentuar gradativamente o compromisso católico de combate aos inimigos da fé, objetivos esses que conduziram a política até o século XVI (Amóra, 1948, p.10).

O objetivo da comparação das três crônicas, nesse sentido, foi destacar que mesmo as obras cronísticas, estruturadas pela compilação, traduzem de alguma forma os interesses do tempo em que foram preparadas. A retomada do passado implica necessariamente uma releitura deste, e as compilações não descartam escolhas, cortes e acréscimos segundo os interesses de uma determinada época.

---

17 Sobre o papel das crônicas nas línguas vernáculas, ver Orcátequi; Sarasa, 1991, p.210; Marchello-Nizia, 1992, p.13.

Conclusão

Desde a fundação do reino, no século XII, até o início do século XVI, foram preocupações dos monarcas portugueses delimitar as fronteiras, conseguir independência perante os reinos de Leão e Castela e ampliar o território. Mas todo esse empenho não teria tido frutos duradouros se a partir da subida ao trono da dinastia de Avis (1383-85) não tivesse sido criado um ambiente cultural que justificasse essa política. A produção da história das origens do reino ocorre nesse ambiente e foi construída com o objetivo de legitimar as dinastias e preservar para a posteridade uma memória que justificasse tanto a independência do reino quanto a sua expansão. A ligação entre o desenvolvimento do gênero cronístico e o despertar e a afirmação das monarquias nacionais, sobretudo a partir do século XII (Bonnasie, 1985, p.64), mostra que essa foi a forma que melhor serviu para legitimar o passado dessas monarquias. O período áureo das crônicas régias em Portugal foi entre o século XV e primeira metade do século XVI, período em que se produziram várias crônicas tanto sobre a primeira dinastia quanto sobre os monarcas contemporâneos dos cronistas.

Não só no medievo a história foi, em várias ocasiões, uma importante arma de propaganda política nas lutas entre as monarquias e também entre os nobres, sempre tendo em vista a glorificação

dos feitos favoráveis aos promotores e mecenas dos relatos (cf. Orcástegui; Sarsa, 1991, p.211). A noção de retomada histórica para a afirmação do presente fica evidente na *Crónica de El-Rey D. Afonso Henriques*, compilada por Duarte Galvão no início do século XVI, em cujo prólogo são retomadas as façanhas do primeiro rei português para justificar a política expansionista de D. Manuel, que teria seguido a conduta de ampliação do reino iniciada desde sua fundação. O cronista contribui, assim, para a consolidação de alguns mitos fundantes, como, por exemplo, o da Batalha de Ourique. Mais do que isso: Duarte Galvão busca legitimar Afonso Henriques lembrando a suposta interferência divina a favor de Portugal, que estaria predestinado a ser o reino propiciador dos descobrimentos e da vitória do Cristianismo sobre o Islã.

A *Crónica de Portugal de 1419* também se empenha na consolidação histórica dos feitos do passado dos primeiros reis. Registrar para a posteridade a fundação do reino independente faz-se, no entanto, com a finalidade de justificar a manutenção dessa independência e a política conduzida pelos reis de Avis. Nesse período, o século XV, o ambiente cultural da corte começa a florescer de maneira mais consolidada, pois os próprios monarcas e infantes se arriscam a produzir tratados, bem como encomendam uma produção histórica que propicie a fixação dos saberes antigos e produza exemplos de condutas e memórias locais para serem glorificados e para servirem de inspiração para os tempos vindouros.

Já a *Crónica geral de Espanha de 1344* mostra-se a primeira tentativa de consolidar em solo português uma história dos reinos da Península Ibérica. Nessa crônica, Portugal aparece como reino independente. Trata-se de uma produção datada da época de D. Dinis, que considerava importante fixar os saberes, juntamente com as práticas políticas. A *Crónica geral de Espanha de 1344* é uma amostra de um tipo de fazer histórico que ajunta diversos registros, incluindo outras crônicas, cantares e documentos de arquivos e mosteiros para contar a história de um período extenso, pois segue o exemplo de *Crônica universal*, que insere a história de um reino dentro da história da própria humanidade cristã, com narrações históricas bíblicas.

A compilação era a forma por excelência que conduzia produções cronísticas. A qualidade do trabalho dependia, portanto, quase exclusivamente da disponibilidade das fontes e a produção era conduzida pela intenção de dar a conhecer os feitos narrados sem buscar relações de causa e efeito, pois não cabia ao cronista dar explicações, mas sim narrar os acontecimentos grandiosos. A intenção dessas produções era alcançar a verdade dos fatos por meio dos registros escritos ou testemunhos que sobreviveram ao tempo. Elas se caracterizavam como um agrupamento de vários documentos em uma história cronologicamente ordenada.

Uma das preocupações constantemente afirmada pelos cronistas do medievo era apurar a verdade dos fatos, por isso todas as suas escolhas documentais justificavam-se tendo em vista essa pretensa verdade que diziam buscar. Os cronistas compilavam certa quantidade de fontes, escritas e testemunhais, que acreditavam serem reveladoras dos acontecimentos. Os pactos de verdade desse período, dessa forma, passavam pela reutilização de escritos alheios, sem qualquer referência a possíveis autores.

Portanto, o fazer histórico cronístico desse período teve em vista fixar para a posteridade os feitos memoráveis. Porém, na maioria das vezes, as crônicas não iam além das paredes dos arquivos, régios e religiosos. Os manuscritos ficavam guardados à espera de um futuro cronista que os retomasse em novas compilações – como era a prática totalmente aceita em um período em que não se priorizava a propriedade autoral. O fazer histórico apresentava-se, assim, como um contínuo processo de recuperação, apropriação, manutenção, retomada e ampliação do que havia sido posto em letra anteriormente.

Referências bibliográficas

Fontes cronísticas e documentos

Documentos impressos

AFONSO X, o Sábio. *Cantigas de Santa Maria*. Editadas por Walter Mettmann. Coimbra, 1959, v.1.

CÍCERO, M. T. De oratore II. In: ______. *El Orador*. Ed. bilingue, texto revisado y traducido por A. Tovar y A. R. Bujaldón. Barcelona: Alma Mater, 1967.

CRÓNICA DE CINCO REIS DE PORTUGAL. Edição e apresentação de Artur Magalhães Basto. Porto: Livraria Civilização, 1945.

CRÓNICA DE PORTUGAL DE 1419. Introdução e notas de Adelino de Almeida Calado. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1998.

CRÓNICA DOS SETE PRIMEIROS REIS DE PORTUGAL. Edição crítica de Carlos da Silva Tarouca. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1952, 3v.

CRÓNICA GERAL DE ESPANHA DE 1344. Edição crítica de Luís Felipe Lindley Cintra. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1951-1990, 4v.

GALVÃO, D. *Crónica de El-Rey D. Afonso Henriques*. Apresentação e notas de José Mattoso. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995.

LORRIS, G. de; MEUNG, J. de. El libro de la rosa. Introdução de Carlos Alvar; Tradução de Carlos Alvar e Julián Muela; lectura iconográfica de Alfred Serrano i Donet. Barcelona: Siruela, 2003.

MANDEVILLE, J. de. *Viagens de Jean de Mandeville.* Tradução, introdução e notas de Susani Silveira Lemos França. Bauru: Edusc, 2007.

PINA, Rui. *Crónicas.* Introdução e revisão de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977.

_______. *Chronica del Rey Dom Affonso V.* Lisboa: [s.n.], 1790.

SENECA, L. A. *Los siete libros de la sabiduría.* Tradução para o espanhol de Pedro Fernández Navarrete. Bracelona: Edicomuicación, 1995.

ZURARA, G. E. *Crónica da Tomada de Ceuta por El Rei D. João I.* Introdução e notas de Francisco Maria Esteves Pereira. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1915.

WILTON, C. *Da cantiga de seguir.* No Cancioneiro Peninsular da Idade Média. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais, 1977.

Documentos online

CAMÕES, L. V. de. *Os lusíadas.* Canto I. Disponível em: http://www.jornal-depoesia.jor.br/camoes.html.

Obras de referência

BONNASSIE, P. *Dicionário de História Medieval.* Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1985.

LANCIANI, G.; TAVANI, G. (Org.). *Dicionário da Literatura Medieval galega e portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1993.

LE GOFF, J.; SCHIMITT, J.-C. (Org.). *Dicionário temático de História Medieval.* Bauru: Edusp, 2002, 2v.

NASCENTES, A. *Dicionário etimológico da língua portuguesa.* Rio de Janeiro: Acadêmica. 1955, v.1.

SCHMIDT, J. *Dicionário de mitologia grega e roma.* Lisboa: Edições 70, 1985.

SERRÃO, J. *Dicionário de História de Portugal.* Porto: Iniciativas Editoriais, 1971-1979, 6v.

Histórias gerais

BRAGA, T. *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a Instrucção Publica Portugueza.* Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1892-1902, 4v.

COSTA, P. *História da Literatura portuguesa:* Idade Média. Coimbra: Atlântida, 1959.

DUBY, G; PERROT, M. (Org.). *História das mulheres no Ocidente.* A Idade Média. Porto: Edições Afrontamento, 1990, v.2.

MATTOSO, J. *História de Portugal II.* A monarquia Feudal (1096-1480). Lisboa: Editorial Estampa. s. d.

NORA, P. (Org.). *Les Lieux de Mémoire.* Paris: Editions Gallimard, 1997, 3v.

SAMPAIO, A. F. de. *História da Literatura Portuguesa ilustrada.* Lisboa: Tipografia da Sociedade Gráfica Editorial, 1929.

SARAIVA, A. J. *História da cultura em Portugal.* Lisboa: Jornal do Foro, 1950, v.1.

SERRÃO, J. V. *História de Portugal.* (1415-1495). Lisboa: Editorial Verbo, 1977, v.2.

Estudos

Estudos impressos

ALBUQUERQUE, L. et. al. (Org.). *O confronto do olhar.* O encontro dos povos na época das navegações portuguesas. Lisboa: Caminho, 1991.

AMADO, T. Crónica de Portugal de 1419. In: LANCIANI, G.; TAVANI, G. (Org.). *Dicionário da Literatura Medieval galega e portuguesa.* Lisboa: Editoral Caminho, 1993.

_______. (Coord.) *A guerra até 1450.* Lisboa: Quimera, 1994.

_______. Os gêneros e o trabalho textual. In: RIBEIRO, C. A.; MADUREIRA, M. (Coord.) *O gênero do texto medieval.* Lisboa: Edições Cosmos, 1997.

AMÓRA, A. S. O nobiliário do Conde D. Pedro. *Boletins da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.* n.4. São Paulo, 1948.

ANSELMO, A. *Estudos de História do Livro.* Lisboa: Guimarães Editores, 1997.

ANTUNES, L. M. Espelhos dos reis e cartas. In: AMADO, T. (Coord). *A guerra até 1419.* Lisboa: Quimera, 1994.

BARRETO, L. F. *Os descobrimentos e a ordem do saber.* Lisboa: Gradiva, 1989.

BASCHET, J. *A civilização feudal.* Do ano mil à colonização da América. São Paulo: Globo, 2006.

BASTO, A. de M. *Estudos:* cronistas e crônicas antigas, Fernão Lopes e a "Crónica de 1419". Lisboa: Universidade de Lisboa, 1960.

BATISTA NETO, J. *História da Baixa-Idade Média (1066 – 1453).* São Paulo: Editora Ática, 1989.

BETHENCOURT, F.; CURTO, D. R. (Org). *A memória da nação.* Lisboa: Sá da Costa, 1991.

BOSSY, J. *A cristandade no Ocidente (1400 – 1700).* Rio de Janeiro: Edições 70, 1985.

BOUZA ÁLVAREZ, F. J. *Del escribano a la biblioteca.* La civilización escrita Europea en la Alta Edad Moderna (siglos XV-XVIII). Madrid: Sintesis, 1992. (Col. História Moderna, n. 5)

BOXER, C. R. *A Igreja e a expansão ibérica* (1440-1770). Lisboa: Edições 70, 1989.

BRÁSIO, A. Algumas observações sobre autoria das chamadas "Crónica de cinco" e "dos sete reis" tiradas da crítica interna. *Anais da Academia Portuguesa da História.* II série, v.9, 1959.

BROOKE, C. *O casamento na Idade Média.* Publicações Europa América, 1989.

BROWN, P. *A ascensão do cristianismo no Ocidente.* Lisboa, Presença, 1999.

BUESCU, A. I. Um mito das origens da nacionalidade: o milagre de Ourique. In: BETHENCOURT, F.; CURTO, D. R. (Org). *A memória da nação.* Lisboa: Sá da Costa, 1991.

BUSTAMANTE, J. M. D. Livro. In: LANCIANI, G.; TAVANI, G. (Org.). *Dicionário da Literatura Medieval Galega e portuguesa.* Lisboa: Editorial Caminho, 1993.

CALADO, A. de A. Introdução. In: *Crónica de Portugal de 1419.* Introdução e notas Adelino de Almeida Calado. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1998.

CARVALHO, J. de. *Estudos sobre a cultura portuguesa do século XV.* Lisboa: Universidade de Lisboa, 1949.

CARVALHO, J. B. de. *Portugal e as origens do pensamento moderno.* Lisboa: Horizonte, 1981.

CHAREYRON, N. *Globe trotters au Moyen Âge.* Paris: Imago, 2004.

CHARTIER, R. *A história cultural:* entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1988.

_______. O mundo como representação. *Estudos Avançados*. São Paulo, IEA, 5, 11, 1991, p. 173-191.

_______. *A ordem dos livros*. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: UNB, 1994.

_______. *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

_______. *A aventura do livro:* leitor ao navegador. São Paulo: Editora da Unesp, 1999.

_______. As revoluções da leitura no Ocidente. In: ABREU, M. (Org). *Leitura, História e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras, 2000.

_______. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

CHAUNU, P. *Expansão européia do século XIII ao XV*. São Paulo: Pioneira, 1978.

CIDADE, H. Recensão crítica a Fernão Lopes de M. Basto. *Revista da Faculdade de Lisboa*. 2ª série, t.10, n.3, Lisboa, 1944.

CINTRA, L. F. L. Introdução. In: *Crónica geral de Espanha de 1344*. Edição crítica do texto português Luis Felipe Lindley Cintra. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda. 1951-1990, 4v.

CORTESÃO, J. *Os factores democráticos na formação de Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1974.

COSTA, J. P. O. D. *Manuel I*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2010.

COSTA, P. Terão aparecido as crônicas perdidas de Fernão Lopes? *Biblos,* n.27, 1951.

DELUMEAU, J. *Uma história do paraíso*. O jardim das delícias. Lisboa: Terramar, 1992.

DIAS, J. S. da S. *Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*. Lisboa: Presença, 1982.

DOMINGUES, I. *O grau zero do conhecimento*. O problema da fundamentação das ciências humanas. São Paulo: Loyola. 1991.

EISENSTEIN, E. L. *A revolução da cultura impressa*. Os primórdios da Europa Moderna. São Paulo: Ática, 1998.

ESTEVES, E. N. *A crónica geral de Espanha de 1344*. Évora, 1994. Estudo Estético-Literário. Tese (Doutorado em Literatura Portuguesa) – Universidade de Évora.

_______. Introdução. In: _______. (Org.). *Narrativas da Crônica geral de Espanha de 1344*. Lisboa: Vega, 1998.

FEBVRE, L.; MARTIN, H.-J. *O aparecimento do livro*. São Paulo: Hucitec, 1992.

FERREIRA, R. G. F. *O papel do maravilhoso na construção da identidade nacional portuguesa:* análise do mito afonsino. (século XIII-XV). Niterói, 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense (UFF).

FIGUEIREDO, F. Da imagem do inimigo à construção do herói. O reinado de Afonso Henriques na *Crónica de cinco reis de Portugal*. In: AMADO, T. (Coord.) *A guerra até 1450.* Lisboa: Quimera, 1994.

FINAZZI-AGRÒ, E. Escrita/Oralidade. In: LANCIANI, Gi.; TAVANI, G. (Org.). *Dicionário da Literatura Medieval galega e portuguesa.* Lisboa: Editorial Caminho, 1993.

FOUCAULT, M. *O que é um autor?* Lisboa: Vega, 1992.

______. *Microfisica do poder.* Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FOURNIER, A. *A primeira parte da Crónica geral de Espanha de 1344:* o texto e a sua construção. Lisboa, 1996. Tese (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras/ Universidade Clássica de Lisboa

FRANÇA, S. S. L. *O reino dos cronistas medievais (século XV).* São Paulo: Annablume, 2006.

FRYDE, E. B. The revival of a 'scientific' and a erudite renaissance. In: ______. (Ed.) *Humanism and Renaisance Historiography.* London: The Hambledon Press, 1983.

GILSON, E. *A Filosofia na Idade Média.* São Paulo: Martins Fontes, 1995.

GIL, F.; MACEDO, H. *Viagens do olhar.* Retrospecção, visão e profecia no Renascimento Português. Porto: Campo das Letras, 1998.

GODINHO, H. (Org.). *A imagem do mundo na Idade Média.* Lisboa: Ministério da Educação, 1992.

GODINHO, V. M. *Expansão quatrocentista portuguesa.* Problemas das origens e da linha da evolução. Lisboa: Empresa Contemporânea de Edições, 1944.

______. O naufrágio da memória nacional e a Nação no horizonte do *marketing*. In: BETHENCOURT, F.; CURTO, D. R. *A memória da nação.* Lisboa: Sá da Costa, 1991.

GOMES, R. C. *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média.* Lisboa: Difel, 1995.

GUENÉE, B. *O Ocidente nos séculos XIV e XV:* os Estados. São Paulo: Pioneira, 1973.

______. *Histoire el culture historique dans l'Occident medieval.* Paris: Aubier, 1991.

______. Historie et Chronique: nouvelles réflexions sur lês genres historiques au moyen age. In: POIRION, D. (Org.). *La Chronique et l'histoire au moyen-age.* Paris: Presses del l'université de Paris-Sorbone, 1992.

_______. Chancelleries et monasteries. La mémorie de La France au Moyen Âge. In: NORA, P. (Org.). *Les Lieux de Mémoire.* Paris: Editions Gallimard, 1997, 3v.

_______. História. In: LE GOFF, J.; SCHMITT, J.-C. (Org.) *Dicionário temático do Ocidente Medieval.* Bauru: Edusp, 2002, v.1.

GUREVITCH, A. *As categorias da cultura medieval.* Lisboa: Caminho, 1991.

HERCULANO, A. *Opúsculos.* Lisboa: Imprensa Portugal, s. d.

HERMANN, J. *No reino do desejado.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOMEM, A. L. C. *Portugal nos finais da Idade Média:* Estado, Instituições, Sociedade Política. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

HORTA, J. da S. A imagem do africano pelos portugueses antes dos contactos. In: ALBUQUERQUE, L. et. al. (Org.). *O confronto do olhar.* O encontro dos povos na época das navegações portuguesas. Lisboa: Caminho, 1991.

KOSELLECK, R. *Futuro pasado.* Para uma semântica de los tiempos históricos. Tradução Norberto Smilg. Barcelona, Buenos Aires, México: Paidós, 1993.

_______. *Los Estratos del tiempo:* estudios sobre la historia. Barcelona,Buenos Aires, México: Paidós, 2001.

KRUS, L. A vivência medieval do tempo. *Estudos de História de Portugal.* Lisboa: Impresa Portugal, n.23, v.1, s.d.

KRUS, L. Crónica geral de Espanha de 1344. In: LANCIANI, G.; TAVANI, G. (Org.). *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa.* Lisboa: Caminho, 1993.

LANCIANI, G. *Sucessos e naufrágios das naus portuguesas.* Lisboa: Editorial Caminho, 1997.

LAPA, R. Introdução. In: _______. (Org). *Historiadores Quinhentistas.* Lisboa: Seara Nova, 1972.

LE GOFF, J. (Dir.) *O homem medieval.* Lisboa: Editorial Presença, 1989.

_______. *Para um novo conceito de Idade Média.* Tempo, trabalho e cultura no Ocidente. Lisboa: Estampa, 1993.

_______. *As raízes medievais da Europa.* Petrópolis: Vozes, 2007.

LOBO, A. de S. S. C. *História da sociedade em Portugal no século XV.* Lisboa: Rolim, s. d.

MACKAY, A. *La España de la Edad Media.* Desde la frontera hasta el imperio (1000-1500). Madrid: Cátedra, 2000.

MARQUES, A. H. de O. D. *A sociedade medieval Portuguesa.* Lisboa: Sá da Costa, 1987.

_______. Fernão Lopes. In: SERRÃO, J. (Dir.). *Dicionário de História de Portugal.* Porto: Fogueirinhas, 1989.

______. *A historiografia dos Descobrimentos portugueses.* Coimbra: Minerva, 1991.

______. Afonso Henriques: Rei Portucalense ou Rei Português. In: TENGARRINHA, J. *A historiografia portuguesa, hoje.* São Paulo: Hucitec, 1999.

MARTINS, M. G. *Lisboa e a guerra* (1367-1411). Lisboa: Livros Horizontes, 2001.

MATTOSO, J. *Portugal medieval. Novas interpretações.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1985.

______. *Fragmentos de uma composição medieval.* Lisboa: Estampa, 1993.

______. *Identificação de um país.* Ensaio sobre as origens de Portugal. Lisboa: Estampa, 1995.

______. Naquele tempo e ensaios de História Medieval. Lisboa: Circulo de Leitores, 2000.

______. *D. Afonso Henriques.* Lisboa: Circulo de leitores, 2007.

MENÉNDEZ-PIDAL, D. C. *De Alfonso X al conde de Barcelos*: cuatro estudios sobre el nascimiento de la historiografia romance en Castilla y Portugal. Madrid: Gredos, 1962.

MINNIS, A. J. *Medieval Theory of Authorship.* Adershot: Wilwood House, 1988.

MONGELI, L. M. Portugal de Condado a Reino. In: ______. (Org.) *Mudanças e rumos: o Ocidente medieval (séculos XI-XIII).* Cotia: Íbis, 1997.

MONTEIRO, J. G. *Fernão Lopes. Texto e contexto.* Coimbra: Minerva, 1988.

NASCIMENTO, A. A. As livrarias dos príncipes de Avis. *Biblos.* Actas do Congresso Comemorativo do 6º centenário do infante D. Pedro, Coimbra, v.LXIX, 1993.

NASCIMENTO, A. do. Circulação do livro manuscrito. In: LANCIANI, G.; TAVANI, G. (Org.). *Dicionário da Literatura Medieval galega e portuguesa.* Lisboa: Caminho, 1993. p.155-6.

ORCÁTEQUI, C.; SARASA, E. *La Historia en la Edad Media*. Historiografia e historiadores em Europa Occidental: siglos V-XIII. Madrid: Catedra, 1991.

OPITZ, C. O quotidiano da mulher no final da Idade Média (1250-1500). In: DUBY, G.; PERROT, M. (Org.). *História das mulheres no Ocidente.* A Idade Média. Porto: Afrontamento, 1990. v.2.

POIRON, D. (Org.). *La Chronique et l'histoire au Moyen-Age.* Paris: Press de l'université de Paris – Sorbone, 1992.

RAMALHO, Américo. da C. *Estudo sobre o século XVI*. Lisboa,Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.

REBELO, L. de S. *A concepção do poder em Fernão Lopes*. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.

_______. As crônicas portuguesas do século XVI. In: GIL, F.; MACEDO, H. (Org.). *Viagens do olhar.* Retrospecção, visão e profecia no Renascimento Português. Porto: Campo das Letras, 1998.

RIBEIRO, M. E. de B. A origem mítica da monarquia portuguesa. In: _______. (Org.) *A vida na Idade Média.* Brasília: Editora UNB, 1997.

RIBEIRO, C. A.; MADUREIRA, M. (Coord.*) O gênero do texto medieval.* Lisboa: Cosmos, 1997.

RICOUER, P. *Tempo e narrativa.* T.III, Campinas: Papirus, 1997.

ROIO, J. L. del. *Igreja medieval.* A cristandade latina. São Paulo: Ática, 1997.

RUCQUOI, A. De los Reyes qye bi son taumaturgos: Los fundamentos de la realeza en España. *Temas medievales.* Buenos Aires: n.5, 1995.

_______. *História medieval da Península Ibérica*. Lisboa: Estampa, 1995.

RUIZ, T. F. Une Royaté sans Sacre: la monarchie castillane du bas Moyen Age. *Annales* E. S. C. 1984.

SARAIVA, A. J. A história jogralesca de Afonso Henriques. In: _______. *A cultura em Portugal*. Livro II. Lisboa: Bertrand, 1983.

_______. *A épica medieval portuguesa.* Lisboa: Biblioteca Breve, 1991.

_______. *O crepúsculo da Idade Média em Portugal.* Lisboa: Gradiva, 1993.

SERRÃO, J. V. *A historiografia portuguesa.* Lisboa: Verbo, 1972.

SILVA, C. G. da. *Lisboa medieval*. A organização e a Estruturação do Espaço Urbano. Lisboa: Colibri, 2008.

TENGARRINHA, J. (Org.). *A historiografia portuguesa, hoje.* São Paulo: Hucitec, 1999.

VAUCHEZ, A. *A espiritualidade na Idade Média Ocidental*. Séculos VIII-XIII. Lisboa: Estampa, 1995.

VAZ, H. *Antropologia filosófica.* São Paulo: Loyola, 1991

VENTURA, M. G. *Estudos sobre o poder (séculos XV-XVI).* Lisboa: Colibri, 2003.

VERGER, J. *Homens de saber na Idade Média.* Bauru: Edusp, 1999.

VEYNE, P. *Acreditavam os gregos em seus mitos?* Lisboa: Edições 70, 1983.

_______. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história.* Brasília: UnB, 1998.

VIANA, M. G. *D. Afonso Henriques.* Porto: Educação Nacional, 1938.

VILAR, H. V. *As dimensões de um poder.* A diocese de Évora na Idade Média. Lisboa: Estampa, 1999.

WHITE, H. *El contenido de la forma:* narativa, discurso y representación histórica. Buenos Aires: Paidós, 1992.

ZUMTHOR, P. *A letra e a voz.* A "Literatura" medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_______. *La medida del mundo.* Representación del espacio en la Edad Media. Madrid: Cátedra, 1994.

Estudos *online*

FERNÁNDEZ-ORDÓNEZ, I. La historiografía alfonsí y post-alfonsí en sus textos. Nuevo panorama. Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale. n.18-19, 1993-94, p.101-32. Disponível em: <<http://www.uam.es/personal_pdi/filoyletras/ifo/proyectos/publicaciones/5_a.pdf.>>

LOPES, G. V. *Modelo e contra modelo:* o retrato de Afonso Henriques nos textos medievais. Disponível em: http://www.fcsh.unlpt/docentes/gvideira/index_ficheiros/modelo.pdf.

VERGER, J. *Os livros da Idade Média.* Disponível em: <http://www.scritoriodolivro.org.br/historias/idademedia. html>. Acesso em: 28.mar.2007.